



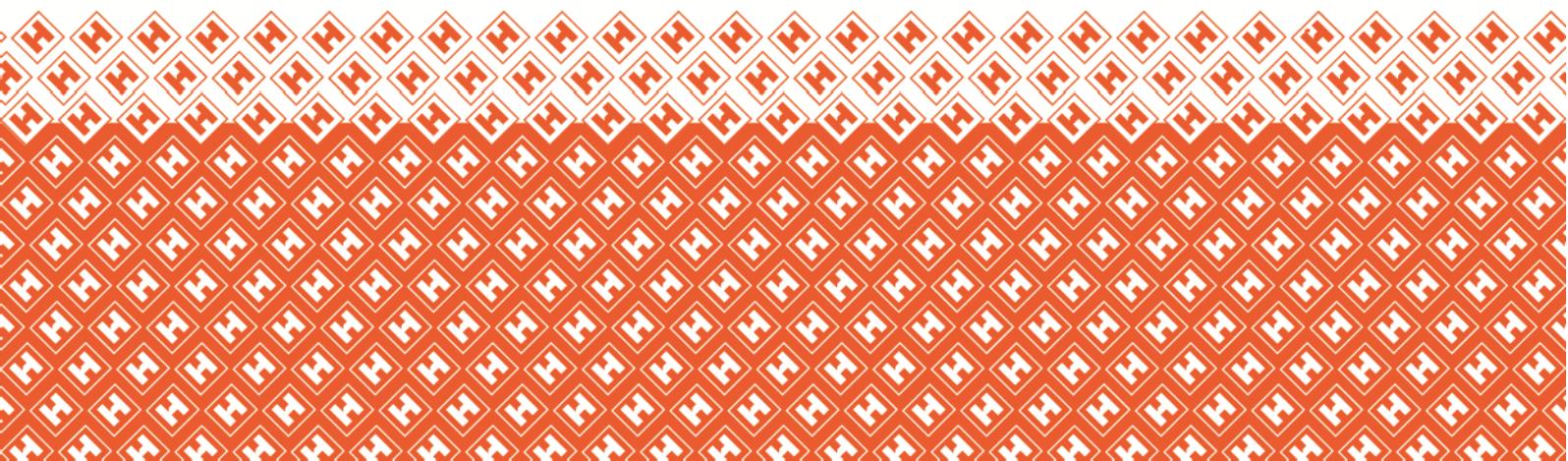
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUCAS DIAS RODRIGUES

**Entre silenciamentos e resistências: a memória
enquadrada como arma de dominação coletiva.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
SETEMBRO/2024





PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

LUCAS DIAS RODRIGUES

Entre silenciamentos e resistências: a memória enquadrada como arma de dominação coletiva.

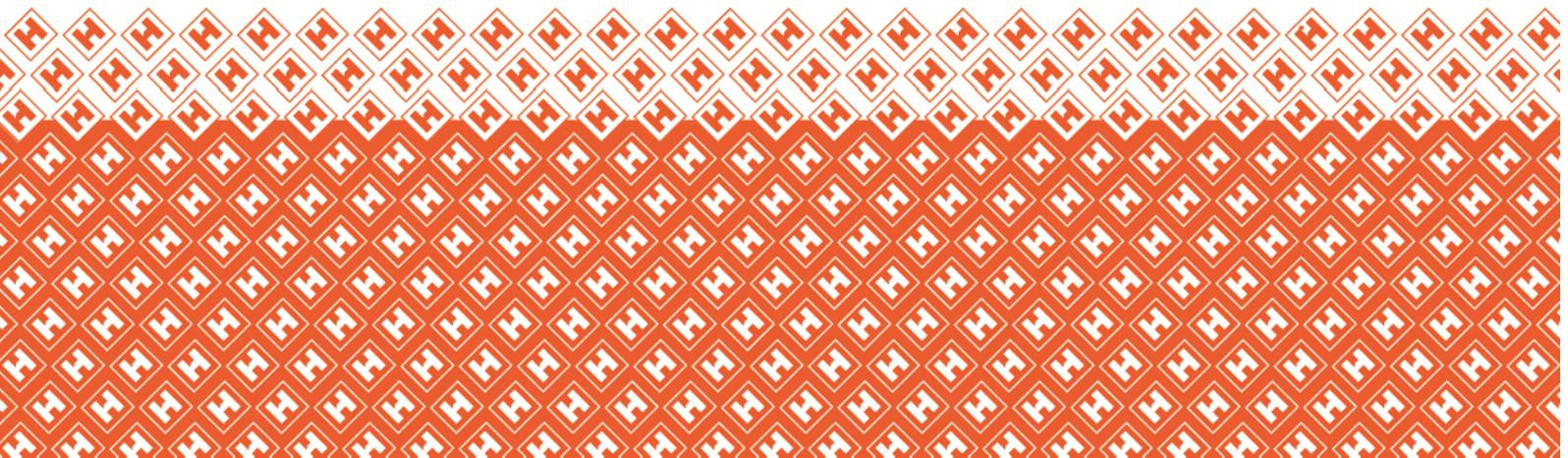
Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História - (PROFHISTÓRIA) – UFMT do Instituto de Geografia, História e Documentação da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

Área de concentração: Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

CUIABÁ-MT
2024



Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R696e Rodrigues, Lucas Dias.

Entre silenciamentos e resistências: a memória enquadrada como arma de dominação coletiva. [recurso eletrônico] / Lucas Dias Rodrigues. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 154 f., pdf). -- 2024.

Orientadora: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História, Cuiabá, 2024.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Povos indígenas. 2. (re)ocupação. 3. fronteiras. 4. silenciamento. I. Feitosa, Beatriz dos Santos de Oliveira. *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Entre silenciamentos e resistências: a memória enquadrada como arma de dominação coletiva

AUTOR : MESTRANDO LUCAS DIAS RODRIGUES

Dissertação defendida e aprovada em 23 de SETEMBRO de 2024.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. **Doutora Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa** (Presidente Banca)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

2. **Doutora Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa** (Orientadora)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

3. **Doutor Edvaldo Correa Sotana** (Membro Interno)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

4. **Doutora Paula Faustino Sampaio** (Membro Externo)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

5. **Doutor Flávio Vilas-Bôas Trovão** (Suplente)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

CUIABÁ, 23/SETEMBRO/2024.



Documento assinado eletronicamente por **BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA FEITOSA**,
Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 26/09/2024, às 15:13, conforme horário oficial
de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Faustino Sampaio**, **Usuário Externo**, em 28/09/2024,
às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543,](#)
[de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDVALDO CORREA SOTANA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 08/11/2024, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7196550** e o código CRC **594918D8**.

Referência: Processo nº 23108.062155/2024-12

SEI nº 7196550

AGRADECIMENTOS

Todo o esforço dedicado à realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio inestimável que recebi de várias pessoas, que me ofereceram suporte em diferentes aspectos. Agradeço primeiramente a Deus nas suas mais variadas formas de representação.

Assim, muito obrigado aos meus pais – cujo empenho em educar os filhos sempre esteve em primeiro lugar – e aos meus irmãos Luana e Luan por todo apoio, dedicação e incentivo das mais variadas formas, por seus gestos de amor sem limites, pelos atos de serviços prestados durante a pesquisa, pelo aconchego e por suas orações fervorosas nos momentos de angústia e preocupação, em especial a minha Bisavó dona Iracema (in memoriam) pelas longas ligações nos primeiros momentos de pesquisa e a minha irmã Vilmacis (in memoriam) pelo olhar acolhedor, abraços aconchegantes e pelos sorrisos reconfortantes a quem sempre recorria em meio as leituras e trabalhos.

Agradeço aos meus professores e colegas que sempre compartilharam seus conhecimentos, sempre dispostos a ajudar, e que juntos tecemos uma rede de suporte, trocas e crescimento. Aos professores e especial pela oportunidade de transformar minhas práticas, pela paciência e disponibilidade no atendimento diante das inseguranças, por acreditarem em uma educação justa, de qualidade e transformadora, e proporcionarem um espaço seguro e de diálogo amigável nos momentos de angústia e preocupações.

Obrigado especial aos meus amigos Gustavo, Lucia e Rívea pela ajuda na organização das ideias, na execução dos trabalhos e na formulação dos projetos, o Quarteto Fantástico, pessoas que levarei para vida, presentes que transformaram os desafios em momentos de aprendizado e muita diversão. As amigas Michelly, Edilbeth e Fabiane pela observação atenta e considerações sempre pontuais e necessárias.

Obrigado aos amigos que me motivaram e ajudaram de diferentes formas, Rosi Gerlach e Sônia Lucas, grato pelo carinho, suporte e parceria de sempre, pelo ombro amigo e ouvido atento, pelo abraço sempre disponível e pelas palavras de carinho. A Luciana, Lyceh, Wellerson, Loys e Josy, por não desistirem de mim, por sempre me considerarem mesmo quando não pude me fazer presente, por se fazerem presente durante este processo, mesmo quando a distância nos impedia de estarmos juntos, por toda ajuda, palavra, mensagem e escuta, meu muito obrigado.

A minha amiga, parceira e pesquisadora Itaibele, meu par nas loucuras, trabalhos e idealizações, irmã da caminhada e ombro amigo nas turbulências pelo suporte, explicação, atenção, companheirismo e pela troca sempre honesta e sincera, gratidão. A Ernesta minha companheira de luta, militância, dificuldades e de tantos sonhos obrigado por compartilhar as minhas angústias mais

privadas, meus anseios mais secretos além de cada uma das minhas vitórias a minha imensa gratidão.

E especialmente, meu muito obrigado a Professora Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa, minha orientadora, pelas orientações sempre explicativas e objetivas, por me proporcionar um espaço seguro e criativo, grato pela escuta paciente e acolhedora, por acreditar na minha capacidade e por me ajudar na realização deste sonho, pela paciência em meio aos momentos mais complicados, pelos ensinamentos para a vida e por me mostrar que tudo é possível desde que se acredite naquilo.

Por isso que os nossos velhos dizem: "Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai". Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo...

Ailton Krenak

RESUMO

No Brasil, a historiografia tradicional usa como ponto de partida de suas narrativas o processo de colonização daquele lugar. É o caso de Juína no Mato Grosso, e de tantos outros municípios que consideram a história da região a partir da chegada dos colonizadores. Considerando os múltiplos agentes presentes no processo de ocupação, a pesquisa precisa considerar os grupos que já ocupavam a região anterior a chegada dos colonos, bem como entender os processos motivadores das migrações dos colonos e dos trabalhadores que se deslocaram para a região. O objetivo central é identificar as relações sociais entre indígenas e não indígenas durante o processo de (re)ocupação, a partir da ótica de diferentes atores envolvidos. Para cumprir o objetivo inicialmente, foram identificados os principais autores que desenvolveram pesquisas sobre os processos de colonização e sobre Juína, Vitale Joanoni Neto utilizando como base o livro “Fronteiras da Crença”, e o livro “A colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade” dos autores João Carlos Barrozo, Sueli Pereira Castro e Marinete Covezzi. Posteriormente foram identificados autores que narraram o processo de ocupação a partir da ótica dos colonizadores, e a partir disso foram selecionados autores que explicassem as ideias por trás do pensamento colonizador, como Marilena Chauí com o Mito Fundador e Abdias Nascimento com a ideia de Mito da democracia Racial. Foi desenvolvido um estudo utilizando fontes bibliográficas, complementado por entrevistas gravadas, coletadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e disponibilizadas para análise.

Palavras-chave: Povos indígenas, (re)ocupação, fronteiras, silenciamento.

ABSTRACT

In Brazil, traditional historiography uses the process of colonization of that place as the starting point for its narratives. This is the case of Juína in Mato Grosso, and so many other municipalities that consider the history of the region from the arrival of the colonizers. Considering the multiple agents present in the occupation process, the research needs to consider the groups that already occupied the region before the arrival of the settlers, as well as understanding the processes that motivated the migrations of the settlers and the workers who moved to the region. The central objective is to identify the social relations between indigenous and non-indigenous people during the (re)occupation process, from the perspective of the different actors involved. In order to achieve this objective, we initially identified the main authors who have carried out research on the colonization processes and on Juína, Vitale Joanoni Neto using the book “Fronteiras da Crença” (Frontiers of Belief) as a basis, and the book “A colonização oficial em Mato Grosso: ‘a nata e a borra da sociedade’ (Official colonization in Mato Grosso: the cream and the dregs of society) by the authors João Carlos Barrozo, Sueli Pereira Castro and Marinete Covezzi. Subsequently, authors were identified who narrated the process of occupation from the point of view of the colonizers, and from this authors were selected who explained the ideas behind colonizing thought, such as Marilena Chauí with the Founding Myth and Abdias Nascimento with the idea of the Myth of Racial Democracy. A study was carried out using bibliographic sources, complemented by recorded interviews collected by the Municipal Department of Education and Culture and made available for analysis.

Keywords: Indigenous peoples, (re)occupation, borders, silencing.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MONUMENTO “JUÍNA, RAINHA DA FLORESTA”	54
FIGURA 2 – MONUMENTO “HOMENAGEM AOS PIONEIROS”	55
FIGURA 3 – PRIMEIRA MISSA NO BRASIL	68
FIGURA 4 – IMAGEM AÉREA DO NÚCLEO URBANO DE JUÍNA EM 1979	78
FIGURA 5 – CRIANÇAS RIKBAK TSA NO UTIARITI	111
FIGURA 6 – CRIANÇAS RIKBAK TSA NAS LAVOURAS NO UTIARITI	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – VENDA DE LOTES POR ANO	78
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

ACEBRIK – Associação Cultural e Educativa Biblióca do Povo Rikbaktsa

CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso

COOPERCOL – Coperativa de Colonização 31 de Março

COTREL – Cooperativa Triticola de Erexim Limitada

DRC/MT – Documento Referencial Curricular para Mato Grosso

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

POLOAMAZÔNIA – Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento do Noroeste de Brasil

PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria

SOPEMI – Sociedade de Pesquisas Minerais e Mineração Itapená S/A

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – OCUPAÇÃO ORIGINÁRIA	22
1.1 JUÍNA COMO PALCO DE CONFLITOS: MEMÓRIAS EM DISPUTA.....	31
1.1.1 FRONTEIRAS E LIMITES	36
1.1.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: O TERRITÓRIO DE JUÍNA COMO CAMPO DE DISPUTA E IDENTIDADE	38
1.1.3 COLONIALISMO INTERNO	41
1.1.4 O IMPACTO DO ESBULHO TERRITORIAL NA CONSTITUIÇÃO DAS TERRITORIALIDADES JUINENSES.....	42
CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO SOCIAL DE JUÍNA: A RAINHA DA FLORESTA	54
2.1 A HISTÓRIA DOS GUARDIÕES DA FLORESTA.....	64
2.2 OS VADIOS DA HISTÓRIA: A SUBCLASSE JUINSE	71
2.2.1 SERINGUEIROS	72
2.2.2 GARIMPEIROS	77
2.3 COLONO CAPITALIZADO "HERDEIRO DA TERRA" - A ELITE ECONÔMICA LOCAL	84
CAPÍTULO III – O OUTRO LADO DA HISTÓRIA: AS NARRATIVAS DOS GUARDIÕES DA FLORESTA SOBRE A (RE)OCUPAÇÃO.....	95
3.1 CINTA LARGA O ÍNDIO HOSTIL – A COEXISTÊNCIA COM O PROGRESSO...97	
3.2 RIKBAK TSA GENTE GUERREIRA – O CAMINHO É A ADAPTAÇÃO.	109
CONCLUSÃO	121
REFERÊNCIAS	123
APÊNDICE	129
ANEXOS	152

INTRODUÇÃO

“O índio rikbáktsa Tapema disse que ele e seus companheiros, reparando na chegada de gente nova, de vida muito diferente, foram ver se não eram Rikbáktsa voltados do céu para a terra. Mas a gente nova mostrou-se hostil e acabou com a vida tranquila das aldeias”¹. A frase registrada por Pe. João Dornstauder registrada em seu diário evidencia como a chegada de não indígenas na região de Juína transformou o cotidiano dos povos. Contudo a perspectiva destes grupos não ganhou espaço nos discursos e documentos sobre a história oficial do município.

A este respeito Jacques Le Goff em Documento/monumento explica que “de fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade”². As perspectivas dos povos indígenas assim como de outros grupos considerados minoritários sempre ocuparam um espaço secundário nas discussões em sala de aula. Ao abordar conteúdos tais como colonização brasileira, marcha para Oeste, ditadura civil-militar brasileira entre outros, dentre os múltiplos questionamentos realizados pelos estudantes, a pergunta “e em Juína” aparece com recorrência, questionamentos que eu fazia na posição de estudante aos meus professores anos antes ainda na educação básica. Enquanto professor e historiador, perceber a ausência ou dificuldade no acesso a estas informações gerou a necessidade de se aprofundar no assunto.

Desde criança soube que seria professor. A educação faz parte da minha vida muito antes de entender o que ela significava. Filho de professores da rede básica de ensino, criado em uma região periférica, cresci entre profissionais da área, e entendi cedo a importância da educação pública e de qualidade como possibilidade de transformação na vida das pessoas.

Na escola, a paixão pela história surgiu ainda no fundamental I, e o sonho de ser professor de história foi fortalecido a cada aula deste componente. A dedicação de meus professores e o incentivo de meus pais fortaleceram ainda mais este sonho, proporcionando o espaço ideal para alcançá-lo destaque a figura de minha professora de História, Nilcéia Dal Bó que muito antes do ‘boom’ das metodologias ativas, sempre se empenhou em nos proporcionar aulas interativas, colocando os estudantes como protagonistas da aprendizagem,

¹ DORNSTAUDER, João Evangelista. Como Pacifiquei os Rikbaktsa. São Leopoldo – RS, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1975, p. 14.

² LE GOFF, J. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1990, p. 535.

se tornando uma referência no ensino de História, e ao final do ensino médio a decisão já estava tomada.

Concomitante ao ingresso ao ensino superior, iniciei minha trajetória na educação, trabalhando como monitor de oficinas escolares, secretaria escolar, biblioteca escolar e em 2016, ao final da graduação dediquei-me aos seletivos e concursos. No meu primeiro ano como professor regente, em 2019, os questionamentos dos estudantes sobre como a História de Juína se relacionava com a História Nacional me impulsionaram a buscar mais informações sobre, e comecei a me preparar para a pós-graduação. Sem sombra de dúvidas, a docência tem se mostrado desafiadora, principalmente diante da estrutura presente no Estado de Mato Grosso, diante da redução da matriz curricular da área de Ciências Humanas tanto em ensino fundamental quanto no ensino médio, além da redução da hora aula, que impactam diretamente na qualidade do ensino-aprendizagem dos estudantes.

A somatória destes fatores geraram um espaço ideal para o desenvolvimento desta pesquisa, mesclando os anseios dos estudantes com os meus, buscando conhecer outras perspectivas sobre os primeiros anos da História de Juína.

A cidade de Juína, localizada a Noroeste de Mato Grosso, é marcada por uma história de recente ocupação não indígena durante a década de 1970. Ao longo desse processo, é possível identificar um cenário de silenciamento das narrativas de alguns grupos presentes no movimento, perpetuando apenas as narrativas dos colonizadores, configurando assim a seleção de memórias e, por conseguinte, enquadrando estas memórias. Essa seleção de memórias que promoveu o apagamento das narrativas de indígenas e dos trabalhadores, proporcionou um cenário no qual a memória age como arma de dominação coletiva.

O presente estudo tem como objetivo investigar as relações entre indígenas e não indígenas no processo de (re)ocupação de Juína, compreender as dinâmicas de tais processos de ocupação recente e seus efeitos na dinâmica social dos grupos presentes. Propõe-se ainda identificar as características de silenciamento da memória e dos “não-ditos” presentes nas experiências dos povos colonizados e dos trabalhadores durante as décadas de 1970-1980, comparar a memória oficial construída e as memórias silenciadas, construindo um paralelo entre elas e identificando como estas narrativas se diferem e se complementam.

Michael Pollak³ explica que os agentes presentes nos conflitos ligados ao processo de colonização ocultaram da versão oficial determinados episódios e/ou fatos que denomina

³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3.

como memórias proibidas ou clandestinas.

Estas memórias proibidas ou clandestinas que o autor organiza como “memórias subterrâneas” colocam em risco as estruturas montadas e já estabelecidas das memórias públicas coletivas. A este respeito Pollak⁴ afirma que:

Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...]. Este exemplo mostra a necessidade, para os dirigentes, de associar uma profunda mudança política a uma revisão (auto)crítica do passado. Ele remete igualmente aos riscos inerentes a essa revisão, na medida em que os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior. Este exemplo mostra também a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas.

Quando estas memórias subterrâneas irrompem do silêncio, entram em conflito com as memórias coletivas. São memórias indizíveis, proibidas ou vergonhosas que existem nas lembranças de uns e outros ocupando um espaço denominado zonas de sombra, ou seja, de silêncios não-ditos conforme evidenciado por Pollak⁵.

Considerando as narrativas que ocupam os espaços de poder na história de Juína, este estudo propõe ainda analisar as possíveis narrativas contestatórias insurgentes às memórias públicas já enquadradas e buscará compreender o papel dessas narrativas como forma de resistência dos grupos silenciados.

Para fundamentar essas análises, a pesquisa se apoia em conceitos de Teoria da História, Teorias da Memória e de Territorialidade. A análise das relações sociais entre indígenas e não indígenas durante o processo de (re)ocupação é fundamentada em referências como Feitosa e Souza, Rikbaktsa e Dornstauder, que discutem os primeiros contatos e as relações entre indígenas e não indígenas.

A discussão sobre territorialidade é embasada nas teorias de Santos e Haesbaert, que exploram como os grupos humanos se relacionam com o espaço e como as disputas territoriais moldaram a (re)ocupação de Juína. Já o conceito de colonialismo interno, que

⁴ POLLAK. 1989, p. 3.

⁵ POLLAK. 1989, p. 6.

perpetua relações coloniais dentro do próprio país, é discutido por autores como Casanova. Esse estudioso aborda como os Estados nacionais promoveram a ocupação novas áreas como estratégia de desenvolvimento, marginalizando grupos já existentes nestes espaços.

O impacto econômico e social do crescimento acelerado de Juína e a transição de atividades agrícolas para o garimpo são discutidos por Pereira Santi e Santos, que exploram as consequências dessa mudança no contexto da ocupação da região. Além disso, os primeiros contatos entre colonizadores e povos indígenas, abordados por Dornstauder, Lobato e Pereira, são analisados para compreender as resistências e as mudanças culturais resultantes desses encontros.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em fontes bibliográficas e documentais. O estudo busca reconstituir as memórias silenciadas e compará-las com as narrativas oficiais, analisando documentos históricos, relatos orais e produções acadêmicas sobre o processo de (re)ocupação de Juína. Um dos principais desafios enfrentados foi a dificuldade de acesso a fontes que representem as narrativas dos grupos marginalizados, especialmente dos povos indígenas. A interpretação dessas fontes exige uma leitura crítica que considere o contexto de produção das memórias e o impacto do silenciamento histórico na construção das identidades sociais.

A pesquisa está distribuída em três capítulos que perpassam desde as campanhas de (re)ocupação até os desafios atuais vivenciados pelos povos indígenas na região. O Capítulo I, intitulado "Ocupação originária" explora a importância de reconhecer as histórias e culturas indígenas que existiam anterior ao processo de (re)ocupação do Brasil e associa este processo à história de (re)ocupação do território que compreende a região de Juína – MT. O capítulo aborda como a historiografia tradicional e o currículo educacional brasileiros foram moldados por uma perspectiva eurocêntrica, que marginalizou e silenciou as narrativas indígenas.

A partir dessa crítica, o capítulo destaca a promulgação da Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena, e discute os desafios e resistências enfrentados na implementação dessa lei. Além disso, analisa as lacunas e permanências nos materiais didáticos e no currículo escolar, refletindo como a colonização influenciou a subalternidade e a invisibilização dos povos indígenas no Brasil.

Por fim, o capítulo sublinha a importância de reformulações no ensino de História para incorporar de maneira significativa as contribuições indígenas, rompendo com representações

estereotipadas e proporcionando um ensino mais inclusivo e diverso, embora reconheça que essas mudanças ainda enfrentam resistências e desafios, além de abordar conceitos-chave presentes na dissertação, tais como a delimitação de fronteiras e limites, abordando as múltiplas territorialidades e como estas impactam a sociedade, avançando para o colonialismo interno como uma ação política delineada pelo governo federal perpassando diversos governos. O capítulo é encerrado a partir da discussão do processo de esbulho territorial, evidenciando como os povos foram empurrados para a margem da “civilização”, expropriados de suas terras e descartados da história oficial.

Já o segundo capítulo se debruça sobre a formação social de Juína, Mato Grosso. O capítulo é iniciado a partir da observação de um monumento municipal e reflete a memória coletiva da cidade, que valoriza a colonização oficial em detrimento das narrativas indígenas. A partir dessa representação, o texto discute a memória coletiva, conforme Maurice Halbwachs, e como ela molda a história oficial, destacando o papel do Estado e dos projetos de ocupação na Amazônia.

A narrativa oficial ignora o violento processo de (re)ocupação e promove a falsa ideia de uma união harmônica entre os povos, vinculando essa visão ao "mito da democracia racial". Essa ideologia, segundo Abdias Nascimento e outros autores, silencia a luta contra o racismo e as desigualdades, ao mesmo tempo em que promove o embranquecimento da população. O capítulo evidencia como a política de embranquecimento incluiu medidas como a imigração de europeus e a manipulação das estatísticas demográficas para ocultar a presença de negros e indígenas.

A ocupação da Amazônia, especialmente durante os governos de Getúlio Vargas e da ditadura militar, é discutida no contexto de projetos como a "Marcha para o Oeste" e o Programa de Integração Nacional (PIN), que visavam expandir a fronteira agrícola e integrar a região ao mercado nacional. Esses projetos foram impulsionados pela "Operação Amazônia" e programas como POLOAMAZÔNIA e POLONOROESTE, que, apesar de promoverem o desenvolvimento econômico, impactaram negativamente as populações indígenas e consolidaram o domínio dos colonizadores.

Sobre os grupos presentes na história de Juína, no capítulo, os grupos são divididos e distribuídos da seguinte forma: os guardiões da floresta, que se refere aos povos indígenas que

historicamente ocuparam o território que compreende o município de Juína, os povos Cinta Larga, Enawenê-Nawê e Rikbaktsa. No segundo grupo estão os trabalhadores considerados de segunda classe, os seringueiros que chegaram à região a partir dos anos 1930 e 1940 para extração de látex conflitando com o povo Rikbaktsa e os garimpeiros que chegam na cidade a partir dos anos 1980, gerando um crescimento populacional acelerado, e por fim, o terceiro grupo autointitulado pioneiros, os colonos minimamente capitalizados, oriundos do sul do Brasil, que chegam na região no final dos anos 1970 formando a elite econômica local.

O texto critica a narrativa oficial construída pelo Estado, que silencia memórias alternativas e reforça o controle social por meio da supressão de discussões sobre raça e racismo, perpetuando a desigualdade e a violência histórica.

Por fim, o terceiro capítulo intitulado “O Outro Lado da História – As Narrativas dos Guardiões da Floresta sobre a (re)ocupação” explora as narrativas dos povos indígenas Cinta Larga e Rikbaktsa sobre o processo de (re)ocupação de Juína, Mato Grosso, a partir de entrevistas com anciãos dessas etnias. O capítulo é iniciado pela fala da ministra Sônia Guajajara, que destaca a conexão profunda entre corpo e território, ele revela como a ocupação não indígena impactou os territórios ancestrais desses povos, alterando suas vidas e forçando deslocamentos.

A parceria entre o pesquisador e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Juína permitiu a coleta de material audiovisual, que foi analisado para entender as percepções indígenas sobre o processo de (re)ocupação e os desafios enfrentados na defesa de seus territórios. As entrevistas mostram como esses povos resistiram e continuam resistindo ao esbulho territorial e ao impacto das monoculturas e mineração em suas terras, revelando a importância de preservar a memória e a luta coletiva para a sobrevivência de suas comunidades.

Este capítulo reforça a visão indígena de que o território é mais que um espaço físico; é parte indissociável da identidade e da cultura, e sua defesa é uma forma de resistência contínua contra as pressões externas, especialmente o agronegócio e as políticas de desenvolvimento que ameaçam suas terras.

Por fim, este estudo busca contribuir para a apresentação de outras narrativas

históricas, considerando as múltiplas vozes e experiências dos diferentes atores sociais envolvidos no movimento de (re)ocupação. Este movimento possibilitará uma compreensão mais completa das lacunas presentes na história do município bem como apresentará outras óticas do processo de ocupação da região.

CAPÍTULO I: A PLURALIDADE ÉTNICA DO TERRITÓRIO NOROESTE DE MATO GROSSO ANTERIOR AO MOVIMENTO COLONIZADOR

No Brasil, por anos, a historiografia tradicional (“o imaginário coletivo” ou “o conhecimento popular”) se apega aos processos de colonização como início da história de uma localidade. A educação básica por meio da escola, maior responsável pela formação do pensamento da sociedade e pela construção da noção de identidade, segue um currículo que foi construído a partir de uma ótica colonizadora. A história do Brasil ensinada nas escolas, tem seu início marcada pela chegada dos portugueses em 1500 dando início ao processo de dominação/colonização.

Conforme aponta Gomes⁶, o Brasil recebeu grande influência da razão moderna iluminista no processo de construção de sua História, constituindo assim o mito de uma história única e uniforme, engavetando seu passado colonial, anulando toda e qualquer historicidade que antecederesse a chegada dos conquistadores.

Este processo de organização de sua história influenciou entre outras esferas, a educação brasileira que em sua elaboração apresentou características eurocentradas na condução da estruturação do ensino básico, afetando diretamente a disciplina de História. Esta foi direcionada e parametrizada ao padrão europeu, seguindo uma configuração do que seria ou não uma sociedade desenvolvida, racional e organizada o suficiente para ser estudada.

Parâmetros estes que levam em consideração uma linha de desenvolvimento, que classifica e organiza os avanços de cada sociedade usando como base a própria forma de organização. Assim, o Brasil, objetivando aproximar-se cada vez da modernidade europeia, adotou tais medidas, realizando assim a manutenção do colonialismo na esfera do saber, perpetuando a subalternidade na educação.

Uma das formas de combater ou minimizar os impactos deste longo processo de formação do saber foi a conquista da lei 11.645 de 2008 que torna obrigatório o ensino da história e da cultura indígena em todas as instituições da educação básica. Assim, pode-se considerar que a disciplina de História Indígena é relativamente nova no currículo brasileiro e

⁶ GOMES, Anna Luiza Portugal Pereira. O Ensino de história da América Latina – Silêncio nos currículos e manuais. **XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História**, 2020.

que sua inclusão foi resultado de lutas e reivindicações dos povos indígenas e movimentos sociais.

Com a instituição da lei, Cavalcante⁷ afirma que alguns cursos de “formação de professores de História instituíram em seus currículos disciplinas como “História Indígena” ou “Educação para as Relações Étnico-Raciais”. É importante aqui destacar a luta dos movimentos indígenas e indigenistas na conquista da lei, o que denota a posição do poder público como agente no processo de dominação destes grupos.

Embora seja obrigatória a abordagem destes assuntos, observa-se uma resistência à implementação da lei, a este respeito, Cavalcante⁸ explica que “a reação mais comum à legislação por parte dos professores do ensino básico foi a alegação de incompetência para tratar do assunto, uma vez que não receberam tal capacitação quando de sua formação inicial”.

Em sua obra “A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação”, Marc Ferro⁹ delinea que a ideia que construímos de outros povos e de nós mesmos, vincula-se à História estudada quando criança, e assim ficamos marcados pelo resto da vida. Isso implica diretamente na percepção de mundo e de como cada pessoa se posiciona nele, gerando um sentimento de pertencimento ou não. Com base nesta afirmação, percebe-se a importância de um material que apresente as mais variadas formas de representação dos atores dos processos históricos.

Partindo deste entendimento, faz-se necessário destacar a importância desempenhada pelo livro didático na construção, manutenção e legitimação das representações¹⁰ no espaço escolar tradicional, uma vez que este é marcado pela subalternidade seja no currículo, nos projetos e até mesmo na prática docente. Observa-se que esta subalternidade segue nas práticas cotidianas, tanto na educação quanto em qualquer outro setor da sociedade, uma vez que ela decorre diretamente dos processos de (re)ocupação do continente americano iniciados

⁷ SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) Povos Indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. P.11

⁸ CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. COLONIALISMO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Assis. 2013. P. 11-12

⁹ FERRO, M. A. História vigiada. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1989. P. 11

¹⁰ OLIVEIRA, Caio Pinheiro. As representações sobre a escravidão nos livros didáticos: o que mudou transcorridos dez anos da lei 10.639/03?. XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História, 2020. P. 1

em 1492.

Considerando ainda a importância do material didático na construção da auto percepção que os estudantes fazem de si, Telles aponta que:

Os livros didáticos acabam por cumprir um papel elementar na difusão e naturalização do discurso ocidental universalizante, eliminam a agência de outros atores da história brasileira, destacadamente os povos indígenas. A autora ressalta que os livros destacam os feitos do mundo ocidental e ignoram, quase que integralmente os feitos de outras culturas, “[...] a História se firmou como a narração do desenrolar da história europeia [...]”.

Assim, ao observar a organização dos materiais didáticos, a História do Brasil é encontrada dentro do bojo de conteúdos da História da América, e estes estão localizados na periodização correspondente à Modernidade, como um apêndice ou extensão desta, ou seja, a História da América surge apenas a partir da invasão do novo mundo por parte dos europeus quando é iniciado o processo de dominação de sujeitos, de terras, de recursos vegetais, animais e minerais, conforme demonstra Cavalcante:

Da análise geral dos livros didáticos, Telles (1996, p. 146-147) conclui que, não se estabelece nem uma relação com o espaço-tempo anterior ao século XV. A história brasileira tem início com a chegada dos europeus. Os espaços vazios são preenchidos pelos colonizadores de maneira justa e homogênea. Os agentes históricos não europeus, quando são descritos, o são de maneira estereotipada, a representação é simplificada e deformada. [...] Cria-se a distorcida imagem de uma nação harmoniosa e homogênea, uma visão idealizada da cultura ocidental leva a uma ideia de passividade de certos atores sociais frente à história.¹¹

Em seu texto, Cavalcante¹² aponta que as observações de Telles permaneceram presentes nos materiais didáticos do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD aproximadamente duas décadas depois, e explica que isso acontece em razão da base ideológica, que segue uma lógica eurocêntrica e quadripartite na organização dos períodos históricos, o que interfere diretamente no combate a inferiorização e invisibilização de grupos não hegemônicos como indígenas e negros presentes na história do Brasil.

Após promulgação da Lei 11.645/08, os currículos e editais do Programa Nacional do

¹¹ TELLES (1996, p. 146-147 apud Cavalcante, 2020. p. 13)

¹² SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) Povos indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2020. Cap I: História Indígena e Ensino de História: apontamentos críticos sobre currículos e a Base Nacional Comum Curricular / CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. P. 15

Livro Didático – PNLD, os livros deveriam “desenvolver abordagens qualitativas sobre a história e a cultura dos povos indígenas, abordar suas historicidades e sua presença na contemporaneidade” segundo Cavalcante¹³. Contudo, observam-se poucas rupturas e muitas permanências, “ao analisar os Guias de Livros Didáticos do PNLD de 2016, 2017 e 2018, nota-se que os avaliadores reconheceram alguns avanços, mas, ao mesmo tempo, apontaram que vários dos antigos problemas permanecem” conforme discutido por Cavalcante¹⁴.

Conforme observado após análise das reformas curriculares, existem algumas ausências nos currículos de abordagens voltadas à questão indígena, Cavalcante ao realizar esta observação, identifica uma grande lacuna no que tange as violências contra indígenas durante a ditadura civil-militar brasileira. Destaco esta observação uma vez que o processo de (re)ocupação do interior de Mato Grosso, nas regiões norte e noroeste, corresponde a este período.

Esta ausência corrobora com as análises dos processos ocupação não indígena, permeados pela violência contra os povos indígenas. O silenciamento do assunto no currículo denota a posição do poder público frente ao processo. O Estado brasileiro foi um agenciador da violência empreendida contra este grupo. É sabido que durante a ditadura civil-militar brasileira o grupo que mais sofreu a repressão foi a comunidade dos povos indígenas. A este respeito Cavalcante discorre:

Uma das lacunas que mais chama atenção é a ausência de abordagens dos indígenas enquanto vítimas, dos arbítrios da ditadura civil-militar brasileira [...] bem como de suas articulações e resistências construídas nesse mesmo período. De fato, a própria historiografia ainda não deu a devida atenção para o tema, revelando assim mais um elemento de nosso etnocentrismo. Embora segundo a própria Comissão Nacional da Verdade, os indígenas sejam o grupo social com maior número de mortos pela ditadura.¹⁵

A última reforma curricular, de caráter nacional, foi a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, entre outros objetivos, visa parametrizar os conteúdos e abordagens. O processo para elaboração e implementação contou com diversas propostas conforme apontado por Ralejo *et al* “a primeira versão da BNCC para a disciplina escolar de História [...] proporcionou um intenso debate na comunidade disciplinar [...] da História sobre quais

¹³ CAVALCANTE, 2020, p. 15

¹⁴ CAVALCANTE, 2020, p. 15-16

¹⁵ CAVALCANTE, 2020, p. 17

conhecimentos deveriam ser selecionados e publicados no currículo”.¹⁶

A primeira proposta foi apresentada com maior espaço para história do Brasil, a comissão apresentou ainda menor destaque a história europeia e maior ênfase à América Latina e a história indígena e afro-brasileira rompendo com a visão eurocêntrica que dominou o currículo brasileiro por anos como é possível observar em Ralejo *et al* “essa primeira versão produziu alguns rompimentos com a chamada História tradicional e trouxe, para a arena da comunidade disciplinar de História, a proposta de um currículo crítico ao eurocentrismo.”¹⁷

A BNCC contou ainda com outras versões, um processo permeado pelo conflito ideológico, a respeito da história indígena Ralejo *et al* comenta que:

[...] as disputas na produção curricular da BNCC foram sobretudo no campo da legitimidade do legado e de outra formação histórica para a constituição identitária brasileira, [...] a primeira versão produziu uma inversão centro geográfica, com menos destaque à Europa e mais à América Latina e ao continente africano. [...] a segunda versão apresenta o passado histórico como continuidade e repetição, sem problematização, e que a terceira versão trabalha pouco a questão das identidades.¹⁸

A terceira e última versão da base, não apresentou grandes rupturas, embora sejam perceptíveis alguns avanços, o que se observa é a permanência do modelo quadripartite de divisão do tempo, um currículo ainda eurocêntrico, que manteve a História do Brasil anexada a história europeia, desconsiderando toda historicidade indígena anterior e pós-colonização.

A Base Nacional Comum Curricular¹⁹ – BNCC, estrutura o ensino em objetos de conhecimento, habilidades organizadas através de códigos alfanuméricos e unidades temáticas. Baseado no documento referencial nacional, o Estado de Mato Grosso, organizou seu currículo por meio do Documento de Referência Curricular para Mato Grosso – DRC/MT. A partir de uma análise realizada no DRC/MT anos finais do Ensino Fundamental, os assuntos relacionados a História Indígena estão presentes no 6º ano quando trabalhada a ocupação da América por meio das habilidades (EF06HI05) que trata da chegada do ser humano no continente americano, e nas habilidades (EF06HI07) “Identificar aspectos e

¹⁶ RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. 1-19, 2021. p. 3

¹⁷ RALEJO *et al* (2021, p. 3)

¹⁸ RALEJO *et al* (2021, p. 7)

¹⁹ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação. Brasília, 2018.

formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades” e (EF06HI08) “Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras” que objetivam, entre outras, identificar os múltiplos modos de vida e organização social dos povos americanos e indígenas brasileiros e americanos. Ao analisar os objetos de conhecimento presentes na Base os exemplos de povos da antiguidade na América são listados como ‘pré-colombianos’, demonstrando a concepção eurocentrada no marcador da história destes povos que os define a partir de uma lógica europeia.

A temática só é retomada a partir do 7º ano do Ensino Fundamental na habilidade (EF07HI03) “Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas” que trata das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus. São as únicas habilidades propostas para estudo de História Indígena anterior ao contato dos europeus.

Outras habilidades presentes no conteúdo programático do 7º ano referem-se às dinâmicas coloniais americanas, como a (EF07HI08) “Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências”, e (EF07HI09) “Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência”.

Em resumo, essas habilidades exigem a compreensão dos efeitos da chegada dos europeus sobre os povos indígenas, os conflitos resultantes e as resistências à colonização. Acredita-se que a substituição do termo "descobrimento" por "conquista", comum nos antigos livros de história, indica uma mudança na narrativa que reconhece que o continente americano já era habitado por uma diversidade de povos indígenas e não foi descoberto por Colombo ou Pedro Álvares Cabral.

Finalmente, outra habilidade relacionada aos povos indígenas é a (EF07HI12) que visa “Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e

asiática)”. Esta habilidade tem como propósito identificar a população brasileira e sua distribuição territorial ao longo de distintos períodos, levando em consideração aspectos étnicos e culturais.

Já no 8º ano, em que se concentram os processos de independência das colônias americanas e a consolidação do Império Brasileiro, os povos indígenas são mencionados de forma indireta nas lutas pela emancipação. A habilidade (EF08HI11) “Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti” busca identificar e esclarecer o papel de grupos étnicos nas independências do Brasil, América espanhola e Haiti, destacando a diversidade de "heróis" além dos protagonistas brancos, um exemplo marcante é a liderança de Tupac Amaru II na maior rebelião indígena da América Latina, no Peru.

Na mesma unidade temática, o tópico sobre a tutela da população indígena, escravização negra e ex-escravizados dá origem à habilidade (EF08HI14) “Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas” que deve debater a tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros no final do período colonial, identificando preconceitos e violências contínuas. O debate se estende ao tópico "Políticas de extermínio do indígena durante o Império", ligado à habilidade (EF08HI21) “Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império’ sugerindo a identificação e análise das políticas indigenistas no período imperial brasileiro.

Outra habilidade essencial é a (EF08HI27) “Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas” que trata dos discursos civilizatórios do século XIX, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas e negros nas Américas.

Por sua vez, no 9º ano, as unidades temáticas relacionadas aos povos indígenas estão ligadas aos períodos da história republicana do Brasil. Como se observa na habilidade (EF09HI07) “Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes” que

visa identificar e explicar as questões dos povos indígenas no contexto republicano até 1964, levando em conta as lógicas de inclusão e exclusão desde a Primeira República até o fim da República Populista. Outro aspecto importante é o tópico "As questões indígenas e negras e a ditadura", associado à habilidade (EF09HI21) "Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura", que busca identificar e conectar as demandas indígenas e quilombolas como formas de resistência ao modelo desenvolvimentista da ditadura civil-militar brasileira.

Avançando cronologicamente, a abordagem aos povos indígenas é encontrada nos tópicos relacionados à Constituição Federal de 1988, à conquista da cidadania e à violência contra populações marginalizadas. Este último se desdobra na habilidade (EF09HI26) "Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas", com o objetivo de promover a conscientização e a construção de uma cultura de paz, empatia e respeito mútuo.

Com o objetivo de valorizar a diversidade cultural e identitária, surgem os tópicos "Pluralidades e diversidades identitárias na atualidade" e "As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional". A habilidade correspondente (EF09HI36) "Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência" busca identificar e discutir as diversidades identitárias no início do século XXI, combatendo todas as formas de preconceito e violência, promovendo uma reflexão essencial sobre as complexidades do mundo contemporâneo.

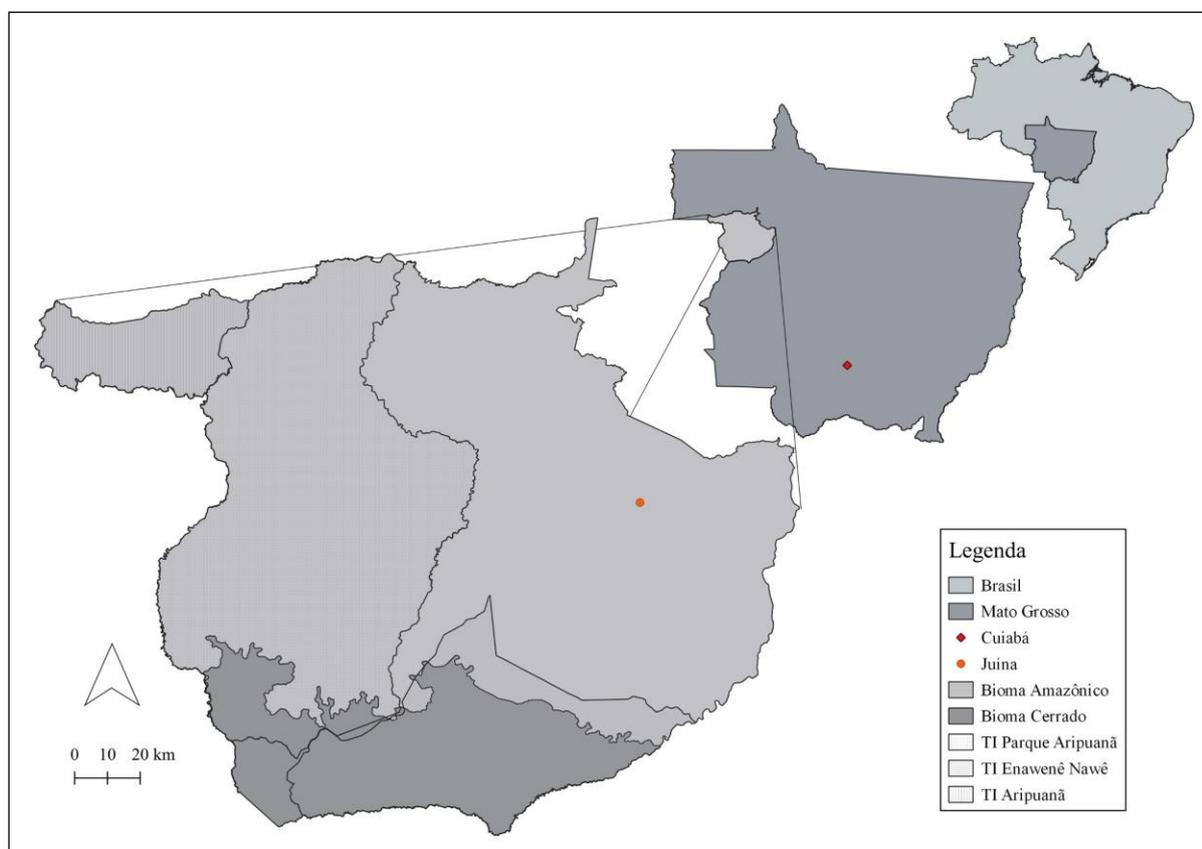
O que se pode constatar ao analisar a presença das questões indígenas na BNCC é que a Base foi orientada de propósitos e a seleção dos tópicos a serem abordados no ensino de História não é feita de forma aleatória ou ocasional, mas intencional e sistemática, atribuindo validade a determinados conhecimentos em relação ao tipo de indivíduo que se pretende formar. O documento não se limita à questão do conhecimento, mas também envolve questões de identidade e poder, pois busca estabelecer um ideal dominante em um território disputado.

Após a análise dos objetos de conhecimento e habilidades específicas do currículo de História nos anos finais do Ensino Fundamental, que abordam a história e cultura indígena, alguns aspectos foram identificados. O texto curricular da BNCC defende um ensino focado na diversidade cultural e identitária, buscando romper com representações tradicionais e estereotipadas dos grupos sociais. Além disso, há uma intenção de que os alunos aprendam a identificar e valorizar as contribuições dos indígenas em vários momentos da história.

O documento utiliza termos históricos e sociais mais adequados, como "povos indígenas" em vez de "índio", "conquista" em vez de "descobrimento", e "diversidades identitárias" em vez de "identidade". Propõem-se habilidades que permitem ao aluno reconhecer os povos indígenas como protagonistas da narrativa histórica.

No entanto, apesar desses destaques, a BNCC estrutura o currículo de História sob uma perspectiva tradicional e eurocêntrica, ao colocar os povos europeus no centro da narrativa histórica. Faltam habilidades que promovam o conhecimento dos povos indígenas contemporâneos e sua atuação na sociedade brasileira, evitando a ideia de que são sujeitos da antiguidade, vivendo de forma primitiva e marginalizada. Das 99 habilidades e competências presentes no componente curricular de História, apenas 15 são destinadas ao estudo da história e cultura dos povos indígenas. Vale considerar que a Base não é um currículo, mas um documento direcionador, outras habilidades permitem que o docente tensione a discussão e proporcione debates sobre a temática.

1.1 JUÍNA COMO PALCO DE CONFLITOS



Mapa 1: RODRIGUES, Lucas. 2024. Mapa de localização do município de Juína. 1:1000000

Neste processo de ocupação não indígena faz-se necessário considerar alguns conceitos que permeiam a discussão acerca do território para melhor compreensão da dinâmica de (re)ocupação territorial. Conforme aponta Cavalcante:

[...] as categorias território, territorialidade, territorialização e desterritorialização, assim como as suas demais derivadas são, antes de tudo, categorias analíticas criadas pelas ciências sociais para instrumentalizar o estudo das relações da humanidade com o espaço.²⁰

Analisar o conceito de território e suas ressonâncias, bem como suas mais variadas camadas faz-se importante diante dos conflitos presentes no processo de (re)ocupação da fronteira Oeste, e no caso deste estudo, do município de Juína. A territorialidade pode ser entendida como a percepção do poder exercido por um indivíduo ou neste caso por grupos em

²⁰ TELLES (1996, p. 28 apud CAVALCANTE, 2013, p. 31)

um espaço geográfico. É impossível dissociar os movimentos de (re)ocupação da discussão de territorialidade uma vez que estes movimentos adentram a territorialidade dos povos originários.

No processo de ocupação não indígena agenciado pelo Estado, os protagonistas deste processo podem ser divididos principalmente em três grupos, os indígenas, os colonos e os trabalhadores. Estes grupos reúnem uma ampla variedade de outros grupos. Na localidade da (re)ocupação estão presentes três etnias indígenas, que correspondem a famílias linguísticas distintas e são elas os Enawenê-Nawê da língua Aruák, os Cinta-Larga da família linguística Mondé e os Rikbaktsá da família linguística Macro-Jê. É importante destacar as famílias linguísticas destes povos para melhor compreensão das diversidades/disparidades presentes entre estes.

Os colonos compreendem um agrupamento minimamente selecionado pelo Estado, correspondem ao grupo capitalizado do processo e são oriundos da mesma região: o Sul do Brasil. O colono capitalizado é aquele que respondeu aos chamados das empresas colonizadoras, acessando a região a partir de propagandas conforme aponta Joanoni Neto:

Nas décadas de 70 e 80, com a introdução do cultivo da soja para exportação, com a mecanização das lavouras e a necessidade de propriedades maiores, o Paraná tornou-se exportador de mão-de-obra, o que atraiu a atenção das empresas de colonização que atuavam no estado de Mato Grosso.

Desde meados da década de setenta, empresas [...] receberam áreas estaduais ou federais, [...] nas quais iniciaram novos projetos e passaram a trabalhar para atrair migrantes interessados.

Estas empresas desenvolveram forte campanha publicitária no Sul e Sudeste do país.²¹

Este colono é reconhecido nesta produção como capitalizado, quando considerado o critério de seleção das empresas colonizadoras para aquisição de terras na região, uma vez que para estas empresas “seu público alvo foram os mini-fundiários, pequenos produtores capitalizados daquela região que, vendendo seus dez, por vezes cinco alqueires no Paraná, podiam comprar até 200 alqueires em Mato Grosso,”²². Importante destacar ainda que inicialmente, o processo de aquisição da terra incluiu visitas ao local para conhecer a área, nas

²¹ JOANONI NETO, Vitale. Fronteiras da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT, 2007. p. 27 – 30

²² JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 30

quais os “possíveis compradores eram transportados para a região do projeto em aviões fretados, ônibus ou peruas. As despesas corriam sempre por conta dos clientes²³”, assim fica evidente o perfil econômico dos primeiros compradores de terra na cidade.

Este grupo por não dispor de recursos para aquisição de terras foi o único grupo autorizado a adquirir propriedades e acessar a região, nem mesmo os trabalhadores responsáveis pela construção dos equipamentos públicos iniciais na nova cidade acessaram a compra de lotes, conforme aponta Joanoni Neto “[...] não tinha nenhuma residência particular; era só aquilo mesmo lá, as obras, o posto de saúde, aquelas outras casas, a casa do médico”²⁴

O desenvolvimento rural foi mais acelerado que o crescimento urbano. Objetivando um número maior de colonos, foi limitado a apenas um lote no meio rural por pessoa, “era praxe entre os corretores oferecer um lote urbano aos interessados em lotes rurais”²⁵. Objetivando coibir a entrada de pessoas sem condições de compra dos lotes “entre 1975 e 1982, o único acesso à área era controlado por uma cancela localizada no “Posto Fiscal” [...]. O posto era controlado por militares que prestavam serviços à empresa”²⁶, o principal objetivo era evitar que posseiros acessassem a região conforme aponta Joanoni Neto:

A intenção óbvia era evitar o ingresso de posseiros à área do projeto como reconhece um morador da cidade na época: Servia para impedir que entrasse pessoas sem ser colonos, sem querer comprar terras, ou especuladores, ou invasores [...] Um controle de acesso.²⁷

Este grupo, ao chegar nos novos municípios, passam a ser identificados como pioneiros, e constroem uma narrativa que está intimamente relacionada ao título, a narrativa do desbravador, que carrega consigo a missão civilizatória e desenvolvimentista, com a responsabilidade de levar progresso aos mais inóspitos lugares. A terceira peça da engrenagem são os trabalhadores, que chegam para ocupar os mais variados postos de trabalhos, como a extração de madeira, a construção civil, derrubada das matas e servidores públicos.

A territorialidade está presente em todas as sociedades humanas, desde as mais antigas até as mais modernas. Ela pode ser vista na forma como os grupos humanos se relacionam

²³ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 129 - 130

²⁴ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 130

²⁵ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 130

²⁶ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 132

²⁷ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 132

com o meio ambiente e como constroem e defendem suas fronteiras territoriais. A territorialidade também é uma questão importante nas relações entre diferentes grupos humanos, como conflitos e disputas territoriais entre Estados, nações e grupos étnicos.

Para analisar o processo de (re)ocupação é preciso lançar mão dos conceitos de território e territorialidade, uma vez que a confluência destes grupos distintos, propicia um ambiente permeado por conflitos. Cada grupo aqui apresentado ocupa um espaço físico e social na nova cidade que se constrói. Os recém chegados alteram a dinâmica daqueles que já habitavam a terra, violam seus limites, desrespeitam sua história.

Partindo das noções de territorialidade apresentadas acima, esta pesquisa se debruçará sobre as relações tecidas durante a (re)ocupação territorial do município de Juína, cidade localizada à Noroeste de Mato Grosso, na Amazônia mato-grossense. Com o objetivo de promover a ligação rodoviária entre os municípios de Aripuanã – MT e Vilhena – RO, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – CODEMAT S/A, inicia os processos de ocupação não indígena da área destinada à construção do novo município que nasce em meio a conflitos por domínio territorial. O município surge geograficamente em uma área limite entre três povos nativos distintos, historicamente conflituosos.

Em conversas informais com integrantes das três etnias presentes no processo histórico do município, não raro é possível ouvir relatos de ataques às aldeias “inimigas”, captura de mulheres para casamento ou de crianças, o que demonstra o quadro conflitivo entre os grupos.

“O que a memória ama fica eterno”, frase de Adélia Prado que exemplifica as disputas de narrativas presentes na sociedade de modo geral, proporciona uma excelente análise das memórias enquadradas. É comum encontrar nas “versões oficiais” a história dos vencedores narrada como verdade absoluta e Juína não foge à regra.

A memória enquadrada seleciona os fatos históricos, molda as narrativas que serão transmitidas, criando regras e signos que serão perpetuados conforme explica Michael Pollak²⁸:

²⁸ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

“A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar se itegra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...]. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos [...] para definir seu lugar respectivo.

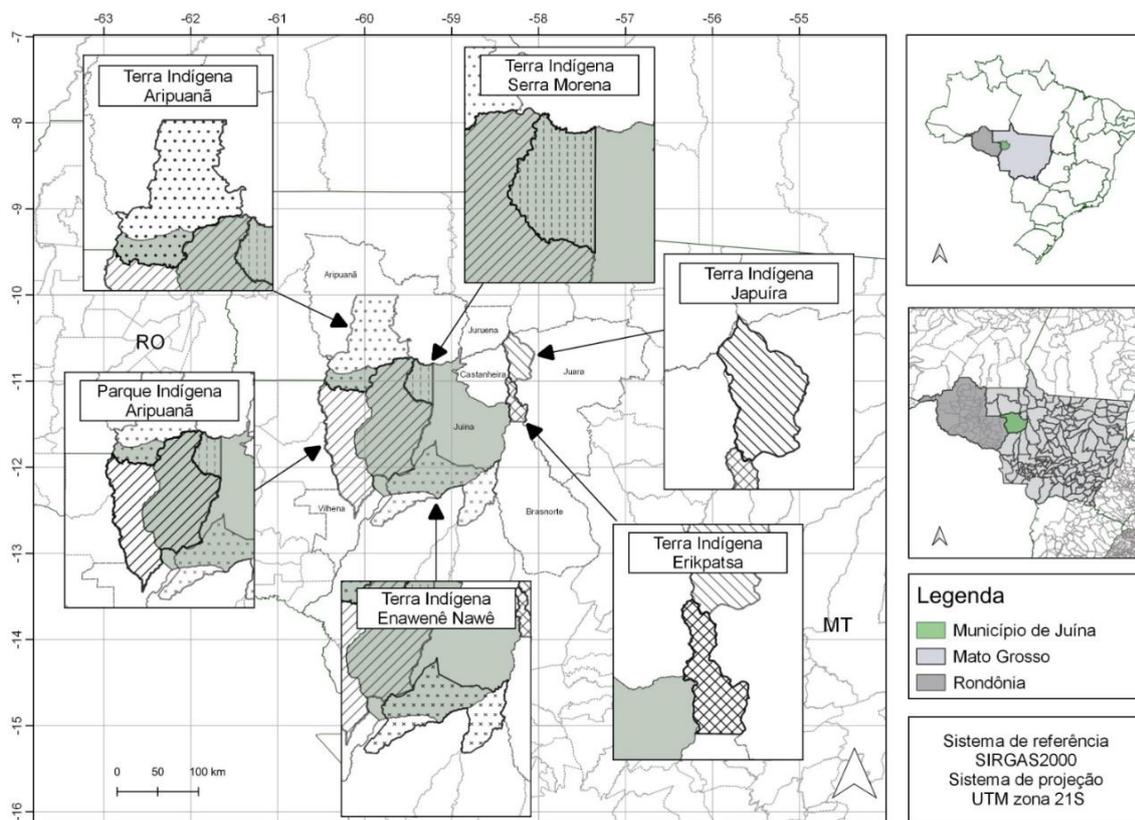
A memória oficial da cidade, definida e entendida como “memória enquadrada” por Pollak desconsidera os grupos indígenas, e coloca os migrantes (pioneiros, posseiros, grileiros e capangas dos latifundiários) como sujeitos destemidos e heróis da nação, responsáveis pelo desenvolvimento e modernidade na região. Uma vez que este grupo ocupou e ocupa os espaços de poder, oficializaram suas memórias como a verdadeira e oficial, dificultando as discussões, estudos e debates que proponham e considerem os povos indígenas como sujeitos partícipes deste processo histórico.

A disputa pela narrativa, os conflitos pela memória, carregam consigo as marcas do processo colonizatório, constituem heróis, marginalizam outros atores reduzindo-os a meros espectadores do processo e demonizam aqueles que resistiram e ainda resistem ao processo. Assim se justifica o título desta dissertação, “Entre silenciamentos e Resistências: a memória enquadrada como arma de dominação coletiva em Juína, Mato Grosso”

Ao observar o mapa a seguir, em destaque está a área territorial do município de Juína, bem como as Terras Indígenas (TI) que atravessam o município, os territórios circunvizinhos que são habitados por grupos que historicamente exerceram domínios onde atualmente se localiza o município.

O processo de (re)ocupação pressionou a migração dos povos para áreas menores, a demarcação territorial por sua vez selou os limites de domínio destes grupos, ao observar o mapa, é possível perceber que “as terras indígenas cobrem 60% da área municipal²⁹”. Em razão da porção demarcada, o município permanece com a maior parte de seu território com a mata preservada, o que corrobora o título de Rainha da Floresta, recebido na década de 1990, uma vez que este município é o maior da Amazônia mato-grossense.

²⁹ DAUGEARD, Marion. Mudanças e adaptações na agricultura familiar, estudo de caso em comunidades rurais de Juína, Mato Grosso. Revista Franco-Brasileira de Geografia. Confins. v. 33. 2017



Mapa II: RODRIGUES, Lucas. 2024. T.I. demarcadas no município de Juína - MT. 1:4500000

1.1.1 FRONTEIRAS E LIMITES:

Eventualmente, fronteiras e limites podem ser confundidos e/ou entendidos como sinônimos entretanto designam realidades diferentes. Limite é uma linha imaginária, utilizada para a divisão de espaços/territórios. Esta linha pode ser representada por características físicas ou naturais como rios, relevos, depressões, ou características não físicas (simbólicas) podendo ser delimitadas cultural ou historicamente de forma intangível.

A fronteira por sua vez, pode ser entendida como uma região, uma faixa territorial próxima aos limites, delimitada a partir de características históricas e sociais, logo pode-se entender que a fronteira é uma zona de transição, que mescla traços comuns de ambos os lados do limite. Assim como os limites, as fronteiras apresentam duas formas de visualização, as físicas apresentadas como área de transição em que visualmente se identifica a mescla de características, mas existem também as fronteiras imaginárias, estas representam características de quem as define, podem ser políticas, econômicas, culturais, ou territoriais.

A fronteira não pode ser entendida como algo fixo e imutável, mas é melhor compreendida quando se considera que esta é uma construção social que varia de acordo com o tempo e o espaço. Martins³⁰ argumenta que "O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História", assim, o que se observa a partir desta afirmação é que a fronteira não é estática é na verdade, um processo histórico complexo que envolve não apenas a expansão territorial, mas também mudanças sociais, econômicas e políticas.

O autor também discute a diferença entre a frente de expansão e a frente pioneira, argumentando que a primeira se refere à expansão de uma economia capitalista e a segunda refere-se à (re)ocupação de áreas inexploradas nos moldes da cultura do capital e à criação de novas formas de vida.

Ambos os processos estão presentes na (re)ocupação de Mato Grosso, uma vez que o processo de expansão capitalista pode ser considerado a partir da construção de rodovias que tinham como objetivo interligar o interior aos grandes centros, caracterizando a expansão da economia capitalista que foi possibilitada pela produção agropecuária bem como o acesso a novos mercados, o que impulsionou o crescimento econômico na região.

A partir deste, dá-se o início ao processo de (re)ocupação das terras devolutas³¹, e esta (re)ocupação pode ser entendida como uma frente pioneira. As tensões podem ser vistas como elemento presente nas regiões de fronteiras, os conflitos compõem a paisagem cotidiana conforme se observa em Martins³², que diz "o que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social [...] nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade".

Este microcosmos que aqui é definido como região de fronteira vive conforme afirmado anteriormente um contínuo período de conflito, seja ideológico, exploratório ou

³⁰ MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*. Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 3, 25-70, maio de 1996. p. 27.

³¹ Terras devolutas são terrenos públicos, ou seja, propriedades públicas que nunca pertenceram a um particular, mesmo estando ocupadas. Diferenciam-se destes por não estarem sendo aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal, que não hajam sido legitimamente incorporadas ao domínio privado (Art 5º do Decreto Lei n.º 9.760/46) enquanto que as terras públicas pertencentes ao patrimônio fundiário público são aquelas inscritas e reservadas para um determinado fim. IBRHIN ROCHA (2010 apud PEREIRA SANTI, R, 2016, p. 26).

³² MARTINS, José de Souza. 1996, p. 27

social que decorre diretamente dos violentos processos de contato, conflitos que inclusive ocorreram entre os membros dos mesmos grupos conforme aponta Martins³³:

As últimas décadas tem sido uma época em que grupos humanos de diferentes tribos indígenas foram contactados pela primeira vez pelos civilizados. Ao mesmo tempo, civilizados muito diversificados entre si, com mentalidades muito desencontradas a respeito de seu lugar nesse dramático confronto da condição humana e de concepções de humanidade: o camponês, o peão, o garimpeiro, o grande fazendeiro, o empresário, o religioso (de diferentes confissões religiosas), o funcionário público, o antropólogo.

Uma observação importante a se fazer é a utilização de determinados termos pelo autor. Escrevendo em um período em que esses conceitos não eram problemáticos, o autor emprega expressões que hoje, à luz de reflexões críticas, revelam a homogeneização dos povos indígenas e a imposição de uma hierarquia de valores. A categorização outras formas de existência como atrasadas ou primitivas reproduz uma visão colonialista, negligenciando a diversidade e a riqueza cultural dos povos envolvidos. Assim, a análise contemporânea dos processos de ocupação e fronteirização deve também questionar as narrativas que perpetuam essas classificações simplistas e desumanizantes.

Após analisar estas considerações é possível afirmar que limites e fronteiras não são constituições naturais e permanentes, e sim representações de interesses que podem sofrer alterações no decorrer do tempo, logo são fluidas. Ao observar o processo de ocupação do território brasileiro no decorrer da história, é possível perceber como a dinâmica da ocupação criou e alterou limites. Já as fronteiras construídas nestes processos podem ainda hoje ser percebidas.

1.1.2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: O TERRITÓRIO DE JUÍNA COMO CAMPO DE DISPUTA E IDENTIDADE

As discussões sobre limites e fronteiras remetem quase que imediatamente ao conceito de território. Conforme abordado anteriormente, limites e fronteiras apresentam características

³³ MARTINS, José de Souza. 1996, p. 34.

físicas e simbólicas - culturais, históricas e sociais, e esta mesma modalidade de análise pode ser lançada sobre o conceito de território. Contudo, é preciso questionar o que é território e suas multifacetadas.

Conforme aponta Haesbaert³⁴, a palavra território é acompanhada de uma variada polissemia a respeito de seus significados e utilização, “dividindo-as em perspectivas materialistas, idealistas, integradora e relacional.³⁵ Ainda sobre a perspectiva materialista, Haesbaert a subdivide em 3: a naturalista, econômica e a política, sendo esta última analisada a partir da perspectiva simbólica.

A perspectiva naturalista explica o território como característica imanente do comportamento animal, associando-o a um “comportamento natural da humanidade, mas também engloba a relação do homem com a natureza, definindo o território humano como uma relação de dinâmica ou dominação com o mundo natural”, assim é possível concluir que o território enquanto comportamento natural está relacionado à necessidade de garantir a posse de uma área e não de uma área específica. Vale ressaltar ainda que a noção de território enquanto categoria analítica permite compreender que o território não físico, ou seja, simbólico, pode ser entendido como espaço para a construção de identidades.

Considerando as identidades, o autor utiliza o termo “homem” dentro da perspectiva de que este representa ser humano, que comunga com a ideia de ser humano universal representado no sexo masculino, enquanto ocorre uma periferização da mulher. A este respeito, Sampaio³⁶ diz que “no mundo moderno, o gênero se constitui por oposição homem *versus* mulher, um dos termos se torna universal, o homem, branco e heterossexual”

A perspectiva jurídica por sua vez, está mais presente no campo de trabalho hoje das ciências humanas e sociais, uma vez que permite maior análise no que tange grupos tradicionais que utilizam o território como fonte de recursos.

Já a perspectiva política ou tradição jurídico-política está mais presente no imaginário

³⁴ HAESBAERT, 2013, p.35

³⁵ CAVALCANTE, 2013, p.31

³⁶ SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) Povos indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2020. Cap VIII: Violência de Gênero contra os corpos-territórios indígenas: análise dos Relatórios Violência contra os Povos Indígenas no Brasil / SAMPAIO, Paula Faustino. P. 150

coletivo, podendo ser entendida como uma área pertencente a um determinado Estado-nação, conforme explica Cavalcante³⁷ “está relacionada à associação do território aos fundamentos materiais do Estado nacional, ou seja, o território é visto como a porção do espaço que está submetida à soberania de um determinado Estado”. A partir disso é necessário destacar que os Estados foram estabelecidos desconsiderando os territórios já definidos das nações indígenas, promovendo um expressivo processo de migração destes grupos.

Neste processo de definição dos limites, de expansão e de (re)ocupação do território nacional, evidencia-se o caráter imperialista do Estado brasileiro sobre os povos tradicionais quando se sobrepõe politicamente, administrativamente, e culturalmente, atribuindo para si a responsabilidade na demarcação e manutenção de territórios indígenas, concedendo a estes grupos anteriores à colonização o direito de ocupação e usufruto desses territórios.

Seguindo nas perspectivas propostas por Rogério Haesbaert, o autor apresenta a perspectiva idealista que conforme aponta Cavalcante³⁸

[...]refere-se fundamentalmente aos aspectos simbólicos contidos na noção de território. (...) essa perspectiva é a mais utilizada em estudos antropológicos, os quais tendem a não se limitar aos aspectos materiais. Fundamentalmente, importa destacar que os territórios não são constituídos exclusivamente na relação de humanos com o ambiente, mas que além destes há outros seres que habitam o território e que assim são constituintes das territorialidades.

O território nesta perspectiva é enxergado com valor simbólico, visto que exerce uma importância religiosa, espiritual, afetiva, exercendo em seus moradores um sentimento de pertencimento mútuo, em que o território está para o originário no caso deste estudo, assim como o originário está para o território, uma extensão do ser, em que o território é promovido a territorialidade, uma extensão do indivíduo e este por sua vez, uma extensão do grupo.³⁹

A perspectiva integradora por sua vez, é entendida pelo autor como um híbrido entre as perspectivas anteriormente citadas, justificando que as perspectivas não seriam capazes de explicar a complexidade do território se observados isoladamente.

Por fim, a perspectiva relacional é apresentada como um “conjunto de relações

³⁷ CAVALCANTE, 2013, p.13

³⁸ CAVALCANTE, 2013, p.33

³⁹ HAESBAERT, 2013, p. 68-70

histórico-sociais, incluída aí a relação entre processos sociais e espaço material. Por ser relacional, o território é também movimento e fluidez [...]”.⁴⁰ O autor explica que nesta vertente o território pode ser entendido como temporalidade e histórico e complementa que “uma das características mais importantes do território é sua historicidade [...]”.⁴¹

1.1.3 COLONIALISMO INTERNO

Para melhor compreensão da discussão proposta nesta dissertação, faz-se necessário recorrer aos conceitos de colonialismo interno e, por conseguinte, à colonialidade do poder. Estas categorias de análise auxiliarão em uma melhor compreensão do processo que acarreta o esbulho territorial vivenciado pelos povos originários, bem como na ameaça contínua com a qual estes grupos convivem cotidianamente.

O conceito de colonialismo interno é construído por Casanova a partir de análises das relações histórico-sociais de países que sofreram o processo colonizatório, em especial países latino-americanos, tornando-se uma categoria de análise do desenvolvimento destes Estados Nacionais. O autor analisa que diante dos novos Estados formados no pós independência, algumas estruturas de poder são perpetuadas, com a sobreposição de um grupo sobre outro, promovendo a manutenção da dominação do Estado que passa a representar os interesses de um grupo específico sobre alguns grupos minoritários, colocando estes em segundo plano com pouca ou nenhuma representatividade política.⁴²

A este respeito, Casanova⁴³ explica que “Os Estados de origem colonial e imperialista e suas classes dominantes reproduzem e conservam as relações coloniais com as minorias e as etnias dominadas que se encontram no interior de suas fronteiras políticas.”, este imperialismo é visível quando analisada a questão indígena no Brasil em que estes grupos estão submetidos a estrutura civil brasileira imposta a eles de forma arbitrária.

⁴⁰ CAVALCANTE, 2013, p.33

⁴¹ HAESBAERT (2010, p. 82 apud CAVALCANTE, 2013, p. 33)

⁴² CASANOVA, Pablo González. COLONIALISMO INTERNO (UMA REDEFINIÇÃO). Bueno Aires. 2007, p. 463-437

⁴³ CASANOVA, Pablo Gonzáles. 2007, p. 438

Também é possível identificar este colonialismo interno nos migrantes que buscam trabalho nas regiões sul e sudeste, conforme aponta Casanova quando explica que “a exploração de alguma regiões por outras pode ser entendida quando se estuda as relações de produção e de dominação, a partir da análise de suas hierarquias e seus beneficiários”.⁴⁴

Estes migrantes que saíram do Nordeste em direção ao sul, migraram novamente para o Mato Grosso na década de 1970 durante a (re)ocupação da fronteira oeste do Brasil. Neste processo, três grupos protagonizam a colonização: o indígena, o colono capitalizado e trabalhador explorado. A este último, foram criados mecanismos que impediram o acesso a terra, uma vez que as políticas previam um perfil ideal do pioneiro, garantindo um lugar marginalizado para os trabalhadores migrantes, que não raro, podem ser encontrados na literatura como “pé inchado”, “bóia-fria”, “posseiros”, é um grupo composto por despossuídos de terra.

E assim se delineia o colonialismo interno, nas ações de um grupo sobrepujando outros grupos ou territórios dentro do mesmo país, criando neste grupo dominante uma consciência colonizadora. Neste ideal civilizatório, todos aqueles que resistem a (re)ocupação, todos aqueles que não respeitam as estruturas e processos, mesmo que estas estruturas privilegiem um grupo em detrimento aos outros, são caracterizados como inimigos do Estado e do desenvolvimento.

1.1.4 O IMPACTO DO ESBULHO TERRITORIAL NA CONSTITUIÇÃO DAS TERRITORIALIDADES JUINENSES

Para iniciar a discussão acerca do esbulho territorial, é preciso entender que esbulho não se caracteriza como sinônimo para desterritorialização. Em seu trabalho, Cavalcante discute o conceito de desterritorialização e cita que “[...] a desterritorialização completa é impossível aos grupos humanos, já que todos eles possuem condutas territoriais”⁴⁵, o autor desenvolve no decorrer do trabalho a inerência humana na formação de território quando

⁴⁴ SOJA (1995, p. 117 e 184 apud Casanova, 2007, p. 444)

⁴⁵ HAESBAERT (2010 apud CAVALCANTE, 2013, p. 36),

apresenta que “o estabelecimento de territórios é inerente aos grupos humanos, pois eles têm profundas necessidades de enraizamento em lugares específicos. As formas de enraizamento são, todavia, múltiplas e históricas.”⁴⁶

Haesbaert delinea que a desterritorialização completa não existe, logo pode ser entendida como um mito, assim, a melhor forma de definir este processo de mobilidade seria analisar estes movimentos a partir do conceito de multiterritorialidade.

O esbulho pode ser entendido como o roubo ou a usurpação de uma área ou no caso deste estudo de um território, no qual uma pessoa ou grupo é privado de sua posse e propriedade, ou seja, como expropriação territorial. Utilizando como base as discussões de Haesbaert e Cavalcante, a desterritorialização não se aplicaria à prática de expulsar um grupo de uma área ou território, a definição que melhor abarcaria esta prática seria o esbulho.

Ao fragmentar a história do Brasil tomando como base a periodização tradicional - colônia, império e república - evidencia-se como o processo de expansão territorial atravessou os territórios físicos e simbólicos de forma violenta para o estabelecimento ou ampliação dos limites políticos.

No período colonial os indígenas foram escravizados, aldeados, catequizados e colonizados, sendo capturados ou dizimados a depender da reação nos contatos com os portugueses. Para evitar a escravização ou morte, alguns agrupamentos indígenas optaram pela migração.

Desta forma é possível citar o processo de deslocamento presente no trabalho de Cavalcante conhecido como “migrações grupais reativa [...] grupos que respondem a pressões externas migrando coletivamente para se livrar da pressão [...] ocorrem em reação à pressão exercida pela expansão imperialista colonialista”.⁴⁷

O mesmo processo de dominação pode ser identificado no século XVIII com as bandeiras, expedições que tinham entre outros objetivos a destruição de quilombos e aldeias, bem como a captura de indígenas. Durante as entradas e monções alguns grupos estabeleceram acordos como forma de resistir a dominação, dando suporte aos bandeirantes

⁴⁶ LITTLE (1994, p. 6 apud CAVALCANTE, 2013, p. 36).

⁴⁷ LITTLE, 1994, p. 10 apud CAVALCANTE, 2013, p. 38).

expedicionários.

Ainda durante as bandeiras, algumas nações indígenas são descritas como violentas e ferozes, agrupamentos que lutaram contra as invasões e que foram eternizadas nos Hinos estaduais ou municipais, como exemplo do Hino de Mato Grosso “que o valor de imortais bandeirantes, conquistou o feroz Paiaguás!” denotando o caráter violento dos povos que resistiram aos contatos. Já no período republicano o amplo processo de migração incentivado pelo Estado brasileiro, motivada principalmente pela política econômica, incentivou a (re)ocupação da fronteira Oeste brasileira através da Marcha para Oeste.

Em sua tese, Odemar Leotti discute no capítulo V sobre a história evolutiva criada no século XIX que ao ser importada para todas as partes do mundo chega ao Brasil no mesmo período, e que passa a ser recriada em diferentes contextos incluindo no contexto mato-grossense da época. É possível perceber no texto que em Mato Grosso esta história evolutiva foi apropriada pelos intelectuais locais para construção de uma narrativa que legitimasse a identidade mato-grossense.

Leotti argumenta que a figura do mato-grossense, construída pelos intelectuais da época, era uma espécie de herói civilizatório, que representava a força e a perseverança do povo da região. Essa figura foi apresentada como um exemplo de como a adaptação ao ambiente natural e a luta contra as adversidades poderia levar ao desenvolvimento e à modernização, conforme observado nos trechos a seguir⁴⁸:

Assim construída a trama, a necessidade de ingresso de Mato Grosso no projeto da nação está alicerçada historicamente, pois os feitos dos navegadores portugueses não completariam seus objetivos se não fosse a penetração “heróica” das bandeiras sertanejas; por sua vez, nada dessa história teria continuidade se não houvesse essa terceira parte da festa da rememoração e da fundação do espaço de sua construção.

É perceptível a exaltação a “heróica” ação dos bandeirantes ao adentrar no interior do Brasil, consolidando assim a presença portuguesa na região, bem como a expansão territorial decorrente da ocupação não indígena nesse interior, o que demonstra uma visão colonialista desses intelectuais.

⁴⁸ LEOTTI, Odemar. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO - IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno 1895 a 1934. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2013. P. 143.

No recorte apresentado a seguir, é possível entender a construção dos símbolos oficiais, dentre eles o brasão de armas, signo este que exhibe o caráter colonizador de Mato Grosso conforme explica Leotti⁴⁹:

A confecção do brasão das armas. Nessa fase já de uma economia como novo lugar de emblema do poder, vemos já mesclados os símbolos. No meio do escudo vemos um braço de cavaleiro representado o sertanismo como uma cruzada carregando a bandeira como uma cruz. Ao lado vemos ramos de mate, seringueira e guaraná símbolos da economia extrativistas. Além desses a presença do morro representado as minas de ouro que predominavam no início do século XX. O brasão das armas criado por Dom Francisco de Aquino que também compôs o Hino de Mato Grosso onde deixa marcado um discurso de superioridade do projeto colonizador sobre as culturas locais que vai marcar a história das relações sociais. Ficará nítida a transferência de um discurso racista para as relações entre as diferentes camadas da população.

Ao comparar a análise do autor com o brasão de armas, o caráter colonizador de domínio sobre o território, populações e recursos, é reforçado. Outra observação importante se dá em relação a seleção das narrativas, que ignoram os impactos sobre as populações indígenas.

Durante a década de 1930 o Estado Novo implementou entre outras medidas a retomada da colonização do Brasil através da Marcha para Oeste. A campanha implementada pelo governo Vargas incentivou “a migração para áreas consideradas sem donos, sem civilizados, tendo como finalidade a produção rural em terra férteis no interior do país”, conforme aponta Pereira.⁵⁰

O incentivo dos governos estadual e federal traçava uma meta de ocupação dos vazios demográficos principalmente no Oeste brasileiro. O processo iniciado no Estado Novo foi executado ainda durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, campanhas como “plante que o João garante” e “ocupar para não entregar” desenvolveram no brasileiro um ideal civilizatório amplamente trabalhado pelo governo federal. Estes dois momentos em especial, marca a história da (re)ocupação do interior de Mato Grosso bem como a violência contra os povos originários.

Este ideal civilizatório estimulado pelo governo “repercute até nossos dias. Permanece

⁴⁹ LEOTTI. 2013, p. 150.

⁵⁰ PEREIRA, Patricia Itaibele Gomes. Juína, a rainha da floresta: uma história sob o olhar do Rikbaktsa. AJES. Juína, 2015, p. 17

ainda "na constância das forças subconscientes, o fermento instintivo dos tempos heróicos"⁵¹, embora os processos não se repitam, o que se observa é que na marcha para Oeste é a manutenção da ação de desbravamento iniciada com a chegada dos portugueses e repetida durante as bandeiras conforme aponta Cassiano Ricardo em sua obra "A grandeza do Brasil exige o espírito bandeirante para sua própria conquista - dado o imperialismo brasileiro, que é o nosso "expansionismo interno" - e o fenômeno bandeira não terá, portanto, deixado de existir"⁵²

O que o autor aponta e que é possível identificar quando observadas as permanências entre os processos de (re)ocupação do território brasileiro, matogrossense e juinense, é que a imagem do bandeirante do século XVII período do Brasil Colonial, foi reativada no século XX em torno dos projetos governamentais ligados à expansão da fronteira agrícola nacional

O processo de ocupação por não indígenas do interior de Mato Grosso, se deu através do Ciclo da Borracha nos anos de 1930 e 1940, sendo continuado após a década de 1970. Semelhante aos primeiros anos da (re)ocupação do território brasileiro, no interior de Mato Grosso, os primeiros contatos foram baseados no extrativismo realizado pelos seringueiros no conhecido Ciclo da Borracha. A esse respeito Ioris⁵³ contribui ao afirmar que: "os seringueiros chegavam pelos rios Aripuanã e Juruena e constantemente entravam em confronto com os habitantes do local" explicando como se deram os contatos na região Noroeste do Estado. Este contato é relatado pelos povos Rikbaktsa, no Plano de gestão territorial e ambiental do povo, conforme relatado a seguir

A década de 1940 e 1950, fomos surpreendidos pela chegada dos seringueiros que invadiram as florestas dos rios Juruena, Sangue, Arinos e Aripuanã. Até o final da década de 1950 houve muitos conflitos armados, com violência e mortes, até conseguirmos amansar os brancos através do primeiro contato pacífico realizado com o padre João Dornstauder, em 1957.⁵⁴

O Ciclo da Borracha bem como a política de (re)ocupação da região amazônica e Oeste do Brasil compõem um conjunto de medidas que objetivaram a "colonização e "desenvolvimento" levada adiante pelos agentes do Estado e destinadas às regiões por eles

⁵¹ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência a "Bandeira" na formação social e política do Brasil* 3. Ed. Rio de Janeiro, 1970, p. 623

⁵² RICARDO, 1970, p. 622

⁵³ IORIS (2009, p. 16 apud PEREIRA, 2015, p. 18)

⁵⁴ RIKBAKTSA, Povo. *Plano de gestão territorial e ambiental do povo Rikbaktsa*. Mato Grosso, 2020. P. 21

consideradas “vazias”.⁵⁵ Este vazio simbólico descaracteriza os povos nativos existentes na região, entretanto conforme aponta Feitosa⁵⁶, o conceito de vazio foi construído segundo interesses de grupos específicos “[...] personagens históricos foram beneficiados por políticas empreendidas, sobretudo, pelo Governo Federal, amparado no discurso de que tais espaços estavam “vazios”. “Considera-se “vazio” qualquer espaço ainda não integrado ao modo de produção capitalista, incluindo aí, especificamente, os territórios historicamente ocupados por povos indígenas ou camponeses.”⁵⁷

É visível neste processo de (re)ocupação o colonialismo interno praticado pelo Governo Federal na prática de impor uma colonização em uma área já ocupada. A respeito disso Feitosa e Souza⁵⁸ apontam que:

[...] é perceptível que nos estímulos para a reocupação do Oeste brasileiro não houve alusão à consciência de que não estava ocorrendo uma ocupação em “áreas vazias” e sim uma invasão em áreas que, por sua vez, já eram habitadas e organizadas pela população indígena. Portanto, em nome do “progresso” fez-se ameaças, promoveu genocídio e esbulho territorial das comunidades indígenas no Oeste do Brasil beneficiando, dessa forma, a grande propriedade particular.

O esbulho pode ser caracterizado aqui como um elemento político utilizado pelo Estado para justificar as campanhas de migração, estimuladas pelo Governo Federal a partir da década de 1970. Vale considerar que o processo de alargamento da fronteira foi marcado por violências e violações dos direitos humanos.

Conforme destacado anteriormente a construção ideológica deste espaço vazio, descaracterizava os grupos originários habitantes da região, retirando-os da condição de donos da terra. Uma vez construída ideologicamente a noção de espaço vazio e reconstruída a missão civilizatória de (re)ocupação da terra, todos aqueles que não forem permitidos pelo estado, que permanecerem sobre a terra serão entendidos como inimigos do Estado. Sobre

⁵⁵ SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) Povos indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2020. Cap IV: Violências e Esbulho Territorial de Indígenas em Mato Grosso: investigação histórica do Relatório Figueiredo (1950-1960)/ FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira; SOUZA, Joádila Albino de. P, 67

⁵⁶ (2016, p.199-200),

⁵⁷ MEIRA, Leonice Maria. Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso” (1964-1974). Dissertação de Mestrado PPGHIS-UFMT. 2011. p. 38

⁵⁸ FEITOSA E SOUZA, 2020, p. 68

este assunto, Ioris⁵⁹ contribuí que:

O Governo entregava aos donos as terras limpas, ou seja, livres de índios. Muitos indígenas foram massacrados de forma brutal. Conforme Ioris (2009, p. 16) narra, “conseguiram exterminar, até os anos 50, todas as tribos indígenas da margem esquerda do Juruena e margem direita do alto rio Aripuanã.

Esta limpeza foi chancelada pelo Estado brasileiro que criou um perfil ideal para a função de colonizar a região, este perfil era preenchido pelo pioneiro sulista, um colono minimamente capitalizado, imbuído da missão civilizatória construída pelas campanhas federais durante o regime militar brasileiro.

Os processos de expropriação de terras foram marcados pela crueldade executada pelos agentes amparados e subsidiados pelo poder público. Feitosa e Souza discorrem sobre os processos violentos e torturantes extraídos a partir de depoimentos contidos no volume XVI do Relatório Figueiredo. Sobre isso Feitosa e Souza⁶⁰ escrevem:

Helio Jorge Bucker em suas declarações, fez dois relatos que impactam o olhar e nos abalam ao saber a forma apavorante como ocorreu a invasão das terras do povo Tapaiúñas e Cintas-largas. Em relação ao povo Tapaiúñas ele disse “[...] no norte de Mato Grosso, os índios TAPAIUNAS, também conhecidos por Beíço-de-pau foram envenenados com ARCÊNICO adicionado ao açúcar que receberam de presentes; [...]” (RF, 1968, p. 3785, grifo do autor). Aqui observamos o envenenamento de toda uma comunidade com um veneno letal em uma expedição traiçoeira feita com “presentes envenenados”. Imaginemos a tamanha crueldade visto que os efeitos do arsênico variam entre complicações gastrointestinais, hemorragias, descamação da pele, alucinações e taquicardias, tudo isso antes de matar!

Já na região em que este estudo se debruça, os relatos dos povos nativos informam uma chacina realizada entre o período do ciclo da borracha e a colonização oficial. Segundo os relatos, aviões jogaram açúcar envenenado e dias depois os seringueiros chegaram com armas e facões e mataram a todos. Feitosa e Souza⁶¹ utilizando ainda volume XVI do Relatório Figueiredo apresentam um relato sobre este episódio:

Sobre o povo Cinta Larga, o depoente Hélio Jorge Bucker recorda a perversidade cometida pela expedição organizada por Junqueira de Cuiabá que exterminou uma taba indígena mediante uso de bombas e dinamites atiradas de avião. “[...] os mateiros da mesma expedição exterminaram os

⁵⁹ Ioris, 2009, p. 16 apud PEREIRA, 2015, p.18)

⁶⁰ FEITOSA E SOUZA, 2020, P. 78.

⁶¹ FEITOSA E SOUZA, 2020, P. 78

remanescentes sendo que estouraram a cabeça de uma criancinha à bala e pendurarão a mãe do indiozinho assassinado pelas pernas e partiram-na a facão da verilha para a cabeça [...]” (RF, 1968, p. 3780-3785). Esse acontecimento de 1960 ficou conhecido como massacre do Paralelo 11, um assassinato em massa provocado por empresários que contrataram pistoleiros para executar a chacina. O relatório destaca que funcionários do SPI foram cúmplices desse horror como o major Luiz Vinhas Neves da Aeronáutica.

É possível identificar nas citações a permissividade do Estado representado pelos agentes do SPI nos processos de genocídio.

O processo de expansão territorial culminou na migração forçada dos povos que perderam gradativamente seus territórios, segundo RIKBAKTSÁ “Durante a expansão dos não indígenas pela região, perdemos a maior parte de nosso território tradicional. Hoje, ele é composto por três terras indígenas (T.I.) demarcadas e homologadas”⁶². Dentre os povos contatados no processo, o povo Rikbaktsa embora exercesse domínio territorial em certas áreas, mantinham a tradição do nomadismo conforme observado no relato a seguir:

“Os Rikbaktsa não tinham um lugar único, não éramos presos em lugar algum e, ao mesmo tempo, éramos de todos os lugares Andávamos por todas as partes e nada nos barrava. Se o inimigo tentava, nós já tirávamos eles do nosso caminho. Éramos livres para ir onde queríamos. Subíamos o Tapajós, pegávamos o Teles Pires, lá no rio Braço Norte íamos para o rio Braço Sul. íamos para a cabeceira desse rio pegar taquara no Rio Grande. Andávamos muitas luas, chegávamos nas Sete Quedas, várias luas se passavam, chegávamos no rio Peixoto, voltávamos no Braço Norte e íamos de novo para o Braço Sul pegar mais taquara. Íamos para a Serra do Cachimbo, antes passávamos pelo cerrado. Andávamos pelo Amazonas, pelo Pará, pelo Mato Grosso, Rondônia. Esses nomes foram dados pelo branco, para nós era tudo lugar de andar, de buscar comida, de buscar material para nossas armas, de buscar remédio, de buscar material para nossos enfeites. Lugar da gente viver, mas branco chega e coloca limite, coloca nome e diz até onde a gente pode ir”. (Texto transcrito por Elani dos Anjos Lobato, a partir do depoimento pessoal de Tapemy).⁶³

Assim como em outras literaturas, é perceptível como o contato dos ‘brancos’ alterou a dinâmica desses povos que paulatinamente migraram de nômades para seminômades. O contato civilizatório e pacificador, quando observado a partir da ótica dos nativos assume outra posição “a partir da “pacificação”, financiada em parte pelos seringalistas e realizada pelos jesuítas entre 1957 e 1962, nosso território tradicional passou a ser ocupado pelos

⁶² RIKBAKTSÁ, Povo. Plano de gestão territorial e ambiental do povo Rikbaktsa. Mato Grosso, 2020, p. 20

⁶³ RIKBAKTSÁ, 2020, P. 24

seringueiros, madeireiros, empresas mineradoras e agropecuárias”.⁶⁴

Muito além da bala que perfura e do facão que decepa, a violação dos corpos indígenas também acontecia através de armas biológicas “pois o início do contato com os brancos trouxe muitas doenças como gripe, catapora, sarampo, tuberculose e malária, [...] epidemias violentas, dizimando quase totalmente o nosso povo. Em 1969, [...] éramos apenas 250 sobreviventes”.⁶⁵

[...] a forte presença de epidemias trazidas pelos seringueiros, o Rikbaktsa D fala dessas doenças, “os seringueiros trouxe muita doença, tipo a gripe. De manhã minha mãe tava boa aí tossia, tossia e depois tava dura na rede. O meu pai também, tossia, tossia e depois na rede tava duro.”⁶⁶

A rápida diminuição pode parecer natural, uma espécie de efeito colateral da (re)ocupação, contudo ao aproximar-se da realidade o que se mostra é que tudo compõe um projeto maior de limpeza étnica, e que ao analisar as informações presentes neste texto, evidencia-se como este processo violento atravessou os povos indígenas.

O processo de esbulho territorial ocorrido no município de Juína marginalizou a população Rikbaktsa tanto socialmente quanto geograficamente. Historicamente o território abrangia toda a “bacia do rio Juruena: ao sul desde a barra do rio Papagaio; ao norte até depois do Salto Augusto no alto Tapajós; a oeste alcançava o rio Aripuanã e a leste o rio Arinos, na altura do rio dos peixes.”⁶⁷ como pode ser identificado no mapa na próxima página.

É possível observar que parte dos limites de Juína estão dentro do território histórico do Povo Rikbaktsa, e que o perímetro urbano (definido na legenda como Sedes Municipais) da cidade se localiza no mesmo espaço de uma aldeia antiga. A “pacificação” e as doenças anteriormente citadas contribuíram para redução do povo, propiciando o avanço não indígena sobre o território, empurrando para cada vez mais longe os nativos.

Objetivando uma melhor didática na compreensão do esbulho territorial, o mapa será disponibilizado com uma configuração diferente da padronizada, diante das informações nele contidas, torna-se possível identificar a atual área urbana do município de Juína e como ela

⁶⁴ RIKBAKTSA, 2020, P. 25

⁶⁵ RIKBAKTSA, 2020, P. 25

⁶⁶ PEREIRA, 2015, p. 27

⁶⁷ RIKBAKTSA, 2020, p. 16

ocupa o mesmo espaço que anteriormente pertenceu a uma aldeia, é possível analisar a antiga área de domínio e as atuais áreas demarcadas, evidenciando este esbulho.

Nos relatos a seguir, são apresentados como a invasão, a pacificação e as doenças afetaram o domínio da região do povo Rikbaktsa⁶⁸:

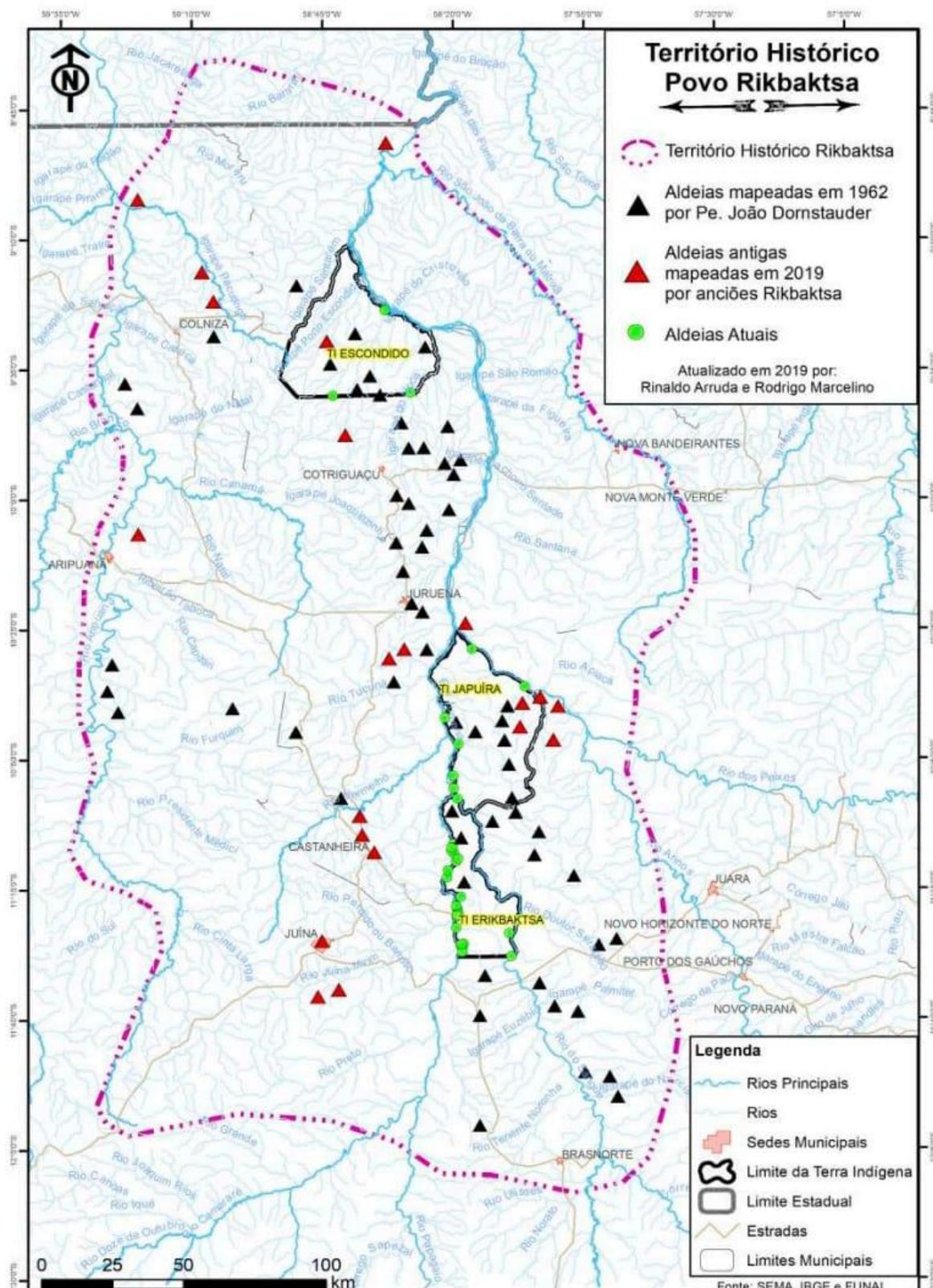
“Perdemos quase toda nossa terra e boa parte das crianças pequenas, a maioria órfãs, foram levadas para o Internato Jesuítico de Utiariti [...]. Foram educadas junto com crianças de outros povos indígenas, também contatados pelos missionários. Ali era proibido falar nossa língua e viver nossa cultura.

Os adultos sobreviventes foram sendo, pouco a pouco, transferidos de suas aldeias tradicionais para aldeias maiores e mais centralizadas, sob a direção catequizadora da Missão Anchieta. Numa parcela da região entre o rio do Sangue e o rio Juruena, onde já tínhamos várias aldeias, foi decretada em 1968 a Terra Indígena Erikpatsa, com cerca de 10% de nosso território original. Mas foi só em 1974 que os jesuítas conseguiram trazer toda a população Rikbaktsa para dentro dessa terra, apesar de muitas famílias quererem permanecer nas suas aldeias de origem entre o rio Arinos e o rio Juruena e entre o rio Juruena e o rio Aripuanã.

A colonização iniciada em 1978, se dá a partir do amplo processo de limpeza das terras iniciado nos anos 50, que permitiu a chegada da empresa colonizadora e dos colonos. O início da (re)ocupação culmina com a ação de transferência dos sobreviventes para uma mesma área comum, um quadro decorrente de uma política de Estado que redefine o acesso à terra, os indígenas passam a ser reorganizados em torno de aldeamentos.

Observar o mapa do Território Histórico Povo Rikbaktsa, proporciona melhor compreensão dos impactos das políticas implementadas pelo Estado na fronteira Oeste brasileira. As consequências das políticas “Marcha para Oeste” e “Ocupar para não entregar” podem ser identificadas quando a legenda do mapa informa que em 1962 o Pe. João Dornstauder mapeou 59 aldeias, os anciões mapearam mais 21 aldeias, e hoje as aldeias somam-se apenas 36. Outra análise possível a partir do mapa se dá no território, 7 cidades foram criadas sobre o território histórico, algumas sobre aldeias antigas como o caso de Juína em que os anciões Rikbaktsa, explicam que a praça central foi construída onde no passado houvera uma aldeia.

⁶⁸ RIKBAKTSA, 2020, p. 27-33



Mapa III: RIKBAKTSA. 2019. Território Histórico Povo Rikbaktsa

Enquanto povos seminômades, os Rikbaktsa possuíam uma área de dominação extensa, contudo exerciam ainda uma rede de contatos que alcançavam povos indígenas mais distantes como os Bororo, realizando trocas, é na região da atual baixada cuiabana e região de cerrado que coletavam madeira para confecção de arcos e flechas, logo, a chegada dos não indígenas limitou a área de atuação deste povo, conforme histórias narradas pelos próprios anciões.

Diante destas considerações este estudo permite analisar a complexidade das relações entre os múltiplos grupos presentes no processo (re)ocupação de Juína e o espaço comum que hoje habitam. Vale salientar que a territorialidade pode ser considerada uma manifestação fundamental de identidade e poder, na qual os indivíduos e grupos estabelecem conexões emocionais com determinados territórios. No entanto o fenômeno da multiterritorialidade desafia essa noção tradicional de territorialidade, à medida que as pessoas se tornam cada vez mais móveis e envolvidas em territórios simultâneos. Por outro lado, o esbulho territorial surge como uma ameaça à integridade dos territórios, envolvendo a usurpação injusta de áreas e recursos de comunidades e povos originários

O corpo é território, e na mata os átomos destes corpos mesclam-se aos átomos das árvores, dos rios, dos animais de forma que estes tornem-se um único organismo, indissociável. A chegada dos não indígenas representando o capital, elimina tudo e todos que se colocam contra os processos.

No ciclo da borracha os primeiros contatos afetam o cotidiano da mata, alteram a configuração natural da floresta, realidade que se intensifica durante a (re)ocupação. Os processos de esvaziamento iniciados na década de 1940 prepararam o terreno que a chegada de colonos na década de 1980, e é neste contexto que a disputa pela memória entra em conflito.

A memória enquadrada narrada pelos vencedores – neste contexto os colonos – perpetuada no imaginário coletivo, convive lado a lado com as memórias clandestinas. Os múltiplos atores sociais presentes na história da construção da Rainha da Floresta, ocupam espaços distintos na memória oficial. E são estes grupos que serão abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO SOCIAL DE JUÍNA: A RAINHA DA FLORESTA

“A floresta não tinha fim, o mundo era livre para andar. A gente andava muito, todo lugar. Não precisava ficar parado, cercado, como é hoje”⁶⁹

Quem chega ou passa por Juína, se depara na região central urbana com o monumento “JUÍNA, Rainha da Floresta”, um letreiro de 22 metros, que substitui simbolicamente a letra ‘i’ por uma árvore e adereça à letra ‘a’ com uma coroa. O monumento construído e exposto no passo municipal, ocupa um espaço que anteriormente abrigava outro monumento, a escultura “*Homenagem aos pioneiros*” que contém entre as representações um homem, uma mulher, uma criança e um indígena em torno de um grande tronco, simbolizando as oportunidades e os desafios que a floresta proporcionou. A substituição foi realizada em razão da mudança do paço municipal, aprovada e acompanhada pelo Conselho Municipal de Patrimônio e Memória, e instalada na Praça da Bíblia, praça central de Juína/MT.

Figura 1: Monumento "Juína, Rainha da Floresta"



Fonte: Figura do autor.

A escultura conta ainda com a representação de uma ave, de uma peneira, e de objetos que remetem aos pertences dos personagens. Este monumento foi construído a partir de um edital da Secretaria de Estado de Cultura, e o artista buscou homenagear aqueles que construíram a cidade de Juína.

⁶⁹ RIKBAKTSÁ, 2020, p. 17

A escultura que será apresentada a seguir é escolhida como ponto de partida deste segundo capítulo, uma vez que ela buscou representar os agentes presentes no processo de ocupação, contudo abre a possibilidade de outras análises, como por exemplo, uma conexão entre os diferentes agentes, uma falsa sensação de união dos grupos para o desenvolvimento, o que representa como a memória enquadrada age no imaginário coletivo.

Figura 2: Monumento “Homenagem aos Pioneiros”



Fonte: Figura do autor.

O imaginário coletivo mencionado acima, se constitui a partir do que Maurice Halbwachs define como memória coletiva. Halbwachs define que as memórias são moldadas por grupos sociais, que não são experiências individuais mas estão inseridas em contextos sociais e culturais mais amplos, em seu livro “A memória coletiva”, ele define que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios”⁷⁰.

Os conflitos pela memória evidenciam quais narrativas serão evidenciadas (manifestadas), quais atores serão protagonistas nos processos, e na realidade de Juína, quais

⁷⁰ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990, p. 34

serão responsabilizados pelo atraso no desenvolvimento. As memórias são selecionadas e estas narrativas ganham o status de memória oficial, a este respeito Oliveira, J. C., et. al. Comentam:

Nessa perspectiva, memória coletiva não se configura como uma mera expressão do passado, mas uma (re)construção coletiva desse passado elaborado por indivíduos inseridos em uma coletividade. Esse processo se concretiza por meio de processos de seleção, nos quais eventos passados, possivelmente ocorridos em determinados grupos, mais duradouros, são conservados, ao passo que eventos que aconteceram em grupos com poucos laços afetivos podem se perder com o decorrer do tempo.⁷¹

Neste território ocupado e vivido pelos povos Enawenê-nawê, Cinta-Larga e Rikbaktsa, outros grupos chegaram por meio de projetos governamentais. Passaram a se autointitular pioneiros, e com a chancela do Estado atribuíram a estes projetos o status de colonização, contudo, neste trabalho serão nomeados como projetos de (re)ocupação. O conceito de (re)ocupação aqui estabelecido, será para fazer frente ao conceito da História oficial de colonização.⁷²

Estes ‘pioneiros’ construíram uma ‘história’ sobre a narrativa dos povos indígenas, cristalizaram suas narrativas de forma a reconhecerem estas como a oficial do/no município. A narrativa oficial passa a ser então a do colonizador, que chegou com os projetos de colonização.

Esta falsa sensação de união dos povos não surge em Juína, ela é decorrência do mito da democracia racial, processo que cumpre um papel político no Brasil, consequência de um longo processo que objetivava recontar a história, ocultando o passado violento que foi a colonização portuguesa. Este ideal de uma sociedade miscigenada não foi atingido e os preconceitos não foram superados, a generalização dos povos indígenas é um forte indicativo disso, e essa generalização/estereotipação pode ser observada ao analisar o indígena representado, com uma imagem generalizada dos povos indígenas (autóctones), não contendo elementos que de fato representem os povos indígenas do município ou região.

⁷¹ OLIVEIRA, Janderson Carneiro de; BERTONI, Luci Mara. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais: confluências teórico-conceituais. Belo Horizonte, 2019, p. 251.

⁷² A colonização é um processo histórico caracterizado pela ocupação e dominação de territórios por uma potência externa, que explora recursos e impõe sua cultura e sociedade sobre povos originários. O processo se intensificou na era moderna com o colonialismo europeu, a partir do estabelecimento de colônias na Ásia, África e América, gerando profundas desigualdades.

Segundo a narrativa do “mito da democracia racial” no Brasil não há diferença entre as raças que vivem de forma igualitária e harmônica. Abdias Nascimento problematiza este mito em seu livro “O Genocídio do Negro Brasileiro”. Para o autor, o embranquecimento da população compõe um projeto de eliminação da população negra. Para atingir tal objetivo, diversos mecanismos foram implementados para combater a mancha negra “Para a solução deste grande problema – a ameaça da “mancha negra” – [...] um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno⁷³”.

Entre as estruturas empregadas, o uso dos meios legais se caracterizou como um reforço para a manutenção deste sistema, impedindo que se instalasse de fato uma democracia racial, conforme indica Domingues:

A lei Áurea, em 1888, aboliu a escravidão, o principal dispositivo institucional de opressão dos negros no Brasil. Em 1889, a proclamação da República universalizou, em tese, o direito à cidadania. Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc. No entanto, não podemos esquecer que, segundo o artigo 70, título IV, da Constituição de 1891, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar e ser votados, entre outros, os analfabetos, condição na qual se encontrava a maioria da população negra, em São Paulo, no alvorecer da República. Assim, a inexistência da igualdade política anulava, na prática, muito dos supostos avanços da teoria.⁷⁴

A imigração europeia, sobretudo de italianos também foi uma das medidas implementadas na tentativa de branquear a população, Nascimento explica que houve uma articulação de intelectuais nos anos 20 que “estimulava através de leis a imigração de brancos europeus (celtas, raças nórdicas, iberos, eslavos, germânicos, portugueses, austríacos, russos e italianos)”⁷⁵. O objetivo era o de expurgar qualquer traço de sangue negro.

Um dos meios para comprovação de que esta política estava se cumprindo foi a utilização de estatísticas demográficas, que apontam uma diminuição substancial de negros e pardos em contraponto ao crescimento expressivo de brancos, e neste aspecto Nascimento

⁷³ NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 69

⁷⁴ DOMINGUES, Petrônio. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A MESTIÇAGEM NO BRASIL (1889-1930). Diálogos Latinoamericanos. Aarhus. 2005. p. 1

⁷⁵ NASCIMENTO, 1978, p. 72

menciona a importância de uma leitura atenta do contexto social do período quando diz que “eles mostram um retrato fortemente distorcido da realidade, já que conhecemos as pressões sociais a que estão submetidos os negros no Brasil, coação capaz de produzir a subcultura que os leva a uma identificação como branco”⁷⁶.

Na formação social brasileira, a população branca sempre ocupou os espaços de poder, e para se manter nestes espaços buscaram exercer domínio sobre os demais grupos da sociedade, isso reflete na formação da identidade dos brasileiros, uma vez que o “ideal de embranquecimento infundido sutilmente à população afro-brasileira”⁷⁷ ao mesmo tempo em que “o poder coativo nas mãos das classes dirigentes (brancas) manipulado como instrumento capaz de conceder ou negar ao descendente africano acesso e mobilidade às posições sociopolíticas e econômicas”⁷⁸ propiciaram um cenário no qual estas pessoas, objetivando fugir dos estigmas que a associação aos negros trazia, passaram a se autodeclarar pardos, mulatos, brancos entre outros, evitando a autodeclaração negra.

Um fato importante a considerar é que a documentação sustenta a narrativa. Pontuada esta informação, apresento um trecho do livro para melhor compreensão da linha que pretendo discutir, que informa que em:

[...] 1899, o Ministro das Finanças Rui Barbosa, ordenando a incineração de todos os documentos – inclusive registros estatísticos, demográficos, financeiros, etc – pertinentes à escravidão, ao tráfico negreiro, e aos escravos; assim apagaria a “mancha negra” da História do Brasil.⁷⁹

A queima destes documentos e a tendenciosa classificação nos censos, somadas ao ideal de embranquecimento construído na sociedade corroboraram com esta política de embranquecimento. E para que a política obtivesse sucesso foi necessária suprimir toda e qualquer movimentação que buscasse provar o contrário. Assim, criou-se no Brasil uma narrativa de inimigo do Estado.

A ausência de mecanismos legais para denúncias de racismo, a suposta redução do número de negros paralela ao crescimento da população branca, propiciam um cenário que promova a falsa sensação de igualdade, criando assim a ideia de uma democracia racial.

⁷⁶ NASCIMENTO, 1978, p. 74

⁷⁷ NASCIMENTO, 1979, p. 76

⁷⁸ NASCIMENTO, 1979, p. 76

⁷⁹ NASCIMENTO, 1978, p. 78

Em uma sociedade igualitária assim como delineavam para o Brasil, não haviam diferenças entre seus habitantes, logo todos eram iguais, assim a população negra não poderia lutar por melhores condições, igualdade e respeito conforme aponta Nascimento “todos são brasileiros, seja ele negro, branco, mulato, índio, ou asiático”⁸⁰ assim, o Estado criava outro instrumento para eliminação da mancha negra.

Esta forma de controle tinha entre outros objetivos o de impedir discussões sobre raça, “o objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial”⁸¹. Lutar contra o racismo, contra as desigualdades passou a ser entendido como um ato de subversão contra o Estado e, por conseguinte, contra os brasileiros, e Nascimento comenta que:

A camada dominante [...] considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. [...] os negros estão tratando de impor ao país uma suposta superioridade racial negra. Não se permite compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional.⁸²

Este pode ser caracterizado como um método de silenciamento dos grupos, impedindo-os de se articularem em busca de combate ao racismo, às mazelas decorrentes do processo de escravização, atribuindo aos que promovem tal articulação, o status de subversivos, inimigos da nação. Nascimento aborda no capítulo VI, a proibição de discussão sobre raça e explica que “qualquer reação do negro à situação brasileira enfrentaria dois inconvenientes: uma opinião oficial que consideraria "atividades raciais" como subversivas, e a atitude geral da sociedade que consideraria isto divisionista”.⁸³

Conforme apontado, o Estado promoveu uma gama de mecanismos que somados apontam para uma sociedade harmônica e igualitária, um cenário construído que implantou no Brasil o pensamento de democracia racial, ideia que foi fortalecida em diversos outros momentos da história do Brasil como por exemplo no século XIX com o romantismo brasileiro e o indianismo, que serão abordados neste capítulo.

Em seu livro ‘Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária’ Marilena Chauí realiza

⁸⁰ NASCIMENTO, 1978, p. 78

⁸¹ NASCIMENTO, 1978, p. 79

⁸² NASCIMENTO, 1978. P. 78 – 79

⁸³ DZIDZIENYO, p 5, apud (NASCIMENTO, 1978, p. 79

uma análise sobre a construção do mito fundador e seu papel na formação da identidade nacional. A autora argumenta que este mito é inspirado na ideia de que o Brasil foi fundado a partir de “três raças valorosas: os corajosos índios, os estoicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos”⁸⁴ com culturas e características distintas gerando a verdadeira identidade brasileira.

A ideia de democracia racial, amplamente difundida no Brasil, não se refletia na realidade dos grupos que disputavam o território que hoje corresponde ao município de Juína. Essa narrativa de harmonia entre os povos perpetuou uma visão distorcida da história, sugerindo uma aceitação pacífica das invasões e das ocupações das terras indígenas. No entanto, as relações entre as três etnias indígenas da região – historicamente inimigas e conflituosas – os não indígenas – seringueiros, construtores e colonos – demonstram que a suposta unidade racial nunca existiu. A escassez de registros sobre a perspectiva dos povos indígenas em relação à (re)ocupação de Juína reflete o silenciamento imposto pela memória oficial, que omitiu a resistência indígena em favor de uma narrativa que favorecia os interesses do Estado. Essa mesma ideia de união dos povos foi instrumentalizada pelos governos como uma estratégia para manter a unidade nacional, rotulando como inimigos da nação aqueles que resistiam a essas políticas de integração, frequentemente associadas a projetos de exploração econômica e territorial.

A história da criação do Projeto Juína compõe o quadro de ocupação da Amazônia brasileira. Desde a colonização portuguesa na América é possível identificar sinais deste movimento de ocupação da região, contudo é durante a Era Vargas, com sua política nacionalista, que a integração da região começou a ser considerada uma estratégia vital para os interesses nacionais. Outro grande projeto a ser considerado no processo histórico da região de Juína foi a campanha “Integrar para não entregar” da década de 1960, durante o regime militar brasileiro, slogan utilizado sob a justificativa de proteção à internacionalização da região, e “é a partir de 1960 que o processo de (re) ocupação passa a ser feito de forma contínua tanto no tempo quanto na extensão do território”⁸⁵. O que se observa destes projetos e ações, é o interesse exploratório sobre a região.

⁸⁴ CHAUI, Marilena. Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária. 1. ed. Fundação Perseu Abramo. 2000. p. 3

⁸⁵ SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Fortaleza. 2009. p. 2

Entre os anos 1930 e 1940, durante o Estado Novo, o Brasil experienciou o movimento conhecido como “Marcha para o Oeste”, projeto idealizado para (re)ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste brasileiro, responsável pela ampliação da fronteira agrícola nacional. Em sua tese, Feitosa explica que:

Em 1937, ao transmitir mensagem radiofônica de fim de ano, foi lançado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas o programa “Marcha para o Oeste”, movimento de ocupação do território central do país que, nas palavras do presidente, representavam o “verdadeiro sentido da brasilidade”. [...] A justificativa do Governo para implantar o Programa foi a existência de excedentes pobres na Região Centro-Sul do país o que gerava uma situação de potencial tensão social.⁸⁶

A (re)ocupação tinha entre outros objetivos, a integração da região amazônica às demais regiões do território nacional, através do programa “Marcha para o Oeste”, outros interesses foram alcançados “como “reajuste demográfico”, implementação da “agricultura moderna” e exploração da matéria prima dessa região para movimentar o mercado interno e externo”⁸⁷, o que se evidencia é que o projeto esteve alinhado ao capital, buscando uma integração econômica.

Conforme já apresentado, é a partir da década de 1960 que o efetivo processo de (re)ocupação e exploração permanente da Amazônia brasileira é iniciado. A partir da criação de uma política de integração nacional, criada durante o governo Castelo Branco (1964-1968), conforme aponta Santana:

A partir do governo de Castelo Branco (1964-1968), a Amazônia deixou de ser uma região pensada a partir de cogitações, para ser pensada e planejada estrategicamente a partir do governo central, que criou planos, programas, superintendências para executar os planos no espaço amazônico.⁸⁸

Assim, o governo implementou o que ficou conhecido como “Operação Amazônia”, composto por um conjunto de leis, programas e medidas administrativas destinadas a contribuições para a integração definitiva da região no cenário sócio-econômico nacional.

Dela compreenderam as Leis n.º 5.122, de 28 de setembro de 1966, reestruturando o Banco da Amazônia S.A. [...] n.º 5.173, de 27 de outubro de

⁸⁶ FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. Entre os imprescindíveis e os redundantes: olhares sobre a constituição de espaços e mundo do trabalho rural na região Norte de Mato Grosso do Sul Contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá-MS. p. 25-26

⁸⁷ FEITOSA E SOUZA, 2020, p. 69.

⁸⁸ SANTANA, 2009, p.2

1966, transformando a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a missão precípua de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia; e 5.174, de 27 de outubro de 1966, concedendo incentivos fiscais em favor da região amazônica. (AMAZÔNIA, 1969, p. 9).⁸⁹

Em 1966 foram criados o BASA – Banco da Amazônia (originalmente Banco de Crédito da Amazônia) e a SUDAM com a intenção de fomentar os projetos de ocupação na região amazônica, tornando economicamente atraente para nossos empreendimentos na região. Em 1970 o governo lançou o Programa de Integração Nacional (PIN) por meio do decreto-Lei nº. 1.106 e a instituição deste programa caracterizou uma ação mais incisiva pelo Governo Federal sobre a Amazônia.

Previsto no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), o objetivo deste programa “era expandir a fronteira econômica, em especial a agrícola [...] Suprir-se-ia a carência de mão-de-obra na região com programas de colonização [...] ocupando as margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém”⁹⁰. O Governo Federal criou ainda programas de desenvolvimento nas áreas amazônicas a partir das metas presentes no II PND, entre estes programas estão o POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) criado em 1974 e o POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil) em 1981. O II PND contava ainda com o PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento do Pantanal); o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados). Para a região Noroeste do Estado de Mato Grosso, localidade do município de Juína, se faz importante destaca que:

[...] cinco, dos quinze pólos de desenvolvimento estabelecidos pelo POLOAMAZÔNIA, estavam no Centro-Oeste, e destes, três em Mato Grosso, sendo dois no Noroeste do Estado, um em Juruena e outro em Aripuanã, o que tornou possível não só a construção da Rodovia AR-1, que foi a principal via de acesso àquela parte do Estado e viabilizou o ingresso dos Projetos de Colonização.

Para essa área, o Governo Federal, através da SUDECO previu a construção e pavimentação de rodovias ([...]. Já em agosto de 1970, o jornal *O Estado de Mato Grosso* noticiou a construção de uma estrada ligando a sede do município de Aripuanã/MT a Vilhena/RO, numa extensão de 410Km), e a

⁸⁹ AMAZÔNIA (1969, p. 9 apud, Santana, 2009, p. 2)

⁹⁰ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 21

construção de núcleos urbanos⁹¹

A construção da malha rodoviária em Mato Grosso evidencia o objetivo do governo em promover a integração da região amazônica aos centros desenvolvidos do Brasil, contudo a mesma estrada que atravessa a mata, atravessou também as populações indígenas presentes no interior do Estado.

Com o slogan, “integrar para não entregar”, o Governo criou uma narrativa de ‘ocupação’ do interior do país, de ‘vazios demográficos’. Um chamamento do Governo Federal aos mais variados setores da sociedade para um patriótico processo de ocupação racional, vale destacar que esta ação foi “pensada e gerada a partir da “Doutrina de Segurança Nacional”, que pensava o espaço amazônico num contexto internacional, dentro de um contexto da geopolítica”⁹². Os governos militares instrumentalizaram o vasto território e a baixa densidade populacional. Essa nova ocupação foi estrategicamente utilizada como recurso para manutenção da segurança interna e externa.

As ações governamentais tinham entre outros objetivos abrir “áreas ao excedente populacional do país”⁹³. O crescimento populacional em algumas áreas do país propiciou um ambiente de tensões no campo, “a tensão no campo cresceu (no Nordeste ou no extremo Sul), e a exigência de uma reforma agrária se fez sentir de modo mais agudo”⁹⁴, buscando mudanças na questão fundiária.

A pressão dos camponeses forçou aos governantes e os poderes instituídos a buscar alternativas para evitar crises sociais e conflitos no campo. A saída encontrada foi utilizar a Amazônia “como “portão de escape”, através dos projetos de colonização, para o esvaziamento dos conflitos no campo, tanto no Nordeste, quanto no Sul e Sudeste.”⁹⁵

A década de 1970 alterou as características de Mato Grosso, as mudanças foram desde sua geografia e limites, até a ampliação da densidade populacional e econômica. Mudanças consequentes do Colonialismo interno promovido pelos poderes estabelecidos e órgãos governamentais. O Estado passou a receber cada vez mais agricultores de áreas de conflito e

⁹¹ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 22

⁹² SANTANA, 2009, p. 9

⁹³ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 26

⁹⁴ JOANONI NETO, Vitale, 2007, p. 26

⁹⁵ SANTANA, 2009, p. 4

de modernização agrícola.

No Nordeste, havia os fatores climáticos, e conflitos na zona da Mata. No Sul, o empobrecimento dos pequenos proprietários se intensificava, devido ao avanço da mecanização do campo, e da necessidade de capitalização. A pressão da agricultura mecanizada e o programa do governo de remembramento dos lotes, tornavam cada vez mais difícil a sobrevivência dos agricultores minifundiários.⁹⁶

É perceptível uma alternância entre as razões para a (re)ocupação do Estado de Mato Grosso. Ora tais movimentos decorrem da necessidade da população, ora dos interesses exploratórios governamentais. Logo evidencia-se que a formação da sociedade juinense não ocorreu por meio de invasões clandestinas do ponto de vista jurídico e sim, resultante de um projeto governamental.

2.1 A HISTÓRIA DOS GUARDIÕES DA FLORESTA

Conforme já apresentado, o processo de (re)ocupação contou com a presença de múltiplos agentes, que aqui serão organizados em três grupos: os indígenas, os colonos e os trabalhadores. Neste capítulo estes grupos serão melhor detalhados, bem como os conflitos decorrentes do processo.

O primeiro grupo a ser observado neste processo é o dos povos nativos, os indígenas presentes na região, e que vivenciaram o rápido e violento processo de esbulho e (re)ocupação de seu território. O município de Juína conta historicamente com a ocupação de três etnias distintas, os povos Enawenê-Nawê (Aruák), o povo Eterepuiy conhecidos também como Cinta Larga (Tupi Mondé) e o povo Rikbaktsa (Macro-Jê).

Estes povos originam-se em diferentes localidades a exemplo dos Rikbaktsa que provavelmente migram do cerrado para a Amazônia, “Outros relatos dos anciões dizem que, em tempos mais recentes, viemos pelo cerrado [...]. Ao encontrarmos o rio Juruena, nos

⁹⁶ SANTANA, 2009, p. 5

estabelecemos no território onde permanecemos até hoje”.⁹⁷

Outra etnia presente neste processo são os Panderéj, popularmente conhecidos como Cinta Larga. Sobre este povo não se sabe exatamente onde ele se originaram “segundo os anciões, eles não recordam da memória bem antiga”⁹⁸, ou quando se instalaram na atual região do “sudoeste da Amazônia brasileira, compreendendo parte dos estados de Rondônia e Mato Grosso”⁹⁹, a etnia conta com diversos etnônimos, contudo foi popularizada como Cinta Larga, conforme explica LARGA:

A nação Cinta Larga foi assim chamada pelos não indígenas devido ao ardume usado pelo homem, espécie de cinturão feito de entrecasca de árvore tauari. Mas sendo eu um indígena deste povo, não usarei esse apelido dado pelos invasores da nossa terra, pois prefiro usar o nome pelo qual o povo se autodenomina, Panderéj, que significa povo, gente, pessoa.¹⁰⁰

Já os Enawenê-nawê apresentam um histórico de ocupações no Vale do Juruena, envolvendo relações conflituosas, o que promoveu um franco processo de fugas e ataques por questões territoriais com os demais povos indígenas presentes na região.

As terras tradicionais e de ocupação efetiva dos últimos 150 anos (no mínimo) estendem-se do Doze de Outubro e Camararé ao sudoeste, às nascentes da sub-bacia do Aripuanã ao noroeste, as nascentes do Rio Preto e Juína Mirim ao norte e nordeste, e como limite sudeste o Papagaio e o próprio Alto Juruena em sua confluência com o Juína. Segundo esse ciclo, os Enawenê-nawê habitaram desde sempre (imemorialmente) e até cerca de 70 anos atrás, as terras compreendidas entre as cabeceiras do rio Aripuanã (Hawinaware), Rio Preto (Adowina), e Rio Arimena (Olowina), os dois últimos afluentes da margem esquerda do Juruena.¹⁰¹

As regiões apontadas estão localizadas no Noroeste mato-grossense, nas proximidades da atual cidade de Juína.

Conforme afirmou Mark Twain, a história não se repete, mas rima por vezes. Fato constatado quando observado os ciclos de ocupação do Brasil a partir de 1500, a ocupação de Mato Grosso no séc. XVIII bem como na (re)ocupação de Juína na década de 1970. Traçando uma linha diacrônica da chegada dos portugueses ao Brasil até os dias de hoje, considerando

⁹⁷ RIKBAK TSA, 2020, p. 14

⁹⁸ LARGA, Edir Cinta, HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO HOMEM CINTA LARGA: SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DO UNIVERSO MASCULINO PANDERÉJ. Barra do Bugres, 2016, p. 17

⁹⁹ LARGA, 2016, p. 19

¹⁰⁰ LARGA, 2016, p. 17

¹⁰¹ Rodgers, Ana Paula Lima. Enawenê-nawê. Povos Indígenas do Brasil, 2010. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Enawen%C3%AA-naw%C3%AA>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ainda as (re)ocupações de Estados e municípios, e considerando as relações estabelecidas entre europeus e ameríndios, evidencia-se como estes processos foram marcados por transformações e conflitos.

Ao observar os primeiros contatos entre colonizadores europeus e povos indígenas no Brasil a partir de 1500, é possível notar que a história desses povos tem sido marcada por uma série de transformações e conflitos. A construção da imagem dos indígenas, no imaginário europeu, foi resultado de uma visão romantizada, muitas vezes distante da realidade vivenciada por essas comunidades e a produção do século XIX foi fundamental para naturalizar esta imagem romantizada. No entanto, por trás dessa imagem romantizada, reside uma história de violência e dominação que moldou profundamente o destino desses povos. A este respeito Pereira discorre que:

Os primeiros relatos sobre os chamados índios nas terras do Novo Continente foram feitos por Pero Vaz de Caminha (1500) destinados ao rei de Portugal no século XVI. A Carta de Caminha dizia: “pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas.” Eles foram, pois, descritos como selvagens, e esta imagem do índio povoava o imaginário europeu.

A construção da imagem do índio dá-se de forma carregada de sentimentos, emoções e fantasias poéticas, Laplantine (1996, p. 9) aborda que, “o processo do imaginário constitui-se da relação entre o sujeito e o objeto que percorre desde o real, que aparece ao sujeito figurado em imagens, até a representação possível do real”, sendo ela uma reconstrução do real a partir das experiências oriundas de quem a produz, das lembranças que o europeu trazia de suas flores, animais, lendas e experiências pessoais.¹⁰²

A historiografia aponta que os primeiros contatos proporcionaram uma grande troca cultural, contudo, derivaram em uma gama de desentendimentos e sofrimento por parte dos indígenas em razão da brutalidade e violência empregada na dominação conforme aponta Pereira “Os índios sofreram muito com o processo colonizador, perdendo seus territórios, sua língua materna, seus guerreiros, seus rituais e etc”.¹⁰³

O que se percebe é um padrão exploratório identificado em outros períodos históricos brasileiro, um padrão que se justifica pela ideia de missão civilizatória. Ailton Krenak em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo” escreve sobre esta ação, ele define que “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na

¹⁰² PEREIRA, 2015, p. 13

¹⁰³ PEREIRA, 2015, p. 13

premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível.”¹⁰⁴ Ou seja, “Com o propósito de explorar o Novo Mundo e tirar tudo o que podia para integrar as riquezas da coroa, os portugueses foram incansáveis na exploração”.¹⁰⁵

Importante destacar que a partir da entrada dos portugueses no território, estes constroem uma imagem do indígena baseada nas experiências de cada grupo colonizador, influenciando assim na caracterização dos nativos no continente europeu por meio dos relatos e cartas escritas. Considerando que não houve uma unidade política, e sim a ocupação portuguesa em duas colônias distintas, cada colônia apresentava um ideário e características próprias em relação aos povos nativos. A este respeito Oliveira explica que:

É que a América Portuguesa não estava constituída por uma única, mas sim por duas colônias distintas: a do Brasil, [...] abrangendo da capitânia de São Vicente (São Paulo) ao Ceará, [...]; e a do Maranhão e Grão-Pará, cuja sede foi a cidade de Belém, próximo à embocadura do rio Amazonas, tendo como sua hinterlândia toda a região configurada pelo enorme vale deste rio e de seus numerosos afluentes.¹⁰⁶

Vale considerar que os primeiros relatos retratam os indígenas como “nobres selvagens” criando uma imagem de pureza e inocência, várias vezes mesclando-os a mata, a terra e a natureza. Entretanto, conforme a ocupação avança são apresentadas resistências a exploração dos nativos, e a partir disso, inicia-se um processo de animalização daqueles que resistiam ao movimento. É a partir disso que se justificam as ‘guerras justas’, a catequização e o franco processo de escravização indígena, e por conseguinte, as narrativas a respeito dos nativos, e é quando passam a descrever/apresentar os indígenas na condição de selvagens.

Esta imagem do indígena violento, antropofágico, de valores primitivos, começa a sofrer alteração com o conhecido indianismo, movimento romântico brasileiro surgido no século XIX para valorização da origem na nacionalidade brasileira, que propôs o ‘índio’ como parte integrante e fundadora da nação brasileira.

Durante o século XIX, baseado no padrão de cientificidade, que produzia obras de artes que ajudam neste ideário, no qual os indígenas ocupam uma posição passiva no processo

¹⁰⁴ KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 1

¹⁰⁵ PEREIRA, 2015, p. 13

¹⁰⁶ OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro, 2016. p. 161

colonizatório, aguardando este processo civilizatório. Tais exemplos de passividade podem ser observados em pinturas e textos do período.

Figura 3: Victor Meirelles. Primeira Missa no Brasil. Óleo sobre tela. 1860. 268 x 365 cm. Museu Nacional de Belas Artes



Fonte: Equipe do Correio IMS. A primeira missa no Brasil, 1860, por Victor Meirelles. Óleo sobre tela, 268 x 356 cm. Museu Nacional de Belas Artes. Disponível em: https://correio.ims.com.br/carta/solum-crucifixum/a-primeira-missa-no-brasil_victor_meirelles/. Acesso em: 28 jun. 2024

Em sua dissertação, Lessa apresenta uma análise das obras de Victor Meirelles, produzidas no século XIX e influenciadas pelo neoclassicismo. A respeito da obra “A Primeira Missa no Brasil” produzida no século XIX e inspirada pela carta de Pêro Vaz de Caminha e explica que “Esta obra tornou-se uma espécie de retrato da realidade histórica que representava os primeiros contatos e ações dos colonizadores [...] bem como a inserção da religião como processo de fácil aceitação por parte dos povos indígenas”.¹⁰⁷

As relações entre europeus e ameríndios se apresentam distintas quando se considera

¹⁰⁷ LESSA, Agla Mendes de Mello. IMAGENS E OLHARES: Povos indígenas e a construção/reforço de estereótipos através de imagens dos séculos XVI-XVII e XIX-XX utilizadas como complementos em conteúdos na sala de aula. Bahia, 2016, p. 81-82

a questão espacial. Conforme informado anteriormente Portugal instituiu dois modelos de ocupação na América, as colônias do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará conforme explica Oliveira:

Não se trata de um detalhe da vida política-administrativa portuguesa, mas da instituição de dois modelos de colonização, com estratégias bastante diferentes de incorporação das populações autóctones e de utilização de recursos naturais, o que repercutiu no estabelecimento de unidades sociais com modos de organização e modalidades de autorrepresentação diferentes.¹⁰⁸

Abordar a diferença nestes modelos de organização e entender como cada um deles funcionou, se justifica neste estudo uma vez que a cidade de Juína está localizada na Amazônia mato-grossense, assim, as realidades vivenciadas pelos autóctones deste espaço, se assemelham historicamente mais aos povos da colônia do Maranhão e Grão-Pará.

Estes grupos vivenciaram uma colonização baseada no extrativismo, enquanto a colônia do Brasil apresentou outras modalidades além do extrativismo, sendo o latifúndio, a mineração, a pecuária entre outras. Entretanto esta atividade econômica presente na Amazônia, não atingiram de imediato todas as regiões, conforme aponta Neto:

Ao se acompanhar o processo de colonização da região noroeste do Brasil, percebe-se o seu trajeto periférico, até fins do século XIX [...]. Somente quando se inicia o primeiro ciclo da borracha, atraindo peruanos e cearenses para a Amazônia, os afluentes do Madeira vão ser percorridos e ocupados efetivamente.¹⁰⁹

Há poucos registros sobre a região anteriores a Comissão Rondon, alguns como os evidenciados por Neto, referem-se a região do Tapajós-Madeira que destacam “grupos ribeirinhos, e pouco ou nada é dito sobre as tribos do interior do território”¹¹⁰.

Anterior as políticas já citadas, já se planejava a ocupação do Oeste brasileiro, “planejava-se a ocupação sistemática e permanente do noroeste do então imenso estado de Mato Grosso”¹¹¹, este objetivo traçado a partir da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, conhecida como Comissão Rondon tinha entre outras propostas “abrir estradas estratégicas, executar trabalhos geográficos, botânicos e

¹⁰⁸ OLIVEIRA, 2016, p. 161

¹⁰⁹ NETO, João Dal Poz. NO PAÍS DOS CINTA LARGA, Uma etnografia do ritual. São Paulo, 1991, p. 17

¹¹⁰ NETO, 1991, p. 18.

¹¹¹ NETO, 1991, p. 18

mineralógicos, a Comissão Rondon encarregou-se de “pacificar” os povos indígenas em seu percurso”.

O processo de extensão das linhas telégrafas, impactou na dinâmica das relações indígenas, no noroeste do atual Estado de Mato Grosso, o povo Enawenê-nawê por exemplo empenhou grande processo migratório por conflitos territoriais com outros povos indígenas, após o estabelecimento às margens do rio Iquê “os Enawenê-nawê se depararam com as frentes telegráficas, e delas também recuaram, decidindo habitar nas proximidades do rio Primavera, [...] em pleno território nambikwara”¹¹².

Conforme visto anteriormente o Brasil também vivenciou um projeto colonialista interno. Movimento é embasado por um discurso de exaltação do colonizador, um colonizador que correspondendo aos interesses de branqueamento da população que origina-se no sul do país. Entretanto este colonialismo se deu através de diversas etapas, a instalação das linhas telegráficas, os ciclos da borracha, a construção de estradas e a (re)ocupação compõem estas etapas deste colonialismo.

Assim como outras retóricas, a Amazônia também foi construída no imaginário coletivo por meio de narrativas. Narrativas que no século XIX ganharam espaço em meio a atmosfera de mudanças que o período passava. Nada é estático e permanente, tudo é momentâneo, transitório, assim conceitos surgem e desaparecem com o tempo, assim, é importante entender de onde surgem as imagens estereotipadas que compõem o pensamento sobre a Amazônia. Oliveira argumenta que:

[...] a Amazônia é o mundo das águas e da floresta, em que a natureza funciona como um sistema integrado e harmonioso, imperando de forma quase absoluta. É aquele lugar privilegiado do planeta em que se realizaria a mais perfeita expressão do primado da natureza sobre o homem, uma espécie de paraíso perdido que nos reporta ao cenário de uma terra antes do aparecimento do homem. Em suma, o império da natureza e o acanhamento da civilização, o planeta das águas e o deserto da história.¹¹³

A potencialidade da natureza amazônica não é acompanhada pela valorização dos povos que nela habitam, “não havia qualquer discordância quanto ao seu caráter majestoso,

¹¹² RODGERS, 2010.

¹¹³ OLIVEIRA, 2016, p. 163

nem quanto à pouca importância da parcela da humanidade que ali se localizava”.¹¹⁴ O homem é fruto de seu tempo, esta frase explica os discursos justificados pelas ideias e movimentos do século XIX, em que Oliveira diz que:

Os naturalistas Spix e Martius (1981) estabeleceram um paralelo entre uma “natureza exuberante” e uma história nova, que mal então se iniciava. Elisée Reclus (1862), alguns anos depois, contrastou a importância da Amazônia na história da terra com a sua nulidade na perspectiva da história do homem. Euclides da Cunha, à parte observações muito argutas sobre os usos e costumes locais, veio a reforçar essa visão sobre a ausência de história, ao comentar que “Realmente, a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênese”, onde o homem “é ainda um intruso impertinente” (Cunha, 2000a:116; 2000b:346).¹¹⁵

Durante o século XIX o mundo presenciou um novo ciclo expansionista europeu muito mais intenso, este movimento reverberou impulsionando por exemplo o colonialismo interno em diversos países, conforme aponta Oliveira quando afirma que: “Foi o que aconteceu na parte oeste dos Estados Unidos. A natureza virgem, a ser subjugada e colocada a produzir riquezas [...] passou a ser concebida como uma fronteira sempre em movimento [...] a expansão para o Oeste, a orientação religiosa dos pioneiros”.¹¹⁶

No Brasil a floresta trazia consigo a necessidade de uma “ocupação”. O colonialismo interno carregou consigo o ideário de avanço da civilização, uma re-implantação da ideia de progresso que ressignifica em uma diversidade de tempos históricos.

OS VADIOS DA HISTÓRIA: A SUBCLASSE JUINENSE

Neste tópico abordaremos o grupo dos trabalhadores descapitalizados, um grupo miscigenado, de diversas origens, oriundos das mais variadas regiões do Brasil. Um grupo composto por seringueiros, mineradores (garimpeiros), bóia frias, vaqueiros, capatazes, mascates, lavadeiras, cozinheiros entre tantos outros. Um grupo marginalizado, desclassificado que era enxergados majoritariamente como “mão-de-obra alternativa à

¹¹⁴ OLIVEIRA, 2016, p. 163

¹¹⁵ OLIVEIRA, 2016, p. 164

¹¹⁶ OLIVEIRA, 2016, p. 165

escrava, de uma espécie de exército de reserva da escravidão”¹¹⁷, a utilidade os tornavam cidadãos provisórios, de segunda classe. Na inutilidade, sua presença era sinônimo de perigo e violência.

2.1.1 OS SERINGUEIROS

Dentre estes agentes o primeiro a ser abordado será o seringueiro. Os seringueiros são os primeiros a contatar os povos indígenas na região de Juína segundo os registros e narrativas dos povos. Os seringueiros estão diretamente relacionados aos ciclos da borracha na Amazônia.

O primeiro ciclo da borracha data o século XIX e está vinculado a Segunda Revolução Industrial enquanto o segundo ciclo aconteceu no contexto da Segunda Guerra Mundial, para fins de abastecimento da indústria bélica dos aliados. Neste segundo ciclo da borracha cerca “de cem mil homens se alistaram neste movimento como “soldados da borracha”. [...] embrenharam na selva à procura de novos seringais, expondo-se a riscos como doenças tropicais, animais selvagens e índios cada vez mais encurralados pelo “progresso”.”¹¹⁸

Além do objetivo econômico caracterizado pela exportação da borracha para os Estados Unidos, o governo tinha entre outros interesses o de promover a ocupação da Amazônia, em sua Tese de doutorado Santos explica que:

Com interesses também em promover a ocupação da Amazônia, o governo brasileiro, em esforço conjunto com os Estados Unidos, iniciou o imediato recrutamento de trabalhadores para as frentes de exploração da borrachana Amazônia. [...] Em questão de meses, milhares de trabalhadores, especialmente nordestinos, foram convencidos ou aliciados, forçados ou iludidos com as condições de trabalho e ganho muito diferentes da expectativa a se dirigirem para a Amazônia, [...] Uma série de cartazes, cartilhas e ilustrações foram criadas pelo SEMTA com a finalidade de constituir em um aparato ideológico capaz de convencer uma massa de trabalhadores, sem grandes perspectivas em função do alto índice de

¹¹⁷ GOETTERT, Jones Dari. Aos "vadios", o trabalho: considerações e torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. 2012. p. 109.

¹¹⁸ DOS REIS, Vanilda; FRANÇA, Cecília de Campos. RIKBAKTSA: UMA HISTÓRIA SOB DUAS PERSPECTIVAS. Revista Moinhos, [S. l.], n. 1, p. 232–252, 2017. DOI: 10.30681/moinhos.v0i1.2407. p. 235.

desemprego, de seus baixos níveis de escolaridade, no caso dos nordestinos que enfrentavam também a seca, mas que permitiram ao governo o alcance da meta de direcionar 50 mil trabalhadores para a Amazônia em apenas 5 meses.¹¹⁹

Contudo se depararam com uma realidade diferente da propagandeada “ao invés da riqueza fácil e honrarias de herói de guerra prometidas pelo governo, esses trabalhadores encontraram miséria, violência e mortes pelas mãos dos jagunços e escravidão por dívida”¹²⁰. O que se percebe ao observar os programas e projetos é que estes agentes cumpriram mesmo que sem saber a política governamental de (re)ocupação amazônica “os fundões da Amazônia mato-grossense foram sendo explorados e inseridos em projeto silencioso de abertura e “limpeza” étnica para a chegada dos grandes empreendimentos, em especial a colonização”.¹²¹

É neste cenário que estão inseridos relatos dos primeiros contatos entre indígenas da região e não indígenas neste caso os seringueiros. Dos Reis e França explicam em seu artigo que “quando a notícia da invasão dos seringueiros se espalhou entre os Rikbaktsa eles não ficaram em pânico, como relata Albano (2011): “o nosso povo ficou preocupado em saber quem eram, de onde estavam vindo e o que eles queriam da nossa gente” (sic).”¹²²

Os primeiros contatos foram marcados por conflitos e mortes. Para traçar um panorama da história dos primeiros contatos serão utilizados os registros do Pe. João Evangelista Dornstauder. Pe. João Dornstauder nasceu na Áustria em 1904. Ingressou na Ordem Religiosa dos Jesuítas e respondeu a missão no Brasil. Ministrou aulas na escolástica jesuítica até o ano de 1946 quando optou pela vida missionária, e foi transferido no mesmo ano para a cidade de Diamantino – MT e foi designado para trabalhos na Pastoral Indígena. Em 1955 conseguiu contatar o povo Kayabi do Rio Tatuí, os Apiaká e em 1956 contactou o povo Rikbaktsa. Durante o processo de pacificação realizou registros diários contendo o cotidiano, dados sobre a violência, aldeias e até mesmo relatos dos seringueiros. Em 1975 publicou o livro “Como pacifiquei os Rikbáktsa”, que será utilizado como fonte para compreender os primeiros contatos.

¹¹⁹ SANTOS, Júlio César dos. A Fronteira como lugar das diferenças: Rickbaktsa entre a igreja e o estado (1930-1985) / Júlio César dos Santos. – Cuiabá – MT, 2018. 258f.:il. p. 111-112

¹²⁰ SANTOS, 2018. p. 114

¹²¹ SANTOS. 2018. p. 114

¹²² DOS REIS e FRANÇA. 2017. p. 237.

Agonizávamos por volta de 1950, quando um surto de vida sacudiu nossa Amazônia. [...] Armaram uma sociedade de exploração. Um novo capítulo estava nascendo no ciclo da borracha, no norte de Mato Grosso. [...] Destocou mais de dez léguas de cerrado, à mão, para chegar com carro a um porto bem achado no rio Papagaio [...]. Era uma estrada [...]. E estourou também a novidade dos índios. [...] Toda uma ressurreição de bandeiras seringueiras acordou o sertão, juntamente com turmas garimpeiras e grupos colonizadores.¹²³

Conforme a extração avançava, as empresas seringueiras instalavam as feitorias denominadas ‘barracões’. O crescimento do extrativismo ampliou as tensões, a presença dos “invasores” acarretou a defesa do território. “Com o interesse pelos seringais [...] ao longo das margens desses rios, os territórios e a territorialidade indígena começam a ser violados de forma mais intensa”¹²⁴. Nos relatos de Dornstauder são relatadas algumas dessas defesas em que “os indígenas organizaram sucessivos ataques aos seringueiros muito bem coordenados e bastante violentos, levando-os a tornarem-se temidos por esses”¹²⁵.

Analisando os escritos de Dornstauder, os primeiros registros de morte do povo Rikbaktsa e seringueiros aparecem a partir de 1952. As anotações permitem compreender que a partir de então os conflitos aumentam. “Morreram, nessa frente do Juruena, mais Rikbáktsa do que nas demais frentes de guerra. Os índios mataram 7 seringueiros”¹²⁶.

Os seringais eram espaços plurais no que tange a origem dos trabalhadores. “Muitas vezes presidiários, cumpriam suas penas através do trabalho nos seringais ou eram fugitivos.”¹²⁷. Era comum a escravização por dívidas, esses trabalhadores foram expostos a miséria, a fome, a violência tanto pelo Estado quanto pelos empresários seringalistas.

Muitos seringais estabeleciam-se em áreas habitadas pelos Rikbaktsa, alguns deles sendo, posteriormente, transformados em postos de atração e assistência (Tolksdorf 1996[1958]:34). Isto determinava a proximidade entre as feitorias e futuros postos e as aldeias, favorecendo o adverso e quase inevitável contato permanente entre índios e seringueiros.

Grandes porções de terra podiam ser arrendadas ao governo, notadamente no caso dos seringalistas (Tolksdorf 1996 [1959]:72). Nos casos de requisição e aquisição de terras ao governo e companhias colonizadoras, o mecanismo

¹²³ DORNSTAUDER, João Evangelista. **Como Pacifiquei os Rikbaktsa**. São Leopoldo – RS, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1975. p. 10-11.

¹²⁴ SANTOS, 2018. p. 118.

¹²⁵ SANTOS, 2018. p. 118.

¹²⁶ DORNSTAUDER, 1975. p. 19.

¹²⁷ ATHILA, Adriana Romano. Arriscando corpos: permeabilidade, alteridade e as formas de socialidade entre os Rikbaktsa (Macro-Jê) do Sudoeste Amazônico. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2006. p. 116

era, no mínimo, curioso. Sobrevoada a terra, caso o comprador manifestasse interesse, assegurava-se a venda através de qualquer quantia que figurava como uma “entrada”. Feito isso, iniciavam-se os trabalhos de medição.¹²⁸

A terra foi transformada em um verdadeiro campo de batalhas entre os anos 1952 a 1962. Os seringais presentes dentro dos territórios indígenas foram vendidos aos colonos, os confrontos constituíram cenas de guerra, indígenas “eram mortos e massacrados, suas mulheres abusadas e raptadas e muitas aldeias foram queimadas”¹²⁹.

A ação dos seringueiros adentrou o período do regime militar brasileiro. O Relatório Figueiredo é um documento que reúne informações e denuncia as violações cometidas contra os povos indígenas em todo o país. Dentre as documentações está o genocídio do povo Cinta Larga, no estado de Mato Grosso, nas proximidades dos rios Juruena e Aripuanã, localizado no paralelo 11. O episódio ficou conhecido como Massacre do Paralelo Onze e foi atribuído “a disputa territorial entre os indígenas, seringueiros e fazendeiros, pois havia interesse no território propício para a extração da borracha e para o cultivo agropecuário, mas o estado negligenciou perante as atrocidades cometidas servindo aos interesses econômicos”¹³⁰. O testemunho do seringueiro Ataíde Pereira dos Santos expõe as brutalidades ocorridas no massacre e revela o objetivo de limpeza territorial, eliminando qualquer vestígio da presença indígena.

Minha tarefa era só matar o chefe dos cintas-largas. O índio estava isolado e era o único que não trabalhava, encostado a uma pedra, parecendo fiscalizar os outros. Aí Chico Luiz me disse: ‘Segura o capitão deles que eu acabo com o resto’. O Chico Luiz me escalou porque confiava na minha pontaria. O ‘Boliviano’ [membro do grupo de ataque] tinha uma winchester, mas eu nunca errei com meu velho mosquetão – relatou o seringueiro. Naquele dia, os atacantes dos cintas-largas estavam na margem oposta do Aripuanã, afluente do Madeira que atravessa a reserva indígena. Era um grupo de seis homens capazes de se deslocar na floresta com a habilidade de um índio. Chico Luiz era o chefe do grupo, que estava a serviço de Antonio Mascarenhas de Junqueira, seringalista respeitado em Mato Grosso, conhecido pela prática de assassinar índios. O grupo havia deixado o seringal, na confluência dos rios Juína mirim e Juruena, subindo por este último até Águas Bravas, onde o Juruena revoltado não permite a navegação. Penetraram na selva e a partir daí receberam apoio aéreo de um Cessna que lançava, periodicamente, alimentos e munição. O grupo atingiu a maloca dos cintas-largas à noite, com armas engatilhadas e sem fazer fogo capaz de

¹²⁸ ATHILA. 2006. P. 117

¹²⁹ PIRES, Paula Wolthers de Lorena. Rikbaktsa: um estudo de Parentesco e Organização Social. São Paulo: USP/PPGAS, 2009. P. 29

¹³⁰ CORRÊA, Noemi dos Reis. Desenvolvimentismo, projeto Juína e os Enawene Nawe: Violência e representações da branquitude. São Carlos: UFSCAR, 2021. P.94

denunciar sua presença. Nem um cigarro foi fumado durante toda a espera, quando se falou pouco e a sussurros. Ao amanhecer, com os cintas-largas deixando seus abrigos, os homens estavam prontos do outro lado do rio:– Eu quase dormi na pontaria, mas quando apertei o gatilho o índio caiu – relatou Ataíde. Mas ele mesmo ficaria horrorizado com as cenas que se seguiram. Chico Luiz portava uma metralhadora e os demais winchester-44 (‘papo-amarelo’), arma de alto poder de fogo, além de pistolas 38. Os índios não tinham como se defender sob a fuzilaria deflagrada pelo disparo de Ataíde, mas o grupo só atravessou o rio quando se deu conta de que todos estavam mortos. A surpresa, que desconcertou Ataíde e os outros, foi a presença de uma índia levando pela mão uma criança com idade estimada posteriormente em 5 anos. Ela nem correu. Estava sem forças. Apenas chorava, o que, no relato de Ataíde, irritou Chico Luiz: – É preciso matar todas essas pragas – berrou ele para o resto do grupo. Ataíde disse ter tentado temporizar:– Não faz mais judiação, Chico. Os cintas-largas vão querer se vingar. E os padres também não vão gostar disso – argumentou, referindo-se a missionários da ordem Consolata, que trabalhavam com os índios.– A gente pode ficar com a mulher. Ela é nova e bonita e se você não quiser a gente leva de presente pro Amorim – acrescentou Ataíde, referindo-se ao chefe do grupo que não estava presente, mas gostava de violentar índias.– Quem quiser mulher que venha buscar mulher no mato – berrou de volta Chico Luiz. Então, o pistoleiro agarrou a mulher, prendeu-a com uma corda numa árvore, de cabeça para baixo e, com um único golpe de facão, quase abriu seu corpo ao meio. A criança já estava morta, com um tiro na cabeça. Em poucos minutos a habilidade macabra do pistoleiro esquartejou o corpo da mulher enquanto os outros ateavam fogo à maloca minutos antes tranqüila e cheia de vida. Ataíde relatou à comissão que pensou em alvejar Chico Luiz pelas costas, mas se acovardou e permaneceu quieto:– Todos nós pensamos que ele havia ficado louco, mas ele continuou dando as ordens e mandou que atirássemos os corpos no rio. O ataque não durou mais que uma hora, rememorou Ataíde, ‘porque o Sol ainda não estava a pino quando partimos’. Cada um dos assassinos deveria receber um pagamento de 50 mil cruzeiros, mas Junqueira, o patrão, recusou o pagamento sob pretexto de que não queria mais aquele tipo de ação por ser muito caro. A estratégia mais barata seria bombardear as aldeias com dinamite, usando avião. Inconformado com a recusa do fazendeiro, Ataíde resolveu vingar-se e relatar o crime com justificativas: – A gente mata porque, às vezes, fica até seis meses no mato e acaba virando bicho. Os cintas-largas estão sentados em cima de grandes jazidas de cassiterita, a terra deles dá boa planta e tem muito mogno. Eles escolhem a melhor terra e não querem sair de lá. É preciso usar a força. (Ataíde Pereira dos Santos, 1965)¹³¹

O relato se refere a extinção de um aldeamento da etnia Cinta Larga, já o povo Rikbaktsa “Acredita-se que neste embate cerca de 75% (Arruda, 1992) da população Rikbaktsa tenha morrido, entre mortes causadas por arma de fogo e advindas do contágio por doenças dos brancos - tanto transmitidas pelos seringueiros quanto pelos missionários”.¹³²

¹³¹ CORRÊA. 2021. p. 93-94

¹³² PIRES. 2009. p. 29

2.1.2 OS GARIMPEIROS

Os segmentos econômicos de maior relevância no município de Juína foram a extração de latex e madeira, a agricultura, o garimpo e a pecuária. O garimpo atravessou as demais atividades econômicas, ocorrendo paralelamente a elas, o atrativo pelo ‘enriquecimento fácil’ alterou a dinâmica do capital local. Os trabalhadores dos mais variados setores passaram a se aventurar na atividade mineradora.

O projeto de ocupação da região serviu como portão de escape aos conflitos por terra na região Sul do país. Como pré-requisito, era necessário que os interessados pelos lotes comprovassem a atividade agricultora em seu local de origem, vale considerar ainda que a (re)ocupação efetiva avança sobre o governo Figueiredo na campanha “Plante que o Governo Garante”. Estes fatores permitem analisar que o carro chefe no campo econômico idealizado e implementado mesmo que indiretamente, foi a agricultura. Neste sentido, Santos diz que:

Oficialmente o projeto Juína foi pensado para ser polo de produção agrícola. A idealização da cidade é associada a uma série de fatores, dentre os quais, a conjuntura política, econômica e social do Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Sobre esses aspectos, podemos mencionar a situação da região Sul do país, o Sul enfrentava graves problemas de contingente populacional, em especial nos centros urbanos, que tinham ao redor das grandes cidades, cinturões de miséria (JOANONI NETO, 2007). Através de projetos de colonização, o Estado pretendia atrair homens e mulheres para o Norte e Nordeste de Mato Grosso, aliviando as tensões sociais no Sul.¹³³

A rápida venda dos lotes e a instalação de milhares de famílias na região, demonstra o sucesso da empresa colonizadora. “Nos primeiros meses de 1978 a cidade estava traçada, energia instalada, água encanada. As chácaras e muitos lotes rurais também demarcados e postos à venda”¹³⁴, é possível constatar isso ao observar o quantitativo de lotes vendidos entre 1978 e 1981.

¹³³ SANTOS, Julio César. A fronteira Noroeste: Entre Colonos e Garimpeiros de Juína – MT. XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH-Brasil / Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 22 a 26 de julho 2013. p. 2.

¹³⁴ IORIS, L. Juína: a rainha da floresta / Lídio Loris. São Paulo: All Print Editora, 2009. p. 25

Tabela 1 – Venda de lotes por ano

Ano	Quantitativo de Lotes Comercializados
1978	265
1979	872
1980	934
1981	527

Fonte: Vitale Joanone Neto. Juína: de projeto de colonização a pólo regional. p. 55-57

No entanto, alguns anos após o início do processo, muitos colonos enfrentaram desapontamentos devido a ausência de infraestrutura, assistência técnica, baixa produtividade e dificuldade para comercialização das produções.

Ao observar a imagem aérea de Juína na próxima página é possível compreender a dimensão dos desafios enfrentados pelos primeiros trabalhadores. O traçado dos octágonos delineando o perímetro urbano, cercado pela floresta.

Figura 4: Imagem aérea do núcleo urbano de Juína em 1979



Fonte: Biblioteca Municipal de Juína, Casa da Cultura

Ao adquirir um lote rural no Projeto Juína, o colono recebia uma cartilha com informações pessoais, uma foto e as obrigações tanto do colono quanto da CODEMAT. Essa cartilha foi intitulada de “Programa Estadual de Colonização”. Entre as “OBRIGAÇÕES DO COLONO” estavam: Residir, com a família, no lote; Ocupar e explorar racionalmente o lote; Manter reserva florestal; Pagar pontualmente as prestações estipuladas no contrato; Observar as diretrizes técnicas, econômicas e sociais do projeto; Não mudar a destinação do imóvel; Adaptar-se à comunidade e preservar a boa conduta;

Já nas “OBRIGAÇÕES DA CODEMAT” estavam entre outras informações: Fornecer o Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda; Abrir estradas de acesso e de penetração na área; Demarcar o lote com picadas e marcos; Implantar núcleos e subnúcleos urbanos para apoio comercial, educacional, sanitário e de segurança; Recepcionar os colonos e seus dependentes; Garantir assistência técnica e fornecimento de mudas, sementes e outros insumos, bem como a compra, pelo governo federal, da produção e preço mínimo;

As atividades econômicas permitidas nos lotes rurais eram a extração de madeira e a agricultura, atividades paralelas como a pecuária eram desestimuladas, a fiscalização era realizada pela cooperativa, “a cooperativa, imposta pelo Incra, foi obrigada a implantar e fiscalizar as obrigações dos colonos, [...] impedida de fornecer ou vender semente de capim, visando à formação de pastagens para alimentar gado de corte”¹³⁵.

Os desafios criaram o cenário ideal para o surgimento de novas formas de obtenção de renda. É neste contexto que surge o garimpo. Com atividades limitadas, dificuldades no escoamento e a ausência assistência especializada a agricultura começou a sofrer os seus primeiros impactos:

O colono cumpriu seu compromisso de não mudar a destinação do imóvel. A Codemat não cumpriu seu compromisso de assistência técnica, fornecimento de mudas, sementes e insumos. [...] O golpe fatal [...] aconteceu quando o governo resolveu suspender a compra de produtos de lavoura branca.¹³⁶

A agricultura em falência, corroborou com o surgimento de uma nova classe de ‘colonos’, ex-agricultores, “a pecuária então assumiu a hegemonia das atividades do campo, “expulsou” da terra o pequeno colono, que a vendeu, em sua grande maioria, e foi tentar a

¹³⁵ IORIS, 2009, p. 95

¹³⁶ IORIS, 2009, p. 95

sorte nos garimpos, deslocando-se posteriormente para a periferia das cidades”¹³⁷.

O pesquisador Júlio César Santos em sua dissertação de mestrado divide os garimpeiros de Juína em duas “modalidades”: Garimpeiro de profissão e o Garimpeiro colono.

“o primeiro [...] é o que veio para a região exclusivamente em função do garimpo; o segundo é o colono que enxergou no garimpo oportunidades. Muitas vezes motivados pelas dificuldades encontradas para produção agrícola ou por que foram seduzidos pelo “mito da riqueza fácil”¹³⁸

A mineração no Estado de Mato Grosso seguiu do Leste para o Médio-Norte, e a partir da segunda metade dos anos 1980 chegaram as primeiras notícias da atividade garimpeira na região de Juína “por volta de 1987, de acordo com relatos do ex-garimpeiro José Carlos Idalgo, chegam no Médio Norte as notícias dos garimpos de Juína”¹³⁹

A empresa responsável pela pesquisa do potencial diamantífero na cidade foi a SOPEMI – Sociedade de Pesquisas Minerais e Mineração Itapená S/A, popularmente conhecida como “Itapená”, subsidiária francesa controlada pela The Beers International uma empresa sul-africana. Segundo Santos:

A empresa explorava diamantes na região há pelo menos uma década, os registros das primeiras pesquisas datam de 1975. Após as notícias de conflitos entre a empresa Itapená e os primeiros garimpeiros que chegaram à região, as notícias da existência das minas, ganhou repercussão no Brasil e no exterior, os jornais falavam de uma “riqueza incalculável”.¹⁴⁰

A ascensão do garimpo conforme apontado na pesquisa de Santos data o ano de 1986 quando ocorre a chegada dos primeiros garimpeiros na região. Juína experimentou um crescimento populacional desordenado, e junto ao crescimento populacional as experiências com a violência decorrente da mineração. Júlio César Santos em sua pesquisa aponta que:

Os garimpos de Juína acrescentam duas dinâmicas importantes nessa relação de poder e fronteiras, primeiro: os conflitos entre grupos de garimpeiros e a empresa SOPEMI [...], e segundo: a amplificação dos conflitos e práticas de violência, uma vez que, as vilas garimpeiras se multiplicaram, criando

¹³⁷ IORIS, 2009, p. 96

¹³⁸ SANTOS, Júlio Cesar. Garimpos de Juína: Entre História, Relatos e Memórias (1986-1994). Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2012. p. 72

¹³⁹ SANTOS, 2012. p. 88

¹⁴⁰ SANTOS, 2013, p. 3

cenário de instabilidade, nos quais o poder público era inoperante.¹⁴¹

Os conflitos de poder e/ou atos de violência, intensificados pela entrada dos garimpeiros no contexto da colonização, manifestam-se em duas formas distintas: as ações das empresas e colonos contra a prática da garimpagem e a presença dos garimpeiros, gerando tensões nas vilas garimpeiras e no próprio ambiente de trabalho, resultando em conflitos intensos.

O garimpo apresentou um crescimento tão específico, que no ano de 1989 a cidade de Juína possuía uma população de aproximadamente 80.000 habitantes, conforme informado pelo então prefeito Liceu Alberto Veronese em ofício ao Governo do Estado solicitando suporte com maquinários e equipamentos para ampliação nos atendimentos e serviços na cidade (Anexo 1).

Com a chegada dos garimpeiros, começaram a surgir em toda a região vilas e currutelas garimpeiras. Os garimpos se concentraram nas proximidades da Rodovia BR 174 que liga Juína – MT a Vilhena – RO, contando com dois garimpos mais expressivos em extensão, o Garimpo do Juinão e o Garimpo do 180. O primeiro a uma distância aproximada de 18 quilômetros do perímetro urbano, o segundo à 60 quilômetros. Este segundo, em razão da distância do núcleo urbano contou com a estrutura maior, “Tinha na base de mil a mil e quinhentos metros de barracos dos dois lados da estrada”¹⁴².

Os relatos dos conflitos e violências no cotidiano da mineração são amplamente conhecidos, atribuindo a atividade uma imagem negativa, cercada de estigmas e mazelas, o garimpeiro é comumente associado à imagem de um aventureiro, enquanto o colono é reconhecido como um símbolo de responsabilidade. Santos em sua pesquisa expõe alguns relatos da violência no cotidiano do “catriado” em sua pesquisa, “ali vi uns caras matar outro a pauladas, e ninguém podia fazer nada” [...]”¹⁴³, À tardezinha e noite aquilo fervia, tinha muito peão rodado [...], toda semana era na base de 6 a 8 mortos, aqueles “catriados” estão cheio de ossada de peão. [...]”¹⁴⁴.

Ao longo da história, o garimpo não atrai apenas homens pobres e livres,

¹⁴¹ SANTOS, 2012, p. 111

¹⁴² SANTOS, 2012, p. 125

¹⁴³ SANTOS, 2012, p. 115

¹⁴⁴ SANTOS, 2012, p. 127

categorizados por Souza (1990) como desclassificados ou vadios da história, e colonos desencantados e arrasados pelas adversidade do trabalho moralmente admirado.

Existe ainda uma considerável parcela de homens bem posicionados socialmente que veem nos garimpos a oportunidade de expandir seus domínios econômicos, frequentemente impulsionados por práticas comerciais como por exemplo a compra e venda de diamantes, ou investindo na aquisição de equipamentos e maquinários. Há também os proprietários dos lotes.

É o que se observa no caso de Juína, a crise agrícola redireciona o colono, o agricultor que vendeu suas terras para grandes fazendeiros, e trabalhadores que buscavam maiores rendimentos de forma mais rápida “muita gente deixava suas terras e ia para o garimpo, porque ganhava muito, e ganhava rápido”¹⁴⁵. Santos demonstra isso através de um depoimento coletado:

Decidi entrar no garimpo, porque o garimpo surgiu na minha fazenda. Eu tinha uma fazenda pequena. Na época, era 200 hectares e surgiu o garimpo dentro dela. E ao lado da minha fazenda, tudo era garimpo, entendeu? Ai eu entrei no garimpo e com o dinheiro que eu ganhava no garimpo, eu fui comprando. Daí, minha fazenda era 200 ha e em 5 anos, fiquei com 2.400 hectares. (Romeu Veronese, entrevista, Juína-MT, 23 de Janeiro de 2012)¹⁴⁶

Em sua obra “Vidas Desperdiçadas” Zygmunt Bauman trata sobre o “refugio humano”, traça uma discussão sobre não haver espaço social para os marginalizados, os expulsos, o “lixo humano” produzido pelo e para a sociedade do consumo, a partir da ideia de “cultura do lixo” ao abordar os usos e os desusos de uma classe trabalhadora imigrante em território europeu.

Bauman discute a chamada cultura de descartabilidade em uma era de modernidade líquida, onde as experiências acontecem com uma rapidez surpreendente. Ele investiga o conceito de tolerância zero, onde indivíduos vistos como “diferentes” e que já não são úteis do ponto de vista da força de trabalho, são marginalizados no mundo das relações de trabalho.

A mão de obra garimpeira será sempre bem recebida, contudo o agente executor da atividade não, “O garimpeiro profissional foi aceito e incorporado à sociedade, enquanto foi útil a ela na condição de portador de conhecimento técnico, força de trabalho e até de

¹⁴⁵ SANTOS, 2013, p. 4

¹⁴⁶ SANTOS, 2013, p. 4.

consumidor”¹⁴⁷, a este grupo são atribuídas características como “farrista, gasta o que ganha, frequentemente está presente nos cabarés, e se envolve em conflitos com maior intensidade”¹⁴⁸ um grupo sem vínculo direto a terra e em sua maioria migrante.

O outro grupo, definido nesta pesquisa como “garimpeiros colonos” é formado por agricultores expropriados, trabalhadores rurais que recorreram a mineração como forma de complemento de renda, superação à crise econômica. São considerados garimpeiros apenas durante os trabalhos, ao fim da empreitada, são realocados em suas funções de origens ou novos trabalhos, contudo não mantêm o título de garimpeiros. Estes por sua vez, em geral investiram seus lucros na cidade, adquirindo terras, casas, empreendimentos, retomando a agricultura, “comprei a casa que moro hoje com dinheiro do garimpo, então não posso dizer que o garimpo foi ruim, alguma coisa deu” (Altir Peruzzo, entrevista, Juína, 27 de janeiro de 2012)¹⁴⁹.

As relações entre garimpeiros profissionais e garimpeiros colonos, são complexas e permeadas por diferenças, as motivações, heranças, origem e destinos quase sempre estão em lados opostos, existe uma fronteira intangível que os separa, contudo nem de diferenças se constóem estas relações. Colonos assim como garimpeiros se dispuseram as mesmas condições, foram inseridos na clandestinidade, foram expostos as violências e riscos da mesma forma.

Mas existe, outro aspecto que os separam e os colocam novamente em mundos opostos, [...] Quando o garimpo decaiu pela queda na produção e dos preços praticados no mercado internacional, os antigos colonos colocaram os “pés no chão” alguns em condições melhores, poucos enriquecidos e muitos não obtiveram sucesso. Hoje encontramos por toda cidade os antigos aventureiros que estão trabalhando no comércio, na agricultura, ou em diversas atividades da cidade, são advogados, professores, vendedores, etc. Mas existem também os homens que até os dias continuam praticando e investindo na atividade na região.¹⁵⁰

Na mineração, a degradação humana é intensificada ao máximo. Isso reflete diretamente na imagem construída sobre o garimpo e os garimpeiros. Enquanto em outras sociedades os garimpeiros são vistos como “vadios” da história, muitas vezes considerados como um fardo para a sociedade, nas áreas de mineração estes são valorizados diante de sua

¹⁴⁷ SANTOS, 2013, p. 6

¹⁴⁸ SANTOS, 2013, p. 6

¹⁴⁹ SANTOS, 2013, p. 6

¹⁵⁰ SANTOS, 2013, p. 12

“utilidade”. Isso ajuda a explicar a aparente relação pacífica entre colonos e garimpeiros.

Contudo, com o declínio do garimpo, os garimpeiros profissionais são novamente marginalizados, desqualificados, “nos discursos praticados pelos colonos ficam registradas as atribuições de culpa aos garimpeiros pelos infortúnios dos mesmos [...] como a ideia de que garimpeiro não é homem, no sentido moral da palavra”¹⁵¹. Entretanto, Santos ressalta que:

A generalização de que todo garimpeiro gasta os frutos de sua lavra com mulheres e bebidas, não se preocupando com reservas para construção de um futuro sólido, merece ressalvas, em Juína encontramos muitas famílias de ex-garimpeiros que construíram suas casas e suas vidas com economias do garimpo.¹⁵²

A atividade mineradora expressiva ocorreu até o ano de 1994, momento marcado pelo declínio da garimpagem no município. Muitos garimpeiros migraram para outras regiões em busca de novas minas, garimpeiros colonos retomaram suas atividades, as vilas e currutelas desapareceram gradativamente, sobreviando nas memórias e registros fotográficos do período.

2.2 COLONO CAPITALIZADO “HERDEIRO DA TERRA” – A ELITE ECONÔMICA LOCAL

Outro aspecto da construção da identidade nacional foi a missão civilizatória, ideal que envolve a crença de que é atribuído a um determinado grupo a responsabilidade em levar desenvolvimento, progresso e civilização àqueles considerados atrasados e no caso do Brasil, os considerados dentro da lógica civilizatória como sendo selvagens. A missão civilizatória alinha-se ao colonialismo interno, responsável pela (re)ocupação da Amazônia e por conseguinte da fronteira Oeste do país. Tanto as ideias de mito fundador, quanto de missão civilizatória corroboram para o processo de colonialismo interno, e este torna-se responsável pela ampliação da fronteira agrícola nacional, que por sua vez se justifica pelo ideário de que os territórios ocupados por indígenas se constituíam em vazios demográficos. O que se constata aqui é como este processo está vinculado ao capital.

¹⁵¹ SANTOS, 2013, p. 14

¹⁵² SANTOS, 2013, p. 14

Uma vez que pode ser entendido como processo do capital, a Decolonialidade pode ser apresentada como fonte (critério) de análise (campo analítico). A perspectiva Decolonial propõe um deslocamento epistemológico a partir de recortes temporais e espaciais, repensando a análise que em suma acontece a partir da Europa, criticando o entendimento de modernidade a partir da Europa que concede ao colonialismo o caráter de desdobramento da modernidade, desmontando essa ideia e construindo a perspectiva de construção de um sistema de conexão mundial, elaborando o conceito de sistema-mundo/capitalista/patriarcal/cristão/moderno/colonial iniciado em 1492 com a construção da modernidade, em que a Europa assume a posição de centro do mundo.

No livro *El giro decolonial*, Santiago Castro-Gómez e Ramón Grosfoguel reúnem uma série de reflexões acerca do capitalismo global a partir da ótica da Decolonialidade. No capítulo IV Ramon Grosfoguel aborda entre outros conceitos o conceito de regimes de verdades, em que problematiza como estes regimes validam e legitimam o poder de Estados europeus sobre o mundo a partir de uma lógica civilizatória.

Utilizando da ótica decolonial, Grosfoguel explica que existe um padrão de dominação no sistema-mundo-moderno, e que este padrão está associado a quem produz conhecimento “hombre-blanco-cristiano-heterossexual-europeo”¹⁵³. Uma vez que apenas este grupo pode produzir conhecimento, apenas este grupo dominará os meios de difusão do conhecimento, por conseguinte, apenas indivíduos que apresentem estas características terão a possibilidade de se aperfeiçoar, de dominar, e estes carregam consigo o poder no mundo.

Dentro da perspectiva decolonial, o processo de dominação se dá através de três aspectos: a colonialidade do ser, do saber e do poder, conforme explicam Pereira e Paim:

A ideia da colonialidade do poder, do saber e do ser constituem-se em uma compreensão de que os povos latinoamericanos vivem e constroem suas relações com os outros desde o “espelho da colonialidade”. Uma maneira de ver, experienciar e ser no mundo, tributária de uma cosmologia europeia, que encerra um conjunto particular de representações sociais, mas se

¹⁵³ GROSGUÉL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 63-78.

apresentam como universais.¹⁵⁴

Assim estabelecida a divisão dos campos da colonialidade, Mignolo define que a colonialidade do poder é “o poder e o conhecimento que permitem classificar e dominar o resto da humanidade”¹⁵⁵. Seguindo na lógica da dominação, está localizada a colonialidade do saber que surge a partir da colonialidade do poder, e sobre ela Maldonado-Torres explica que “a colonialidade do saber refere-se ao rol da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução dos regimes de pensamento decolonial”.¹⁵⁶

Seguindo este raciocínio, os colonos sulistas como herdeiros dos europeus, herdaram também a missão de levar este desenvolvimento àqueles que fugiam do padrão do sistema-mundo-moderno.

Conforme apontado anteriormente nesta pesquisa, este ideal civilizatório foi estimulado e atribuído pelo governo aos colonos sulistas, que herdaram esta responsabilidade. O Mito da Democracia Racial abordado no início do Capítulo 2 explora esta ideia, do colono sulista que entre suas obrigações encontra-se a inerência do desenvolvimento nacional.

Com o aumento de conflitos por terras explodindo em todo o Brasil, principalmente nas regiões Nordeste e Sul, o governo visualiza na ocupação não indígena recente da Amazônia uma alternativa aos conflitos, seria um “portão de escape” às tensões sociais.

As reformas de base do governo João Goulart, centradas na distribuição de terras, desempenharam um papel crucial na política de organização e controle do novo governo após o golpe civil militar. A urgência da questão do acesso à terra e a necessidade de conter as reivindicações populares impulsionadas pelas propostas de reforma agrária tornaram-se prioridades na política de segurança nacional do governo militar.

Em novembro de 1964, como parte dos esforços para legitimar o regime, foi aprovada a Lei 4.504, que instituiu o Estatuto da Terra. Essa lei, uma revisão da antiga Lei de Terras de 1850, não representou efetivamente um projeto de redistribuição fundiária. O Estatuto da Terra, sancionado pelo Congresso Nacional, tinha como objetivo evitar uma revolta

¹⁵⁴ PEREIRA, N. M.; PAIM, E. A. Apresentação do Dossiê: O pensamento decolonial e o ensino de História. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 11, set./dez. 2018, p. 11

¹⁵⁵ PERTILE, Kimberly Victória. Colonialidade do Ser e Saber: Geopolítica do Conhecimento e Análise do Sistema ONU. Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional. 2021, p. 314.

¹⁵⁶ PERTILE, 2021, p. 130

camponesa e acalmar os grandes proprietários. A institucionalização do dever do Estado de garantir o acesso à terra aos trabalhadores rurais não implicava necessariamente em uma transformação social capaz de reverter a estrutura fundiária no Brasil.

Para regulamentar, promover, executar, coordenar e controlar a colonização e as linhas de crédito para a aquisição de terras foram criados o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que substituiu o Instituto de Reforma Agrária através do Decreto 1.110 de 9 de julho de 1970 e o PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terra e Estímulo à Agroindústria pelo Decreto-Lei 1.179 de 6 de julho de 1971¹⁵⁷

Ao mesmo tempo em que o Estado cria uma instituição que carrega em seu nome a ideia de Reforma Agrária – INCRA, estabeleceu um programa que simplifica o acesso à terra através de aquisição, alienação e expropriação, utilizando os fundos do PROTERRA, ação que privilegiou a colonização. “Como consequência, facilitava-se o estabelecimento da grande propriedade, que nos anos 1990 efetivaria o agronegócio em Mato Grosso”.¹⁵⁸

A partir da década de 1970 começam as implantações dos Projetos Integrados de Colonização (PICs) pelo INCRA no decurso da rodovia Transamazônica, contudo em razão da complexidade dos projetos “as dificuldades com funcionários, a falta de experiência na Amazônia, mostraram que a instituição não tinha capacidade nem recursos humanos suficientes e capazes para executar os projetos previstos”¹⁵⁹.

O objetivo do governo era lembrar os minifúndios no Sul do país para uma possível modernização agrícola. Para alcançar este objetivo, o governo federal contou com empresas e cooperativas de colonização privadas conforme aponta Barrozo:

Estas empresas e cooperativas de colonização foram buscar o “colono ideal” nas áreas de minifúndio do sul do Brasil, principalmente nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul onde a terra se tornara “escassa”. A transferência de alguns milhares de agricultores para a Amazônia reduziria as tensões sociais geradas nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul.¹⁶⁰

Diversas foram as cooperativas responsáveis pela colonização das regiões Norte e Noroeste de Mato Grosso. A seleção dos colonos em sua grande maioria se deu nas regiões

¹⁵⁷ PEREIRA SANTI, R.; A ação da CODEMAT na colonização oficial de MT: revisitando o projeto Juína (1978-1997). Dissertação apresentada a Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT. 2016. p. 38.

¹⁵⁸ PEREIRA SANTI, 2016, p. 38.

¹⁵⁹ BARROZO, João Carlos. A colonização em Mato Grosso como “portão de escape” para a crise agrária no Rio Grande do Sul. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 32, n. 2, 144-166, 2014. p. 152.

¹⁶⁰ BARROZO, 2014, p. 152.

conflutosas, de forma que a cooperativa ofertava terras apenas aos colonos de uma região específica. Segundo Barrozo:

A COTREL (Cooperativa Triticola de Erechim Limitada) atuava em Erechim e municípios vizinhos. [...] Diante das dificuldades para modernizar a agricultura no município de Erechim, a COTREL considerou a possibilidade de transferir parte dos associados para um projeto de colonização na Amazônia como uma “saída” para os problemas enfrentados pelos seus associados. Seria um “portão de escape” que aliviaria a tensão social.¹⁶¹

A CORTEL foi a colonizadora responsável pelo PAC – Projeto de Assentamento Conjunto, Peixoto de Azevedo selecionou colonos da região de Erechim. Outra cooperativa, a COOPERCOL (Cooperativa de Colonização 31 de Março) idealizada e formada por Norberto Schwates na cidade de Tenente Portela – RS. “Por sugestão do agrônomo Roewer foi feito um projeto de remembramento fundiário (lotes de 25 ha.) em Tenente Portela, e de migração do “excedente populacional”¹⁶².

Na região do município de Barra do Garças foi destacado uma área de 200 mil hectares para loteamento, “em setembro de 1972 chegaram à área do Projeto, que seria denominado de Canarana, as primeiras 12 famílias de Tenente Portela”¹⁶³. Já o projeto de colonização de Terra Nova surgiu após conflitos na região de Nonoai e Guarita, após conflitos entre indígenas das etnias Kaingangue e Guarani, os colonos foram expulsos e passaram a ocupar um ginásio na cidade de Porto Alegre e montaram um acampamento na região da Encruzilhada Natalino, pressionando o governo a solucionar a questão. O governo federal ordenou a delimitação do Projeto de Colonização Terra Nova, através da cooperativa COOPERCANA.

Assim como os projetos já mencionados, a cidade de Juína também contou com uma empresa colonizadora a CODEMAT – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, criada em 1968 pelo governo Pedro Pedrossian em consonância com a política do regime militar autoritário, com o propósito de impulsionar a integração e o desenvolvimento econômico. A CODEMAT, uma empresa pública de economia mista e sociedade anônima, foi criada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, substituindo as ações coordenadas pelo Departamento de Terra e Colonização (DTC) e a Comissão de

¹⁶¹ BARROZO, 2014, p. 156.

¹⁶² BARROZO, 2014, p. 159.

¹⁶³ BARROZO, 2014, p. 159

Planejamento e Produção (CPP).

A empresa assumiu responsabilidades em diversas áreas, como construção civil, abertura de estradas, mineração, energia elétrica, retransmissão de sinais de TV e colonização. O plano nacional de desenvolvimento econômico do país estava concentrado em transformar a questão do acesso à terra em uma plataforma política, denominada pelo regime como "a solução para os conflitos sociais pela posse de terras". As terras devolutas localizadas nas zonas de fronteira amazônica, incluindo o Noroeste de MT, foram majoritariamente colocadas sob a tutela da União e do Conselho de Segurança Nacional.

As empresas colonizadoras “desenvolveram forte campanha publicitária no Sul e Sudeste do país e seu público alvo foram os mini-fundiários, pequenos produtores capitalizados daquela região”¹⁶⁴. Este grupo conforme já abordado, era composto de agricultores que se encontravam em situação de conflitos por terras. As empresas utilizavam diversas formas de propaganda, objetivando atingir o maior número possível de compradores, “cartazes afixados nas Associações e Sindicatos Rurais, palestras, reuniões, nas quais os corretores expunham as vantagens da região, programas de rádio e jornais informativas”¹⁶⁵. Conforme Joanoni Neto, a CODEMAT veiculou publicidade no sul do Brasil com o objetivo de atrair colonos com propostas de “garantia de terras férteis, falava das possibilidades de desenvolvimento, progresso e lucros”¹⁶⁶.

[...] De Juina fiquei sabendo através de uma folha que foi encontrada no meio de um jornal, então nessa folha tinha propaganda de Juina. Meu irmão comprou o jornal, achou a propaganda e daí resolveu vir aqui. Daí veio ele com meu irmão, vieram olhar, e mais o meu ex-cunhado. Daí depois daquilo eles voltaram lá, ele gostou, daí ele tornou a voltar pra cá de novo, só que aí ele tornou vim. Daí eu vim junto com ele.¹⁶⁷

Rejane Pereira Santi ao analisar a ação da CODEMAT na colonização oficial de Mato Grosso a partir do Projeto Juína explica as principais propostas realizadas aos migrantes, contidas no “*Caderno Estadual de Colonização Projeto Juina Volume I*, estavam previstos [...] em 1977, 68 quilômetros de abertura de estradas de acesso; 91,35 quilômetros de estradas

¹⁶⁴ JOANONI NETO, 2007, p. 30.

¹⁶⁵ JOANONI NETO, 2007, p. 31.

¹⁶⁶ JOANONI NETO, 2007, p. 32.

¹⁶⁷ JOANONI NETO, 2007, p. 32.

rurais prontas até 1979 e 461,75 quilômetros de caminhos vicinais”¹⁶⁸. A autora explica que:

O que a propaganda não falava era que ao chegarem à área do Projeto Juina, encontrariam um cenário bem diferente daquele descrito nos encartes de propaganda divulgados pelo CODEMAT. Como, por exemplo, o fato de não haver estradas de acesso entre o núcleo urbano e os lotes rurais. O que havia eram os “picadões”, trilhas nas quais só se passava a pé, sem nenhuma estrutura de apoio aos colonos. Os tais “picadões” eram mal traçados que rapidamente eram tomados pela mata.¹⁶⁹

A cidade planejada em Módulos octagonais, contava com alojamentos e departamentos administrativos no primeiro módulo denominado Módulo Pioneiro e futuramente Módulo 01. Nestes alojamentos as famílias aguardavam a disponibilização de um caminhão pela CODEMAT para levar a mudança e acessar o lote adquirido previamente. A dificuldade no acesso ao núcleo urbano, ausência de estradas e de estrutura mínima propagandeada pela colonizadora não correspondeu com as expectativas dos colonos.

Uma das formas de manutenção das famílias no projeto, foi a utilização do ideal civilizatório. Extremamente oportuno para o cenário da colonização planejada em Mato Grosso e para a intenção do discurso oficial que vinculava suas ações ao simbolismo do resgate da nova "Marcha para o Oeste".

No ano de 1977, as construções das instalações administrativas e dos alojamentos da CODEMAT, que foram projetadas para acolher os colonos no núcleo urbano foram concluídas. O Balanço Patrimonial de 1978 indica que no final desse ano, o Núcleo Urbano de Juína contava com 14 estabelecimentos comerciais, 47 moradias, 3 serrarias, 1 equipamento para beneficiamento de arroz, 1 fábrica de móveis, uma unidade de saúde da FUSMAT, 1 escola, 1 unidade de segurança e 1 posto de combustível.

O crescimento de Juína foi acelerado, a CODEMAT divulgou em jornais a primeira venda de lotes na cidade, ocorrida em 28 de fevereiro de 1978, “os dois primeiros colonos a adquirirem lotes no Projeto Juina foram Augustinho Stórquio, 195 Ha, e Gentil Pasqualoto, 138 Ha, ambos da cidade de Francisco Beltrão, no Paraná”¹⁷⁰. O lotes foram vendidos com facilidade e de um curto período de tempo, “foram vendidos com rapidez, e mesmo os duzentos chamados de “lotes com defeito” [...] foram disputados por sorteio realizado na

¹⁶⁸ PEREIRA SANTI, 2016, p. 44.

¹⁶⁹ PEREIRA SANTI, 2016, p.44.

¹⁷⁰ JOANONI NETO, 2007, p. 129.

CODEMAT.

Visando organizar a aquisição de lotes urbanos e controlar o acesso a eles, a CODEMAT criou critérios para aquisição no octógonos, “era praxe entre os corretores oferecer um terreno urbano aos interessados em áreas rurais, não lhes sendo permitido adquirir mais de um desses”¹⁷¹. Embora a viagem apresentasse intempéries, estradas ruins e vários dias para chegar ao destino final, os novos ‘donos’ começaram a chegar rapidamente, conforme apresenta Joanoni Neto, “as famílias se deslocavam das regiões de origem levando consigo seus pertences [...]. Em razão do precário estado das estradas (BR-364 e AR-1), essas viagens, de cerca de 1.000 km entre Cuiabá e Juína, [...] podiam durar 8, 10 ou mais dias”¹⁷². Contudo mesmo com as mais variadas dificuldades de acesso, a empreiteira buscou meios de controle do acesso às terras. JOANONI NETO aponta que:

Como era de se esperar, tal oferta de terras chamou a atenção de pessoas sem condições de adquirir os lotes comercializados pela empresa. Entre 1975 e 1982, o único acesso à área era controlado por uma cancela, localizada em um “Posto Fiscal” – também conhecido por “Correntão” – [...] que cercava o livre trânsito por ela. A pessoa só passava pelo controle se troxesse uma autotização da empresa, emitida em um dos escritórios [...]. A intenção óbvia era evitar o ingresso de posseiros na área do projeto”.¹⁷³

A ideia de um colono ideal para a ‘colonização’ pode ser percebida a partir deste e de outros mecanismos. A oferta de terra conforme aponta a bibliografia, aconteceu na região Sul, para a aquisição das terras era necessário comprovar atividade agrícola anterior a compra das novas terras agora no noroeste de Mato Grosso, além da necessidade do comprador em custear a viagem para conhecer as terras, o retorno e por fim a migração da família. E para garantir este processo, foi criado o controle de acesso, por meio de uma cancela que conforme aponta um depoimento coletado dos estudos de JOANONI NETO “servia para impedir que entrassem pessoas sem ser colonos [...] Um controle de acesso. [...] ai tinha um tenente, [...] que via se a pessoa que tava chegando tava autorizada a vir para Juína”¹⁷⁴. A entrada era autorizada mediante a apresentação da Carteira do Colono.

O crescimento no número de venda dos lotes proporcionou um crescimento econômico rápido. A primeira atividade econômica no projeto foi a venda dos lotes, seguida

¹⁷¹ JOANONI NETO, 2007, p. 130.

¹⁷² JOANONI NETO, 2007, p. 131.

¹⁷³ JOANONI NETO, 2007, p. 132.

¹⁷⁴ JOANONI NETO, 2007, p. 132.

pela extração de madeira, a agricultura, uma tímida pecurária e posteriormente o garimpo. Apesar do crescimento acelerado, a cidade experimentou uma explosão populacional a partir dos anos 1980, impulsionada pela descoberta de gemas de diamantes, conforme abordado anteriormente neste capítulo.

A cidade emergiu em meio a selva, as queimadas constantes para ampliação do núcleo urbano, o som da derrubada, da motosserra e da martelada tornaram-se constantes, “[...] a gente chegou aqui, quando nós viemos [...] dizia que ‘aqui fazia uma casa a cada hora’, diz que ‘o povo ficava surdo de tanto martelo que batia”¹⁷⁵.

A vida na cidade apresentava tantas dificuldade quanto no campo. Comunicação com outras regiões era limitada, escassez de medicamentos, carne, durante o período chuvoso o fornecimento de gás, água potável e energia elétrica passavam por racionamento. Em razão das chuvas e das estradas não pavimentadas o combustível para o gerador de energia além de outros suprimentos demoravam dias para chegar “a iluminação pública era fornecida um gerador que só funcionava até por volta das 23h00”¹⁷⁶. Conforme o número de habitantes aumentava, as necessidades mudavam, e assim outras atividades econômicas passam a surgir.

O crescimento acelerado permitiu que no dia 10 de junho de 1979, por meio da Lei Estadual nº 4.083 o projeto Juína fosse elevado ao status de distrito, e no dia 9 de maio de 1982 através da Lei Estadual nº 4.456 ocorresse a emancipação política, oficialmente Município de Juína. “Também nessa época nasceu ali uma elite econômica, ligada ao quadro burocrático e administrativo da colonizadora e, portanto, aos interesses do governo do Estado, que desejava para si o poder político local”¹⁷⁷. Foi estabelecida assim a cena política local. Buscando conhecer o eleitorado, aconteceu uma consulta informal de preferencia de votos, “aproximadamente mil pessoas votaram e todos considerados candidatos com alguma chance foram convidados a se juntar ao grupo “governista”¹⁷⁸. As primeiras eleições aconteceram, disputada entre os candidatos Hilton de Campos pelo PDS e Orlando Pereira pelo PMDB. Hilton de Campos, engenheiro, gerente do Projeto Juína e funcionário da CODEMAT, enquanto Orlando Pereira foi professor e servidor público.

¹⁷⁵ JOANONI NETO, 2007, p. 135.

¹⁷⁶ JOANONI NETO, 2007, p. 135.

¹⁷⁷ BARROZO, 2014, p. 61.

¹⁷⁸ JOANONI NETO, 2007, p. 136.

A vitória de Orlando Pereira acirrou os ânimos entre poder público e empresa colonizadora. “A empresa colonizadora fez, segundo o Professor Orlando, um governo paralelo em oposição à sua administração. Essa queda de braço entre prefeitura e CODEMAT levou o município a uma situação de quase estagnação”¹⁷⁹, uma vez que a CODEMAT dificultava o acesso aos patrimônios e prédios, além dos equipamentos necessários para manutenção das vias públicas, estradas. A colonizadora só repassou patrimonios para a prefeitura em 1985.

Com a formação da política municipal, a desassistência da CODEMAT na manutenção de estradas e acompanhamento aos agricultores, o setor entra em declínio, abrindo espaço para outras economias como a pecuária e a mineração. Muitos agricultores se arriscaram no catirado “buscava-se “A Pedra”, “O Abacaxi”, o grande diamante que os tornaria ricos [...]. Alguns largaram tudo e arriscaram-se, atraídos pela nova perspectiva. Lavouras foram abandonadas, terras produtivas foram reviradas em busca da pedra”¹⁸⁰.

Estes agricultores, pressionados pelo garimpo venderam suas terras, tornando-se mão de obra para terceiros, algumas vezes na pecuária, outras na mineração, surge então um novo grupo na cidade, o “garimpeiro colono”. Contudo, a mineração se apresenta como uma atividade temporária,

Contudo, a mineração se apresentou como uma atividade provisória. “O Garimpo forçou um crescimento rápido, mas sem o lastro econômico necessário para que se sustentasse. [...] O número de eleitores não se alterou com o garimpo”¹⁸¹, evidenciando o caráter migratório do ofício minerador.

O garimpo entrou em declínio na segunda metade década de 1980, “após esse surto garimpeiro a cidade passou por dificuldades graves em sua economia. [...] deixou-se de plantar para se investir em garimpo. Propriedades foram abandonadas em razão disso”¹⁸². Outras atividades econômicas se mantiveram fortalecidas durante o garimpo, foi o caso do extrativismo vegetal, indústria madeireira e a construção civil, atividades que receberam mão de obra dos agricultores que venderam suas terras, ou que não obtiveram sucesso na

¹⁷⁹ JOANONI NETO, 2007, p. 137.

¹⁸⁰ JOANONI NETO, 2007, p. 61-62.

¹⁸¹ JOANONI NETO, 2007, p. 149.

¹⁸² JOANONI NETO, 2007, p. 150.

agricultura.

Conforme explica JOANONI NETO “A atividade extrativista manteve-se forte desde o nascimento do projeto. A exploração de madeira representa empregos diretos e indiretos [...]”¹⁸³. Algumas economias sofreram menor impacto com o avanço do Projeto Juína. A agricultura encontrou momento de ascensão e declínio, conforme observado no capítulo 2, seja em razão da infraestrutura, seja em razão da interferência de outras atividades econômicas. Lavradores se aventuraram nas mais variadas atividades econômicas em razão desta oscilação. JOANONI NETO aponta que:

Em 18 anos de existência juína deixou de ser um projeto para se tornar polo regional. O objetivo inicial de aliviar as tensões no campo havidas em outras regiões do Estado e do país, estimulando a migração de lavradores para a região, teve efeito, mas por curto espaço de tempo. [...] A prometida infraestrutura viária, a assessoria técnico-agrícola, as linhas de crédito, as condições para comercialização, o escoamento e o armazenamento da produção, bem como não se concretizaram, ou funcionaram apenas de modo precário e tardiamente, o que não foi diferente das condições verificadas em outros pontos do país. O colono foi empurrado para a cidade, ou migrou novamente à procura de outro local onde pudesse continuar a reproduzir sua condição de lavrador.¹⁸⁴

O que se observa, é que embora a construção do projeto Juína, estivesse direcionada ao público agricultor da região Sul, em razão das mais variadas situações vivenciadas no cotidiano juinense, os agricultores precisaram assumir outras funções, seja na construção, no garimpo, na política local, no serviço público, ou na indústria madeireira.

Contudo o Projeto Juína avançou, se tornou município, foi elevado a posição de Polo Regional, abrangendo todos os municípios da região Noroeste de Mato Grosso. A agricultura cresceu de forma lenta, houve crescimento na pecuária bovina, declínio da atividade mineradora, que impactou no declínio populacional, impactando outros setores da sociedade juinense. A indústria madeireira se estabilizou a partir dos manejos florestais, garantindo um espaço substancial na economia local.

¹⁸³ JOANONI NETO, 2007, p. 150.

¹⁸⁴ JOANONI NETO, 2007, p. 151.

CAPÍTULO III: O OUTRO LADO DA HISTÓRIA – AS NARRATIVAS DOS GUARDIÕES DA FLORESTA SOBRE A (RE)OCUPAÇÃO

“Nossos territórios são como nossos corpos, moldados pela ancestralidade que nos repassou o conhecimento. Corpo e território se entrelaçam, unidos pela força dos encantados, onde cada árvore, assim como cada indígena, tem um propósito e uma conexão essencial”¹⁸⁵.

A seleção da fala da ministra dos povos indígenas Sonia Guajajara, para iniciar o último capítulo desta dissertação se dá em razão do sentido que esta fala representa: o território vai muito além do espaço de morada, é o território de vida, é o território onde se reproduz materialmente e onde se reproduz culturalmente, intelectualmente. Ele transcende a geografia. Corpo é território, a mente é território e por conseguinte, a simples existência indígena, faz deste corpo/território uma resistência.

O terceiro capítulo desta dissertação apresentará o resultado de entrevistas realizadas com anciãos do povo Cinta Larga e do povo Erikbaktsa. O critério de seleção se deu a partir da proximidade de trabalho entre o pesquisador e os povos entrevistados, bem como as barreiras linguísticas, uma vez que o povo Enawenê nawê se configura como povo de recente contato, e poucas pessoas são fluentes em ambos os idiomas para realização da tradução e interpretação.

As entrevistas aconteceram através de parceria entre o Departamento de Patrimônio e Memória que compõe a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, da Prefeitura Municipal de Juína e o pesquisador mestrando Lucas Dias Rodrigues. A parceria aconteceu em razão da dificuldade de acesso aos territórios em que se localizam os anciãos, bem como a disponibilidade da SMEC para acessar equipamentos de gravação de imagens.

Para a realização da parceria, o pesquisador contactou o secretário municipal de educação e cultura, apresentou o projeto de pesquisa, e propôs a elaboração das perguntas, solicitou apoio da Prefeitura Municipal para acessar os territórios – uma vez que as entrevistas

¹⁸⁵ GUAJAJARA, Sonia. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/discursos/2024/01/discurso-da-ministra-sonia-guajajara-na-sessao-plenaria-especial-do-encerramento-do-processo-de-formacao-nacional-em-acesso-e-reparticao-de-beneficios>. Acesso em: 19 de jun. de 2024.

aconteceram durante a estação das chuvas e algumas comunidades se localizam em áreas distantes – além de suporte com equipamentos para gravação das entrevistas e posterior disponibilização do material audiovisual no canal do Youtube da Prefeitura Municipal de Juína. Em contrapartida, o pesquisador realizaria a elaboração das perguntas, uma arguição junto ao Departamento Municipal de Patrimônio e Memória, além do acompanhamento e edição das gravações.

Logo, o material de análise foi organizado e executado em parceria, assim, esta pesquisa utilizará o material secundário, coletado, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Juína, e a partir deste material, serão analisadas as narrativas, evidenciando a partir da perspectiva dos povos nativos como se deu a colonização.

O Estado de Mato Grosso apresenta uma constituição econômica marcante no cenário nacional, com investimento e campanhas explorando e projetando o agronegócio no cenário internacional, perpetuando a imagem historicamente constituída de país agrícola. Correspondendo aos interesses da agenda agrícola, o agronegócio popularmente conhecido como “agro” se organiza majoritariamente a partir da agricultura e pecuária. No caso de Mato Grosso, a agricultura avança sistematicamente sobre a floresta, criando verdadeiros ‘desertos verdes’, extensas áreas, com cobertura vegetal não nativa, ou uma monocultura, introduzidas artificialmente, e no caso do Estado de Mato Grosso, para fins econômicos.

Com a intensa ocupação não indígena a partir das décadas de 1970/1980, selecionando majoritariamente agricultores, com o incentivo à agricultura seja por meio de ajuda econômica, seja por meio de infraestrutura, construiu-se uma relevante importância do agro em detrimento de outras atividades econômicas. Esse sentimento foi estimulado pelos governos federais e estaduais por meio de isenções fiscais, campanhas e linhas de crédito especiais.

Para uma agricultura de exportação, faz-se necessário a ocupação de latifúndios e para maior produtividade. Neste sentido, áreas de preservação ambiental, reservas e territórios demarcados caracterizam um impedimento ao avanço econômico. “Nos últimos anos, a soja alcançou as fazendas que fazem limite com nossas áreas, transformando todo o cenário

regional e sua geografia”¹⁸⁶ e é neste cenário que os povos indígenas convivem cotidianamente. Segundo Leonardo Hirikmã, em depoimento:

“Rikbaktsa hoje briga para não deixar madeireiro, garimpo e pescador destruir nosso território. Por isso, é importante esse momento de esclarecimento, entender como é o projeto, envolver os velhos, as mulheres, os jovens e fazer acordos de como vamos cuidar disso. O nosso ganho vai ser em cima dessa batalha, em cima do pensamento coletivo. Não é dinheiro, é preparação para como enfrentar nossos problemas, todos juntos”.¹⁸⁷

Ideia que corrobora com a afirmação de que o território é muito mais que espaço de morada, ele se constitui como parte indissociável da comunidade e de cada indivíduo. Contudo, antes mesmo das demarcações, os povos indígenas Rikbaktsa e Cinta Larga foram afetados pela chegada dos não indígenas, o que acarretou em deslocamentos, alteração no território natural de cada povo.

Este movimento vivenciado pelos indígenas conforme mencionado anteriormente, é chamado de esbulho territorial. Em Mato Grosso, para o avanço da fronteira agrícola o Estado transferiu etnias inteiras para uma única área conforme aponta Pereira Santi em sua dissertação “É desse período o remanejamento/transferência de várias populações indígenas que viviam em Mato Grosso em terras ancestrais para o Parque Indígena do Xingu (antigo Parque Nacional Indígena do Xingu)”¹⁸⁸. Um movimento que transforma a terra originária em terra capitalizada. Movimento este agenciado pelo Estado, que mesmo anterior a chegada dos migrantes sulistas na região de Juína, incentivou a extração de borracha, viabilizou a criação de arrendamentos indígenas – a exemplo do Parque Indígena do Xingu, ou do Utiariti que recebeu crianças das mais variadas etnias incluindo os Rikbaktsa – que incitou a limpeza étnica como o Massacre do Paralelo 11, dividiu e comercializou as terras já habitadas pelos povos da região.

3.1 CINTA LARGA O ÍNDIO HOSTIL – A COESISTÊNCIA COM O PROGRESSO

¹⁸⁶ RIKBAKTSA, 2020, p. 254.

¹⁸⁷ RIKBAKTSA, 2020, p. 254.

¹⁸⁸ PEREIRA SANTI, 2016, p. 16.

Cada ser humano é único, dotado de interesses próprios, influenciado em certa medida pelas experiências vivenciadas por este ser. Embora algumas experiências sejam coletivas, cada indivíduo imprime uma relação própria com estas vivências, assim cada memória colore o passado a partir de sua própria perspectiva. Neste tópico serão analisadas as entrevistas dos anciãos da etnia Cinta Larga. Estes anciãos foram escolhidos pela própria comunidade, a partir de contatos realizados entre a SMEC e a Associação do Povo Cinta Larga.

Importante destacar que a comunidade se organizou coletivamente para a realização das entrevistas, que aconteceram próximo da data de uma festa tradicional a Festa do Porcão. Em razão da realização das entrevistas, a comunidade trabalhou coletivamente na limpeza do espaço demonstrando o respeito à memória e sua importância no cotidiano Cinta Larga. Contudo o local das entrevistas foi alterado por decisão da comunidade indígena, entretanto, mesmo com a mudança, durante a entrevista a comunidade se fez presente, crianças, jovens e adultos da comunidade ouviram com atenção as perguntas e respostas, o que mostra como o território se comporta como um organismo vivo, em que todos são importantes, cada um com sua responsabilidade.

Cinco anciãos estiveram presentes, Bernardo, Maria, Mariza, Manoel e Ventania, todos presenciaram os primeiros contatos entre a etnia e os construtores da Rodovia AR-1, as perguntas foram divididas entre os entrevistados em razão do tempo para a realização. Desde os primeiros contatos, a Associação solicitou previamente as perguntas, e a comunidade se mostrou contente com a ação. Assim, a entrevista cumpriu mais que um papel acadêmico ou meramente documental, ela cumpre um papel social conforme explica Romero e Santos:

é pela oralidade que aqueles grupos que normalmente não possuem um público que os escutem encontram uma forma de apresentar o seu ponto de vista. [...] A entrevista oportuniza que exista um ambiente em que a narração pode ser compartilhada, em que há alguém para ouvir aquele que há muito tempo não é ouvido.¹⁸⁹

E assim, o diálogo entre a equipe que coletou as imagens e os indígenas se transformou neste espaço de acolhida, escutatória e aprendizado. O primeiro entrevistado foi Bernardo Cinta Larga, e a entrevista se inicia com uma apresentação em que Bernardo evidencia em suas primeiras palavras uma das violências sofridas pelos Cinta Larga que é a distinção de cada indivíduo desta etnia através de um nome.

¹⁸⁹ ROMERO, Márcia Cicci. SANTOS, Sônia Maria. A História oral, a memória e a entrevista, 2017, p. 7

Aos ser questionado pelo entrevistador, o anfitrião responde que seu nome é “Bernardo, que o próprio não indígena batizou o nome dele assim, quando teve o contato, e ele fala que é o criador, a pessoa que fundou essa aldeia”¹⁹⁰. Em outro trecho da entrevista ele complementa ao ser perguntado sobre qual o etnônimo correto para referir a etnia e ele responde:

[...] quanto ao nome que tá mencionando aqui, ele foi classificado né por clã. Então como é classificado por clã, é a família, então todos eram conhecidos por clã. E tem três clãs dentro do Povo Cinta Larga, que é o Kaban, Mam e os Kakin. Mas o nome específico que pode se autodenominar não tem, [...]. Por exemplo, se for pra juntar esse grupo de família pra denominar um nome, não tem.¹⁹¹

Após as entrevistas, o intérprete Jeferson Cinta Larga explicou que o nome pertencia ao campo privado de cada indivíduo, apenas os pais e irmãos conheciam o nome de cada pessoa, esta era uma forma de proteção. Assim, a necessidade dos não indígenas em ‘batizar’ os Cinta Larga, demarca mais uma das formas de dominação.

Navegar pelas lembranças permite identificar, lacunas e intencionalidades existentes nas narrativas já estabelecidas. Segundo Thompson, “se as fontes orais podem de fato transmitir informação ‘fidedigna’, tratá-las simplesmente ‘como um documento a mais’ é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado”¹⁹², é diante desta linha de pensamento que a pesquisa se justifica, possibilitar que outras narrativas fossem consideradas acerca do processo de (re)ocupação não indígena.

Para a construção da Rodovia AR-1, entre os construtores e engenheiros presentes no Projeto Juína, estava Hilton Campos, popularmente conhecido como Dr. Hilton. Diretor da CODEMAT, influente no processo de ocupação não indígena, Dr. Hilton entrou para a vida política de Juína desde o começo deste seguimento, sendo um dos candidatos a prefeito na primeira eleição e sendo derrotado pelo professor Orlando Pereira. Nos anos que se seguiram, Hilton concorreu a outros mandatos, saindo vitorioso em alguns.

No livro ‘Hilton Campos, História Viva – História Contada: Narrativa da criação e

¹⁹⁰ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. BERNARDO CINTA LARGA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qNZoqHddV8o>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

¹⁹¹ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. BERNARDO CINTA LARGA. 2024.

¹⁹² THOMPSON, Paul. A voz do passado. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 138

ocupação da cidade de Juína, no seio da Amazônia mato-grossense’ do historiador João Carlos Vicente Ferreira, o processo de (re)ocupação não indígena está organizado na primeira parte, distribuída em 12 capítulos, já a segunda parte é dedicada aos ‘pioneiros’ do Projeto Juína. O espaço dedicado aos contatos com os povos indígenas da região se encontra no capítulo 6. Nos capítulos seguintes o homenageado faz algumas poucas menções sobre os povos indígenas presentes na região.

Esta descrição do livro se apresenta neste ponto da dissertação, uma vez que o livro se constitui como um documento, e alimenta o pensamento coletivo presente na cidade de Juína, e neste contexto Dr. Hilton, representando inicialmente os interesses da empresa colonizadora, se constitui como autoridade local e a ele é atribuído o status de fé pública. Assim, um documento contendo lembranças do processo de ocupação não indígena, torna-se um documento amplamente conhecido na cidade, perpetuando assim pensamentos e ‘verdades’.

A história oficial, amplamente conhecida na cidade de Juína pode ser encontrada em trechos do livro, como por exemplo “nos registros e apontamento da construção da AR-1, da forma como foi executada, o pêndulo da história favoreceu, de certa forma, à causa indígena”¹⁹³, a narrativa denota prejuízo para os colonos migrantes, enquanto estes ocupavam as terras historicamente indígenas.

Em outro trecho pode-se identificar uma característica marcante do Povo Cinta Larga a sua resistência que ficou registrada/conhecida como hostilidade. Conforme identificado em outro trecho: “o que mais se ouvia naquela região sobre índios, especialmente sobre os cinta-larga, que era hostil contra os que consideravam invasores de suas terras. Ainda tinham os rikbatsa e ena-wenê-nawê. E não muito distante, à Oeste os nambikwara”¹⁹⁴.

A história corriqueiramente é contada pelos vencedores, na cidade de Juína isso não é diferente, alguns episódios conhecidos na cidade narrados muitas vezes pelos primeiros moradores demonstram como a história local é tensionada, em grande parte inclinada às narrativas dos colonizadores. Não é comum encontrar, nas narrativas oficiais, relatos sobre as mortes, a violência e os conflitos contra os habitantes ancestrais da localidade.

¹⁹³ FERREIRA, João Carlos Vicente. Hilton Campos, História Viva – História Contada: Narrativa da criação e ocupação da cidade de Juína, no seio da Amazônia mato-grossense. 1. ed. Memória Brasileira. 2022. p. 93.

¹⁹⁴ FERREIRA, 2022, p. 93.

Em sua dissertação, Edmar Fonseca das Neves apresentou declarações de pioneiros sobre os primeiros anos do Projeto Juína, e sobre a construção da Rodovia AR-1, um dos entrevistados narra que “para abrir a estrada a empresa colonizadora não queria saber de nada e ninguém que atrapalhasse seu projeto; e relata que jogaram bomba, deram tiros e passaram correntões para derrubar o que tivesse pelo caminho e abrir a estrada AR-1”¹⁹⁵, fato que corrobora a narrativa presente no filme ‘Avaeté – A semente da vingança’, que retrata o massacre do paralelo 11, extermínio indígena Cinta Larga apresentado nesta dissertação. Embora as localidades do massacre e a da rodovia sejam diferentes, os depoimentos confirmam a natureza brutal da (re)ocupação.

Outra narrativa importante apresentada nesta dissertação, e que é amplamente conhecida pelos moradores da cidade retrata o caráter violento da ocupação, mas assim como outras narrativas foram suprimidas, não compondo a história oficial, o pesquisador transcreve sobre a relação entre o engenheiro e os indígenas:

“- E a verdade? Né?! (...) Em conversa com os antigos, principalmente com lideranças indígenas, né? Que vivenciaram algumas situações, que tem histórias cabulosas em relação ao próprio Hilton Campos, que é meu amigo e tal (sic). Mas assim, e a gente tem história dele que morre de medo ao poder “Hilton e os índios”, né? Que tem uma história, ai é história... de que pegaram cabeça de índio e puseram ali na praça (da bíblia) exposta para mostrar o poderio dos administradores de determinado tempo. (...) Nunca sentei para perguntar: ‘-Você já viu? Você já fez?’ né? (sic) Mas todo mundo relata”.¹⁹⁶

As narrativas presentes na dissertação de Neves ou de outros pesquisadores, relatadas pelos moradores da cidade, não estão presentes nos livros que narram a história de Juína, tampouco estão presentes nas narrativas oficiais.

Retomando a entrevista, quando as perguntas se referem ao cotidiano anterior a chegada dos colonizadores, os anciãos utilizam a chegada dos não indígenas como referência para a conversa, apresentando sempre estes contatos como momentos de ruptura entre o passado ‘normal’ e o presente modificado. Quando questionado sobre como via a vida antes da chegada dos não indígenas, suas principais características e seus modos de vida, Bernardo comenta que:

¹⁹⁵ NEVES, Edmar Fonseca das. A sombra da cidade: a invisibilidade indígena em meio a memórias, esquecimento e/ou silêncio da sociedade juinense. Dissertação apresentada a Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2022. p. 59.

¹⁹⁶ NEVES. 2022. P. 59

ele cita mais em relação ao costume que era uma das principais características daquela época. Ele cita [...] também é o fato da questão das vestimentas que atualmente a gente usa mais, que antigamente não era assim, é um costume que foi aderido pelo povo mas que não faz parte da nossa cultura.

É possível observar como os costumes não indígenas passam a alterar o cotidiano indígena, a vestimenta representa uma marca da nossa sociedade que se sobrepõe a outras sociedades, são expressões do cotidiano não indígena. Já Maria, quando questionada sobre os primeiros contatos, narra que “a família dela se deslocou para outro lugar, porque não queria ter contato. Então depois de muito diálogo com os caciques da época, eles voltaram de um lugar que ele chama Pasapkareej, atualmente conhecido como Aripuanã”¹⁹⁷. A T.I. Serra Morena e o Parque Indígena Aripuanã, territórios em que estão localizados o povo Cinta Larga, estão divididos entre as cidades de Juína e Aripuanã, no Mato Grosso, e se estendem até o Estado de Rondônia, região de presença dessa etnia. Maria complementa que:

[...] depois de muito diálogo eles voltaram a região de Juína, onde eles começaram até então a aderir aos mesmos costumes de quem já tava já tava começando a ter os primeiros contatos. Então de início eles ficaram é, relutante com contato aí depois de muitas conversas retornaram de Aripuanã e voltaram para cá [...].¹⁹⁸

Esta migração forçada que Maria reporta foi a resposta para o sentimento de invasão que alguns indivíduos ou famílias defrontaram com as migrações dos colonos sulistas. Mais tarde, a forma encontrada de lidar com aqueles que resistiram ao processo, foi a segregação dos grupos indígenas conforme aponta Pereira Santi “na área do projeto de colonização desenvolvido pela CODEMAT existiam práticas de exclusão dos indígenas que ocupavam aqueles territórios”¹⁹⁹, ou seja, enquanto habitantes naturais da região lutavam para manter seu modo de vida, seu território e suas atividades cotidianas, a empresa colonizadora que entendia todo este processo meramente como resistência e hostilidade encontrou no cercamento destes povos a saída para este problema.

Os interessados no Projeto Juína, “definindo-se para isso, reservas territoriais para onde esses habitantes mais antigos eram removidos por não se considerar adequada a

¹⁹⁷ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. MARIA E MARIZA CINTA LARGA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oGQPTEVXN9I>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

¹⁹⁸ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. MARIA E MARIZA CINTA LARGA, 2024.

¹⁹⁹ PEREIRA SANTI, 2016, p. 67

convivência entre indígenas e colonos na área do projeto”²⁰⁰, assim, os povos considerados civilizados, exerciam o poder de restringir o direito de outros povos de ir e vir. Pereira Santi em sua dissertação cita sobre a invasão das áreas definidas para os povos tradicionais dizendo que: “não tardou para que surgissem escândalos envolvendo a implantação do Projeto Juína, especialmente porque a CODEMAT não respeitou os limites das terras indígenas Salumã, Cinta Larga e Erikibaktsa”²⁰¹. Os Salumã citados pela pesquisadora são conhecidos na atualidade como Enawenê Nawê.

Quando questionados sobre suas lembranças dos primeiros contatos com os não indígenas, construtores da rodovia, as respostas embora representem a relação individual de cada um, carregam o sentimento coletivo que a comunidade vivenciou, preocupação, defesa do espaço geográfico, além de insegurança. Conforme evidenciado anteriormente, a família de Maria optou pelo deslocamento dentro do território, ao mesmo tempo em que Ventania relata sobre os que ficaram, e explica que “e eles não viviam em um só lugar, eles viviam de um lugar para o outro e nessas andanças eles tiveram muito contatos com não indígenas aonde tiveram muitos confrontos”²⁰², corroborando com a fala de Ventania Manoel diz que “teve muito confronto com muitas mortes de não indígenas e até que em um certo momento, eles resolveram ter o contato pacífico”²⁰³.

Ao observar as narrativas locais, é possível identificar pontos em comum entre as falas dos anciãos do povo Cinta Larga e os primeiros colonos. Nas narrativas de Hilton, presentes no livro já citado neste capítulo, o narrador explica que “aquela região possuía grupos indígenas”²⁰⁴. Durante a abertura da estrada que saía de Vilhena em direção a Aripuanã, em determinado ponto, encontrou um córrego e relata que “neste ponto tinha um córrego e a gente sabia que onde tinha água tinha índio”²⁰⁵.

Para realização dos primeiros contatos Hilton convidou o antropólogo Jesco von Puttkamer, vinculado do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Pontifícia

²⁰⁰ PEREIRA SANTI, 2016, p. 67.

²⁰¹ PEREIRA SANTI, 2016, p. 57

²⁰² SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. VENTANIA E MANOEL CINTA LARGA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J8HssJld1iI>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

²⁰³ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. VENTANIA E MANOEL CINTA LARGA, 2024.

²⁰⁴ FERREIRA, 2022, p. 93.

²⁰⁵ FERREIRA, 2022, p. 93.

Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás. Conforme evidenciado na obra de Ferreira “o objetivo foi respaldar cientificamente e institucionalmente o trabalho que estava sendo desenvolvido naquela região pela CODEMAT. Afinal de contas, essa foi uma prática comum em Mato Grosso na década de 1970”²⁰⁶. Além disso, Ferreira notabiliza o *modus operandi* no contexto da expansão da fronteira agrícola mato-grossense “Os irmãos Villas-Boas desempenharam esse mesmo papel que o antropólogo Jesco na BR-163”²⁰⁷. Após a chegada do antropólogo, Hilton e Jesco sobrevoaram a área, Ferreira escreve que:

“Sobrevoamos a região, para identificar onde (possivelmente) estavam os índios, e ver quais as chances de aproximação. Jesco identificou que realmente ali viviam muitos índios cinta-larga. Nossa preocupação é que eles tinham um histórica de muita hostilidade contra o que consideravam invasores de suas terras. [...] A gente sabia que eles estavam lá e eles sabiam que estávamos aqui (no trecho)”, recorda Hilton.²⁰⁸

Juntos, mapearam aproximadamente 16 aldeias Cinta Larga “e serviu de base para a [...] FUNAI, implantar postos e reforçar o trabalho para demarcação de áreas indígenas na região”²⁰⁹. Este momento, relatado pelos depoimentos de Hilton, presentes na obra de Ferreira, ocorre durante a construção da primeira parte da Rodovia, entre Vilhena – RO até o km 60. Neste contexto, para quem partia de Vilhena – RO, a direita estavam os Enawenê Nawê – representados e algumas literaturas pelo etinônimo Salumã – e à direita os Cinta Larga, contudo o primeiro contato dos contrutores se deu com esta etnia, “a preocupação com a aproximação com indígenas passou a ser mais intensa a partir da abertura de uma clareira no km-60, da AR-1, para a feitura de um acampamento para os funcionários da Companhia”²¹⁰, e o engenheiro relata que:

Olha... daqui em diante poderemos ter algum tipo de problema, ou com os indígenas ou com a malária. [...] Num belo dia, quando da construção do acampamento do km-60, teve um episódio assustador. Passou um grupo enorme de indígenas, estavam longe do acampamento, mas foi o suficiente para deixar a todos preocupados.²¹¹

Previendo o inevitável contato, Hilton buscou parceria da FUNAI que indicou o apoio de rastreadores Nambikwara. Buscando apoio militar, foi direcionado para uma aldeia “ e lá

²⁰⁶ FERREIRA, 2022, p. 94.

²⁰⁷ FERREIRA, 2022, p. 94.

²⁰⁸ FERREIRA, 2022, p. 94.

²⁰⁹ FERREIRA, 2022, p. 95.

²¹⁰ FERREIRA, 2022, p. 95.

²¹¹ FERREIRA, 2022, p. 95.

conheceu um nambikwara que era especialista em rastros, [...] e o levaram para o acampamento no km – 60”²¹², ao chegar no acampamento o especialista identificou traços Cinta Larga.

Após a identificação Hilton buscou apoio da FUNAI, recorrendo “a um pedido de ajuda do indigenista Apoema Meireles, que presidiu a FUNAI entre 1985 e 1986. [...] Enviou à área de construção da AR-1 dois indígenas cinta-larga, o Canári e o Bui”²¹³. Ambos passaram a compor a equipe da construtora, e foram utilizados como interpretes. “O antropólogo Jesco e mais um sertanista [...] buscavam formas de contato. Uma delas era a de deixar presentes nas imediações e depois voltar para ver se ocorreram trocas”²¹⁴, ação recordada pelos anciãos, Bernardo ao ser questionado como foi o primeiro relembra que o processo foi longo:

o primeiro contato ele fala assim que depois de muitos confrontos, é, houve um período uma certa trégua, na onde então eles resolveram, digamos assim, ter um contato pacífico. Mas antes disso, teve muito confronto com muitas mortes de não indígenas e até que em um certo momento, eles resolveram ter o contato pacífico. Foi na onde com troca de presentes que até então naquela época fazia, eles então começaram a vir os primeiros não indígenas.²¹⁵

Quando observados a partir da ótica dos anciãos entrevistados, os primeiros contatos são sempre narrados como sendo marcados por uma forte resistência, com conflitos e mortes, entretanto quando narrado a partir da obra de Ferreira, em que o narrador é o engenheiro gerente da construção da rodovia, funcionário da empresa colonizadora, uma empresa pública do Estado de Mato Grosso, não constam relatos de violência ou de confrontos.

Estes relatos também não estão presentes em narrativas públicas, não são temas das discussões sobre os pioneiros da cidade, em programas de entrevistas e até mesmo nas gravações de programas como o programa ‘A hora do pioneiro’, disponível no Youtube, roteirizado e disponibilizado na página de uma rádio local, rádio Metro FM. Em geral, em espaços públicos, ou momentos de conversas, o assunto relacionado aos primeiros contatos por vezes é ignorado e quando há o questionamento, o entrevistado contorna a situação trazendo outros detalhes.

²¹² FERREIRA, 2022, p. 95.

²¹³ FERREIRA, 2022, p. 96.

²¹⁴ FERREIRA, 2022, p. 96.

²¹⁵ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. BERNARDO CINTA LARGA, 2024.

O primeiro contato segundo os relatos na obra de Ferreira, aconteceu em 1976. Hilton narra que “No dia 15 de dezembro de 1976, eu me lembro bem dessa data, [...]. Peguei o avião no km-180 e fui para Vilhena. Ao chegar em Vilhena, Hilton Campos foi à sua residência [...]. Não demorou muito e um grupo de pessoas da Companhia chegou à sua porta”²¹⁶ era a notícia de que os indígenas Cinta Larga haviam contatado a clareira, “um deles, bastante assustado, disse: “Ô Hilton, os índios saíram tudo do mato e o povo está apavorado lá. A turma toda correu dos índios, e agora?”²¹⁷. Enquanto Hilton retornava para o acampamento, foram preparados ‘os presentes’, “o encarregado Paulo Carneiro tomou providência de levar açúcar e farinha ao grupo de índios, [...]. Carneiro levava Canári e Buí, mais dois homens e um caminhão caçamba para convencer o grupo a visitar o acampamento”²¹⁸. O primeiro contato na versão do engenheiro foi considerada positiva.

Ao retornarem da clareira para o acampamento “A caçamba voltou carregada de cinta-larga. “O resultado dessa iniciativa do Paulo foi muito bom. Quando cheguei lá haviam 22 indígenas, homens e mulheres, todos nus. Os homens estavam com faixas que os caracterizavam como os ‘cinta-larga’. [...]”²¹⁹. A partir do primeiro contato Canári e Buí intermediaram a comunicação e estabeleceram um vínculo entre os construtores e o povo Cinta Larga.

Vale considerar que este primeiro contato se dá entre os construtores da rodovia e os Cinta Larga na região que hoje está presente no município de Juína. No entanto, o povo Cinta Larga já havia realizado contato com não indígenas em outras localidades, como é possível visualizar no momento em que a FUNAI indica Canári e Buí para acompanhar o engenheiro nos primeiros contatos. A etnia ocupa tradicionalmente uma vasta área territorial à Norte e Noroeste de Mato Grosso, além de ocupar partes de Rondônia. Sobre isso, Ventania Cinta Larga explica que:

e eles não viviam em um só lugar, eles viviam de um lugar para o outro e nessas andanças eles tiveram muito contatos com não indígenas aonde tiveram muitos confrontos, até que um dia é um certo grupo de não indígenas colocaram presentes, deixado para poder amansar. E eles catavam esses

²¹⁶ FERREIRA, 2022, p. 97.

²¹⁷ FERREIRA, 2022, p. 97.

²¹⁸ FERREIRA, 2022, p. 97.

²¹⁹ FERREIRA, 2022, p. 97.

presentes, mas não de um modo Pacífico.²²⁰

Ventania explica ainda que os confrontos resultaram na morte de alguns não indígenas, e lembra que a FUNAI esteve presente na ‘pacificação’, o que demonstra como as agências públicas respresentavam também os interesses do governo, agenciando as empresas colonizadoras, contatando e ‘amansando’ os indígenas, como demonstra o trecho a seguir, nas palavras de Ventania:

[...] como foi dito né teve muito confronto, [...] Até que um dia eles tiveram outro confronto daí onde houve a morte de alguns não indígenas, daí foi na onde que eles contataram, até então naquela época eu acho que era é Serviço de Proteção ao Indígena e eles contataram a FUNAI que tinha um grupo de indígena naquele determinado lugar onde eles estavam morando que era a aldeia deles, e na onde foi chamado alguns indígenas de outra etnia para poder pacificar. Então eles tiveram essa ideia de chamar os outros indígenas, para poder entrar em contato com eles para poder então ter o primeiro contato.²²¹

Durante a entrevista, Manoel Cinta Larga que estava junto com Ventania no bloco de perguntas, colaborava com as respostas, exemplificando a ideia de que a História Oral pode ser entendida como um quebra-cabeça, composto por várias partes, várias narrativas que se encaixam, nas entrevistas, embora as perguntas fossem direcionadas a uma pessoa, em alguns momentos outra pessoa comentava algo, expressava uma reação, que demonstra como o sentimento embora particular, é compartilhado entre os atores do processo. Portelli explica este fenômeno:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são - assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes - exatamente iguais.²²²

Quando Portelli diz que sob hipótese alguma as lembranças de duas pessoas podem ser exatamente iguais, ele explica que embora os indivíduos compartilhem a mesma trajetória, vivenciem os mesmos fatos, cada um acessa à sua maneira as lembranças, ou seja, cada um exprime isso de uma forma única. Bernardo ao ser questionado sobre os primeiros contatos, relembra uma certa trégua, e a partir dela os Cinta Larga começaram a aceitar os presentes,

²²⁰ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. VENTANIA E MANOEL CINTA LARGA, 2024.

²²¹ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. VENTANIA E MANOEL CINTA LARGA, 2024.

²²² PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. N. 14, PUC/SP. São Paulo, 1997, p.16).

mas em sua fala ele notabiliza os impactos desse contato no modo de vida da comunidade, ele explica que “a partir daí, quando teve o primeiro contato, [...] muita coisa mudou, houve um grande impacto social e cultural, [...] trouxeram a cultura não indígena que foi colocada, e isso fez com que ah, muitas das coisas e costumes, foram deixando de ser praticados.”²²³

Enquanto Bernardo assume uma postura mais política e engajada na manutenção da cultura, Ventania segue na explicação mais detalhada sobre os conflitos, cita o grande número de mortos, além dos agentes políticos envolvidos no processo. Por outro lado Maria e Mariza, entrevistadas juntas, citaram o exôdo em razão da chegada dos construtores, além de evidenciar a organização interna por clãs.

Contudo, embora as declarações sejam pessoais e expressem a perspectiva individual de cada um dos entrevistados, é possível perceber o quão violento foi o processo de (re) ocupação. Durante o trajeto para acessar a aldeia e a organização do equipamento para a gravação, a equipe conversava sobre a atual disposição das aldeias, o interprete explicou que durante a colonização os limites do território não foram respeitados, e uma PCH foi construída no território Cinta Larga, trata-se da PCH Juína.

Outro relato importante, é o de Bernardo Cinta Larga, ao ser questionado sobre as principais dificuldades vivenciadas pelos indígenas da etnia na sociedade atual, a este respeito Bernardo respondeu em forma de denúncia que “uma das maiores dificuldades que ele se encontra, com o contato do não indígena, é o fato de ele ser forçado a viver da maneira como o não indígena vive. Ele fala que com o contato, ele mudou muito a maneira de viver dele,”²²⁴ e, a partir dessa constatação, faz uma reivindicação, “como ele vive muito da roça, é uma reivindicação que ele faz, que ele quer melhoria para poder continuar mantendo as práticas dele para a sobrevivência, porque na aldeia a única prática de sobrevivência é a roça.”.

Conclui-se que foi impossível barrar as mudanças no cotidiano dos povos, contudo eles encontraram meios de manter vivas as tradições, a cultura e as características principais, mas que ainda hoje, encontram dificuldade de manter tais ações, fruto do processo colonizatório.

²²³ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. BERNARDO CINTA LARGA, 2024.

²²⁴ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. BERNARDO CINTA LARGA, 2024.

3.2 RIKBAK TSA – GENTE GUERREIRA, O CAMINHO É A ADAPTAÇÃO

Meu povo foi chamado pelos seringueiros de canoieiros porque somos grandes fazedores de canoa de um único pau e também somos grandes remadores e conhecemos muito sobre andar nos rios Juruena, Arinos, Sangue, Juína, Juíinha e outros braços do Juruena. Mas, nosso nome Rikbaktsa significa gente guerreira, pois a vida toda nós sempre lutamos pelo nosso lugar, pelas nossas matas, pelos nossos rios e por nossos animais, porque entendemos que juntos somos um só corpo. Matando um desses mata todos nós, como dizia um dos nossos anciãos. O rio é o nosso chão e nele andamos em busca de peixes, de frutas, de caça, de sementes para fazer enfeites, de ponta de flecha, da planta que tiramos as flechas, de conchas no rio Arinos para fazer o colar de casamento que as mulheres usam no ritual da amarração das redes quando vão formar uma nova família. Nessa busca também trazemos remédio do mato para curar nossas doenças e retirar as nossas tristezas.²²⁵

O depoimento de Wyis Rikbaktsa escolhido para iniciar a análise dos depoimentos do povo Rikbaktsa não foi aleatória, ela ilustra o sentimento do Rikbaktsa em relação ao território, e como este está intrinsecamente ligado ao cotidiano deste povo. O segundo tópico do Capítulo III será dedicado conforme dito acima, a analisar as entrevistas do povo Rikbaktsa, contudo, serão utilizados outros depoimentos encontrados em pesquisas e materiais audiovisuais produzidos por outros pesquisadores.

Dentre os povos da região, esta etnia é a que apresenta o maior volume documental já levantado, o que facilita o acesso a estes documentos bem como ao povo. Conforme abordado anteriormente, o espaço geográfico de terras demarcadas se localiza nos municípios de Brasnorte, Juara e Cotriguaçu, todos em Mato Grosso, contudo, historicamente o povo Rikbaktsa construiu relações com o território de Juína, conforme evidenciado no mapa disponibilizado no Capítulo II.

Embora os territórios demarcados não estejam localizados na cidade de Juína, existe uma relação de proximidade geográfica e cultural entre a etnia e o distrito de Filadélfia, pertencente ao município de Juína. Neste distrito esta localizada a Biblioóca Nelson Mutzie Biblioteca Indígena do Povo Rikbaktsa - Biblioóca, primeira biblioteca indígena da região,

²²⁵ LOBATO, Elani dos Anjos. A Etnomatemática como Elo entre a Pedagogia Rikbaktsa e o Espaço Escolar. Dissertação apresentada a Unversidade do Estado de Mato Grosso. Barra do Bugres/MT. 2020. p. 48.

local em que se encontram pesquisas relacionadas aos povos indígenas da região, bem como um vasto acervo de obras brasileiras relacionadas a temática indígena. Esta biblioteca é administrada e organizada atualmente pela Associação Cultural e Educativa Biblióca do Povo Rikbaktsa - ACEBRIK, e está inserida no Sistema Municipal de Bibliotecas de Juína.

O Sistema Municipal de Bibliotecas esta inserido dentro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Para a realização da entrevista, a SMEC contatou a presidente da ACEBRIK, a Domingas Apatso Ribaktatsa que organizou a entrevista, contatou outros anciãos e cedeu o espaço para a realização das entrevistas. As entrevistas aconteceram na sede da Biblióca, contudo em razão da travessia do rio que separa o T.I. e o distrito, apenas os anciãos Domingas Apatso Rikbaktsa Ribaktatsa e Isidoro Rerômuita Rikbaktsa conseguiram se deslocar para entrevistas. Para o desenvolvimento desta parte do capítulo serão utilizados ainda pesquisas acadêmicas, documentários, além da utilização de documentos coletados para o documentário citado neste capítulo, que não foram utilizados pelo autor, contudo foram disponibilizados via drive.

Ambos os anciões são lideranças em sua etnia, que está distribuída por aldeias em 3 territórios. Inicialmente, as perguntas seriam direcionadas apenas a Isidoro Rerômuita. No entanto, após a conclusão das entrevistas com ele, a equipe conversou com Domingas Apatso, que, após um diálogo com Isidoro, concordou em participar das entrevistas, informando previamente que não teria todas as respostas porque não estava presente em todos os momentos relatados por Isidoro Rerômuita.

A história do contato com o povo Rikbaktsa é incerta. Os primeiros contatos que se tem registros são com os seringueiros durante o ciclo da borracha, já discutido no capítulo II. Após estes contatos conflituosos, ocorreu o contato ‘pacifcatório’ com o Pe. João Dornstauder, que levou as crianças Rikbaktsa para o internato Utiariti, e por fim houve os contatos durante a (re)ocupação pelos colonos sulistas durante a década de 1970/80.

Entre estes 3 momentos a população Rikbaktsa vivenciou um declínio populacional violento, “em pouquíssimo tempo, a população diminuiu vertiginosamente de 1.300 para 300 indígenas”²²⁶, além da violência impetrada pelos seringueiros, ocorreu ainda a retirada das

²²⁶ JUNIOR, José Machado. RIKBAKTSA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA. Youtube, 24 de jan. de 2022. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=HvZ68u2a03g. Acesso em: 25 de jun. de 2024.

crianças para o Utiariti, onde eram proibidas de falar o idioma materno, cultivar sua religião e vivências seus costumes e cultura, movimento responsável pelo apagamento de parte da cultura, por fim com a ocupação recente não indígena as T.I. demarcadas limitaram a população a uma parcela muito inferior a área histórica de domínio conforme afirma Lobato “a extensão territorial de 50.000 Km² do povo Rikbaktsa que correspondia a uma área estimada em cinco milhões de hectares de espaço tradicionalmente ocupado por esses indígenas, a atual expansão das terras do grupo é de 401.382 hectares”²²⁷.

Figura 5: Crianças Rikbaktsa no Utiariti.



Fonte: Figura do autor.

Segundo Isidoro Rerômuita Rikbaktsa na produção audiovisual RIKBAKTSA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA, disponível no Youtube, “esse contato se seu, se não ta me falhando a memória, foi dia 31 de julho de 1957, quando o primeiro não índio teve contato com o primeiro Rikbaktsa”²²⁸. O contato citado por Isidoro Rerômuita se deu com o Pe. João Dornstauder, responsável pela pacificação da etnia. O entrevistado explica sobre as primeiras impressões:

Ele contou que ele, quando viu o Pe. João, já estava há dias tendo esse contato com ele, ele levou um susto, porque ele tinha esse aspecto, devido andar muito no mato, a barba crescida, bem crescida. E aquilo pra nós era, causava espanto, porque nós descendentes de asiáticos, não temos barba, então eles ficaram espantados, mas ao mesmo tempo ficaram surpresos [...], então eles correram, minha mãe correu [...] porque ela ficou com medo. [...] Nós

²²⁷ LOBATO, 2020, p. 46.

²²⁸ JUNIOR, 2022.

estávamos, como sempre o povo faz, em busca de alimento, caça, fruta, quando de repente se depararam com essa equipe dos jesuítas, Pe. João e tinha alguns índios [...] que participavam de expedição de contato, e o contato deles era pacífico, diferente do contato que tinha com outros não índios.

Os Pe. João Dornstauder foi a resposta para diminuição dos conflitos entre seringueiros e a etnia, contudo o questionamento que fica, é a quais interesses ele correspondia. O antropólogo Rinaldo Arruda, também entrevistado no documentário, explicou sobre a criação do Utiairiti, dizendo que:

o que que tá acontecendo naquele momento, pega o contexto histórico local, regional, é o seringueiros não conseguiram extrair direito a borracha certo, os índios sempre atacava, eles matavam os índios, era difícil, a Missão Anchieta tinha se instalado na região e tinha falta de índios lá, inclusive instalou o primeiro em 1943 no outro lugar, não consegui atrair ninguém, mudou depois pro Utiairiti que era um lugar tinha os Pareci, tava perto dos Nambikwara, conseguiu trazer eles primeiro pra missão, depois mas ao mesmo tempo eles tinham essa guerra com seringueiros mesmo né, e eles nunca foram de ‘não vamos matar os índios’, não ele queria salvar os índios né, então eles atuaram para pacificar isso daí né, então agora ele atuaram para pacificar, quem que bancou? Qual foi a grana que bancou as expedições do Pe. João, é toda a logística da coisa né? Foram os seringalistas empresas interessadas em cassiterita ali para o lado de Cotriguaçu.²²⁹

No internato, as crianças eram separadas por gênero, proibidas de falar a língua materna, expressar as tradições culturais de sua etnia, eram direcionadas a técnicas de trabalho, o que permite entender a partir da fala de Rinaldo, era a qualificação da mão de obra para o mercado.

Os canoeiros, assim conhecidos pela técnica de navegação em canoas, hoje protetores do vale do rio Juruena, estendiam-se até os rios Sangue, Juína, Arinos, Juinha, além de outros braços do rio Juruena. O que para os não indígenas é considerado uma barreira natural, um marcador geográfico de limites, para os canoeiros era a continuação de seu território. A partir da chegada do Pe. João Dornstauder, na década de 1950, os Rikbaktsa deixaram de ocupar a margem juinense do rio Juruena, deixando a área livre para extração de latex, e curiosamente, a terra passou a ser reconhecida como terra devoluta, justificando ao governo a sua (re)ocupação nas décadas de 1970/80. O que endossa o questionamento sobre os serviços da Missão Anchieta.

²²⁹ JUNIOR, 2022.

Figura 6: Crianças Ribaktsa nas lavouras no Utiariti.



Fonte: Figura do autor.

Isidoro Rerômuita ou professor Isidoro como conhecido, esteve presente desde os primeiros contatos com os seringueiros, esteve junto ao grupo que acidentalmente encontrou Pe. João além de presenciar a construção da cidade de Juína. Nos dois primeiros momentos ainda criança Isidoro aprendeu sobre os contatos por meio da oralidade. Para os povos indígenas de modo geral as narrativas constituem parte indissolúvel do cotidiano, para os Rikbaktsa, os relatos transmitem mais do que fatos ou memórias, transmitem sentimentos e emoções, conforme aponta Lobato:

Nesse cenário, durante as narrativas aconteceram momentos de silêncio, de reflexões, explicações. Sentimentos como: saudades, tristezas, alegrias, satisfação e sentimento de pertença fizeram parte do contexto. Vimos pelas narrativas que o ato de falar trouxe à memória tempos idos. Emoções que chegaram no tempo presente sinalizando que ainda se encontram vivos os costumes que constituem a natureza cultural do povo e ainda que certos elementos sofreram ressignificação a essência do ser Rikbaktsa continua pulsando.²³⁰

As emoções e sentimentos são experimentados pela comunidade que mesmo não presenciando certos episódios, ou presenciando ainda crianças, são afetados pelas narrativas,

²³⁰ LOBATO, 2020, p. 91.

assumindo a postura dos que presenciaram tais fatos, neste sentido, embora Isidoro tenha presenciado ainda criança os contatos com seringueiros e pacificadores, ele carrega consigo a memória do povo que vivenciou todos estes eventos.

Quando questionado sobre o primeiro contato, o entrevistado explica que se tratam de dois momentos distintos: “olha aqui tem duas questões, primeiro contato e foi registrado oficialmente foi pelo Pacificador João, o Padre João Dornstauder mas antes dele eles já tinham os contatos com seringueiros”²³¹, os conflitos com os seringueiros foram de grande violência conforme apontam os relatos dos indígenas já apresentados anteriormente, e sobre estes encontros entre Rikbaktsa e seringueiros Isidoro comenta que:

Rikbaktsa era um povo Guerreiro, então existia assim colonizadores, os seringalistas né tinha interesse econômico. Erikbaktsa sentia é uns intrusos que chegaram nessa área de repente, eles tinham comportamento diferente porque não conheciam nada de índio né, então eles achavam que índio era uma pessoa assim hã agressiva, era eles tinham aquelas ideias naquela época era desse jeito né, agressiva era um silvícola, era [...] uma coisa que deve ser combatido, e isso gerou conflito [...].²³²

De um lado os seringueiros e o Estado brasileiro, do outro os guerreiros protetores da floresta. Pe. João Dornstauder narrou os episódios de combate em um diário, intitulado: Como Pacificuei os Rikbaktsa, importante considerar que o título remete ao ideário pacificador carregado da perspectiva da superioridade sempre presente entre os disseminadores do colonialismo. A figura de Pe. João já discutida aqui é controversa e intrigante, junto a Missão Anchieta, ele entrou em um campo minado na tentativa de pacificar os povos guerreiros, “nesse diário tá registrado vários conflitos, várias situações que o povo viveu [...], então no meio dessa dessa situação de conflito”²³³. Assim como a extração de latex onde hoje se localiza Juína, os Rikbaktsa enfrentaram conflitos no território do Japuira, em que empresas estavam interessadas na extração de cassiterita.

Assim como nos Cinta Larga, a equipe de pacificadores também contou com indivíduos de outras etnias indígenas já ‘pacificados’, na tentativa de um contato amistoso como lembra Isidoro “depois de muito trabalho, do padre João fazer expedição, percorria o rio

²³¹ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DkAHCgMNJDY>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

²³² SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA, 2024.

²³³ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA, 2024.

com os outros índios, porque até então eles não sabiam que índio que tava aqui, não conhecia o Rikbaktsa, eles achavam que era algum parente dos outros índios que já estavam na, no modo de falar antigamente já pacificado”²³⁴, mas a etnia Erikbaktsa não está ligada a nenhum grupo conhecido, o depoimento segue e o entrevistado explica que “eles levavam outro índio para ter contato com o Rikbaktsa para ver se conseguia entender a língua deles que na verdade povo Rikbaktsa não tem assim, não pertencia nenhum nenhum grupo indígena que estavam por aqui, então foi assim, esse primeiro contato foi assim muito conflituoso né”²³⁵.

O contato conflituoso citado por Isidoro se dá, uma vez que esta etnia apresentava um comportamento guerreiro, e frequentemente entrava em guerra com outros povos, a este respeito o entrevistado comenta que “o próprio Rikbaktsa também ele tinha problemas com outras tribos que guerreava depois pegava os filhos pequenininho, do não índios também eles faziam isso pegava criança pequena né para poder aumentar o povo, eles eram assim”²³⁶. ‘Pegar’ as crianças era uma atividade comum entre as etnias que ocupavam o território da atual cidade de Juína, entre os Rikbaktsa isso acontecia em razão dos conflitos interétnicos, em que aldeias inteiras eram destruídas e os guerreiros de outras etnias morriam nos combates, as crianças eram levadas e criadas pelos Rikbaktsa, e após o contato com os seringueiros, esta prática se deu na tentativa de ampliar o número de indivíduos.

Domingas Apatso, outra entrevistada cita conflitos entre os diversos grupos lembrando que “meu pai contava que conflito assim com os brancos é, o seringueiro né [...], os outros parentes também os Cinta Larga, os outros eles brigavam bastante, eles até assim eles assim brigava assim por eles, matavam um a outro, matava outro parente”²³⁷. Domingas ao lembrar destes conflitos interétnicos explicou sobre a prática de ‘pegar’ as crianças, dizendo que quando terminavam os conflitos e matavam os guerreiros “aí via que tinha filho pequeno eles pegava né, pegava para criar, meu pai era um deles que, ele foi assim pegado né, ele era Cinta Larga, [...] eles pegaram ele desde pequeno, daí ele cresceu nos Rikbaktsa casou com minha mãe Rikbaktsa e nós somos mestiços”²³⁸. Embora mestiça, Domingas exerce uma função de liderança política dentro da etnia. Conduz as mulheres nas associações, e atualmente esta na

²³⁴ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA, 2024.

²³⁵ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA, 2024.

²³⁶ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA, 2024.

²³⁷ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. DOMINGAS APATSO RIKBAKTSA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rNoDA6Ny5ec>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

²³⁸ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. DOMINGAS APATSO RIKBAKTSA, 2024.

presidência da Biblioóca.

Quando questionados sobre Pe. João, os entrevistados comentam sobre a característica pacífica do Padre, além do método utilizado para amansar, que foi deixando presentes. Domingas diz que “o Padre João foi amansando, levando as coisas, assim como presente né para eles é, facão, machado, panela, deixava assim para eles no acampamento onde eles encontravam acampamento né deixava eles, quando eles vinham do mato encontrava eles ficavam alegres”²³⁹. Aos poucos os indígenas permitiram a chegada de Pe. João “eles foram assim chegando devagar, até chegava neles aí e falava que era que era bom que eles podiam chegar eles não eles não ia fazer nada né, eles então [...] vinham chegando cada vez mais”²⁴⁰.

Já Isidoro narra que “ele [...] sorriu para eles tudo, e aí eles perceberam que ele era diferente aquele não índio, era diferente dos demais que eles conheciam até agora né, então por ali começou o primeiro contato amistoso tudo”²⁴¹. A notícia se espalhou entre os Rikbaktsa, com o passar do tempo Pe. João passou a conhecer mais sobre o povo “eles foram conhecendo o padre, e o padre também foi conhecendo através dele foi tendo contato com outros parentes, e falando sobre esse não índio, que esse comportamento bom, que queria ser amigo nosso, queria nos ajudar tudo”²⁴².

Pe. João Dornstauder levou junto com a pacificação, medicamentos e orientações para auxiliar os indígenas que estavam morrendo em decorrência das doenças levadas pelos seringueiros. A etnia que sofreu uma diminuição de aproximadamente 80% dos indivíduos, caindo de 1.300 para 300, não possuía anticorpos para as doenças, tampouco medicamentos para tratamento. Isidoro explica que:

os primeiros que chegaram também trouxeram muita doença e contaminou muito nosso povo com catapora, sarampo, gripe também que não existia antigamente todas essas doenças e foi muito assim bom, a atuação do desse missionário que ajudou a salvar a vida dos índios que aplicava a injeção contra gripe aquelas doenças que até então eram desconhecida né, e eu fiquei sabendo no relato do padre João que a catapora ela provocava uma febre muito alta e como Rikbaktsa não sabia, pra se refrescar pulava na água e ele é vinha óbito né, porque não sabia administrar a situação né.²⁴³

²³⁹ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. DOMINGAS APATSO RIKBAKTSA, 2024.

²⁴⁰ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. DOMINGAS APATSO RIKBAKTSA, 2024.

²⁴¹ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA, 2024.

²⁴² SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA, 2024.

²⁴³ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA, 2024.

Com a cura para as doenças, os indígenas creditaram ao padre a confiança necessária para mais tarde, com o auxílio de outros missionários, conduzirem as crianças para o Utiariti sob a justificativa de salva-las de todo o mal causado pelos conflitos, e segundo a entrevistada Domingas “aí foi até que eles chegaram [...], aí começaram assim ter assim conhecimento né que eles ia ser bom para eles porque assim aonde eles ia levar eles, acho que ia ser mais melhor para eles né, ia cuidar deles, ia ter mais assim conhecimento né dos brancos²⁴⁴.

A (re)ocupação apresentou novas características ao cotidiano indígena, a inserção de novos elementos e objetos alterou a organização dos povos tradicionais. É comum ouvir em relatos dos moradores mais antigos na cidade, que o povo Rikbaktsa ficava na mata próxima ao Projeto apenas observando e depois se retiravam, ao observar o Mapa III, é possível localizar as aldeias antigas, anteriores inclusive a chegada do Pe. João Dornstauder, nelas está evidenciado que o perímetro urbano da cidade de Juína está localizado onde no passado existiu uma aldeia.

A relação do povo com o território explica estes momentos de observação, a área central do Projeto Juína, mais precisamente a praça e uma das avenidas principais, foram construídas onde antes existiu uma maloca, Lobato ao entrevistar outros anciãos da etnia, escreveu:

“o povo ainda mantém fortes ligações com o município de Juína, pois conforme os depoimentos dos anciãos do povo: Tsakdk e Waikapata Rikbakta, onde é a sede da cidade de Juína, em que está localizada a Praça da Bíblia era, antes do contato, uma grande Wahoro (maloca) que compunha uma hudikhudikwy sironi (grande aldeia) que envolvia a área dos atuais bairros: Módulo Um, Módulo Dois, Módulo Três e Módulo Quatro da área urbana de Juína.²⁴⁵

A ligação do povo com o território constitui uma relação que transcende os limites políticos e geográficos, isso fica evidente durante a entrevista, em que Isidoro faz constantes menções ao território. Quando questionado sobre as principais mudanças em decorrência da (re)ocupação, o entrevistado disse que “a ocupação para nós foi vista assim como uma limitação de nosso território [...], e aí foi demarcando nas áreas falou ‘não isso aqui é área para vocês, aqui vocês não podem porque é de fazendeiro, é de um proprietário ou outro que é

²⁴⁴ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. DOMINGAS APATSO RIKBAKTSA, 2024.

²⁴⁵ LOBATO, 2020, p. 46

não índio”²⁴⁶, esta limitação afetou diretamente a oferta de alimento, “e também essa limitação, ela foi trazendo também outros impactos como, foi diminuindo na Caça, o pescado, e aí né surgiu também essas novas necessidades”²⁴⁷.

As novas necessidades surgiram antes mesmo de se tornarem comuns, o crescimento das cidades e o avanço da fronteira agrícola colocaram em risco a sobrevivência deste povo. A ação do não indígena intensificou as mudanças climáticas, os ciclos de chuva e estiagem ocasionando uma interferência direta na sobrevivência do povo. Domingas em sua narrativa explicita sobre como a ação dos não indígenas afeta diretamente sua comunidade ao dizer que “o clima também, o rio também mudou né [...], a gente não via antes e agora quando chove bastante, o rio começa a subir, vem aquela água suja, puro barro, não dá nem pra gente tomar banho no rio, não é mais aquela água clarinha que tinha primeiro”²⁴⁸. As violências vão além do esbulho conforme descrito por Domingas, a existência indígena está ameaçada.

A margem juinense do rio Juruena, hoje conhecida como Distrito de Fontanillas está constituído como ponto de maior contato entre Juína e os Rikbaktsa. É nele que está localizada a Biblióca – local das entrevistas – além de ser o principal ponto de encontro entre não indígenas e indígenas desta etnia. O distrito, assim como o perímetro urbano da cidade, a praça central e as fazendas, representam o domínio do Estado sobre os povos tradicionais, representam ainda uma barreira entre o contemporâneo e o atrasado, o progresso e o retrocesso, o distrito evidencia a ‘limitação do espaço’ conforme citado por Isidoro.

Embora os conflitos gerados pela extração de látex tenham impactado a população, por meio de confrontos e doenças, o projeto de ocupação territorial por meio de núcleos urbanos e dirigido pelo Estado pode ser considerado mais violento e eficiente para a limpeza étnica na região. A ‘colonização’ retirou as crianças e jovens, limitou o exercício de sua cultura e transformou crianças e jovens em mão de obra, limpou áreas inteiras da presença indígena e, posteriormente, usou a ideia de vazio demográfico para justificar a (re)ocupação, forçando as populações a se adaptar a nova realidade, impondo a eles novos códigos de conduta e regras de convivência.

A última pergunta foi sobre as dificuldades vividas pelos indígenas da etnia Rikbaktsa

²⁴⁶ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSÁ, 2024.

²⁴⁷ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSÁ, 2024.

²⁴⁸ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. DOMINGAS APATSO RIKBAKTSÁ, 2024.

na atualidade, e Isidoro em sua fala apresentou apelo, reivindicação e preocupação, mas mantendo a tradição de guerreiro, mostrou ainda perspectivas para resistir. Isidoro fala sobre as mudanças “as coisas acontecem tão rapidamente, e aí no nosso povo, nós percebemos que a gente precisa de uma atividade econômica para poder se manter e para poder comprar, suprir, comprar as coisas que a gente mais precisa que antigamente não tinha”, e mesmo com a necessidade de mudar, esta necessidade não se sobrepõe ao cuidado com o meio conforme explica o ancião “nós temos que ter uma fonte de economia que não seja assim, na destruição do nosso meio ambiente né, então isso que tomar cuidado”. Ainda sobre estas extratécnicas de adaptação a atual realidade, o entrevistado comenta que:

hoje a [...] gente procura no meio de subsistência estudando para poder lá no futuro né você ter condição de você manter você e sua família, porque as coisas vai mudando tão rápido. Como que você vai, você tá vivendo numa sociedade capitalista, como que você vai ter aquilo se você não tem o poder aquisitivo? Então essa é uma das consequências que essa mudança traz para nós, mas infelizmente não tem como evitar nós temos que, nós temos que também está inserido [...] nessa nova realidade e [...] encontrar um meio de poder também fazer parte da sociedade, sem poder se trazer destruição para ninguém. Porque como que você vai hoje vive sem internet? Que hoje estamos de trabalho e, o mundo hoje oferece tantas coisas que se você não tiver compressão dela você se perde né, então uma das coisas que na aldeia a gente procura, que antigamente não tinha a escola hoje tem, os professores são os próprios índios que vai fazendo essa essa proximidade com os dois mundos, porque é uma realidade que como já falei várias vezes que não tem como mudar, então nós temos que estar também procurar meios para poder enfrentar essa nova realidade né seja na questão Econômica, seja na questão cultural, social e da questão também ambiental né.²⁴⁹

A fala de Isidoro demonstra a relação do povo com o meio no qual estão inseridos, buscando mecanismos de sobrevivência sem conflitos ou destruição. Apesar do avanço das cidades, a comunidade resiste, adaptando seus costumes e reinventando suas práticas para manter sua cultura e modo de vida. Os depoimentos dos anciãos Rikbaktsa revelam a sintonia entre indígenas e o meio ambiente além da ligação que possuem com o território.

Com o avanço dos não indígenas, os povos ancestrais presentes na região se depararam com a dificuldade de permanência no território frente a nova constituição da territorialidade a partir da divisão dos lotes que foram disponibilizados para os migrantes que chegaram no território de Juína.

²⁴⁹ SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSÁ, 2024.

Os povos indígenas foram apresentados a uma ameaça em comum em que a simples existência e resistência desses povos passou a ser considerada um empecilho para o desenvolvimento e o cocar se transformou num alvo. Os conflitos por terra no Sul do país encontraram a justificativa ideal de proteção da fronteira nacional, ocupando e explorando o território.

Quem resistiu foi considerado atrasado, primitivo. Entretanto, os relatos apontam que a luta pela sobrevivência permanece firme. Para Isidoro “a paz foi muito pior que a guerra”²⁵⁰, porque a paz carrega consigo a sobreposição de um grupo sobre o outro, além da tentativa de padronização, e tudo o que foge ao padrão e precisa ser eliminado. Embora a história oficial do município de Juína insista em excluir estes grupos apagando sua trajetória e contornando sua existência, a história cumprirá a sua função e revelará a verdade, mostrando que Juína é, na verdade, uma terra indígena.

²⁵⁰ Junior. 2022.

CONCLUSÃO

Durante a coleta das entrevistas dos anciãos das etnias Rikbaktsa e Cinta larga, vários membros das etnias acompanharam as gravações. As entrevistas que tinham como objetivo ouvir os anciãos, uniram as aldeias inteiras durante a ação. Ao ouvir as respostas do ancião, é possível evidenciar como a união entre eles foi essencial para garantia de resistência da invasão de suas terras. Invasão é o que a chegada dos seringueiros, construtores da Rodovia AR-1 e garimpeiros representou para essas comunidades.

Invasão, expropriação e exploração de suas terras foi a imagem registrada entre os indígenas que presenciaram a chegada dos diversos grupos nos primeiros anos do Projeto Juína, processos estes que foram evidenciados durante a produção desta dissertação.

Ao longo desta dissertação, foi possível alcançar os objetivos propostos, ao reconstituir e analisar as memórias subterrâneas relacionadas à (re)ocupação de Juína, Mato Grosso, acessando por meio das análises das entrevistas as narrativas de anciãos indígenas das etnias Rikbaktsa e Cinta larga. O estudo permitiu uma reflexão crítica sobre o colonialismo interno e os processos de esbulho territorial que marcaram essa ocupação, evidenciando as dinâmicas de poder que moldaram as relações entre indígenas e não indígenas.

No Capítulo I, foi explorada a ocupação originária da região, destacando as histórias indígenas que precederam o processo de (re)ocupação. O capítulo abordou a invisibilização dessas narrativas na historiografia tradicional – evidenciando que esta é uma prática recorrente e arquitetada – e no currículo escolar, propondo a necessidade de uma reformulação no ensino de História para incorporar de maneira mais significativa as contribuições indígenas. Conceitos como fronteiras, territorialidade e colonialismo interno foram essenciais para compreender como as políticas públicas marginalizaram os povos indígenas, empurrando-os para a margem da "civilização" e expropriando suas terras.

Já no Capítulo II a pesquisa se debruçou sobre a formação social de Juína, organizando a população em três grupos, e evidenciou como a memória coletiva da cidade foi moldada por uma narrativa oficial que promove o embranquecimento e silencia as lutas dos povos indígenas e em alguns casos dos trabalhadores de 'segunda classe'. Ao explorar os

diferentes grupos sociais que participaram desse processo – indígenas, seringueiros, garimpeiros e colonos – o capítulo revelou como as políticas de ocupação, impulsionadas por projetos desenvolvimentistas, consolidaram desigualdades e perpetuaram a dominação dos colonizadores.

Finalmente, o Capítulo III evidenciou às narrativas indígenas, apresentando as percepções dos Cinta larga e Rikbaktsa sobre o impacto da (re)ocupação em seus territórios ancestrais. Através de entrevistas e materiais audiovisuais, foi possível compreender a resistência contínua desses povos ao esbulho territorial e às pressões da mineração e de outros agentes que ainda hoje ameaçam o modo de vida destes povos. O capítulo reforçou a ideia de que o território é mais do que um espaço físico para esses grupos, sendo parte indissociável de sua identidade e cultura, reiterando a ideia de que corpo é território.

Em suma, este estudo contribuiu para a construção de uma visão mais complexa e plural da história de Juína, ao incorporar as vozes e experiências dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de (re)ocupação. Ao questionar as memórias oficiais e trazer à tona as memórias silenciadas, esta pesquisa não apenas enriquece o entendimento sobre o passado preenchendo lacunas, provocando debates sobre ideias já estabelecidas e/ou impostas, mas também lança luz sobre os desafios atuais enfrentados pelos povos indígenas na luta por seus direitos e territórios.

REFERÊNCIAS

ATHILA, Adriana Romano. Arriscando corpos: permeabilidade, alteridade e as formas de socialidade entre os Rikbaktsa (Macro-Jê) do Sudoeste Amazônico. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2006

BARROZO, João Carlos. A colonização em Mato Grosso como “portão de escape” para a crise agrária no Rio Grande do Sul. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 32, n. 2, 144-166, 2014.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação. Brasília, 2018.

CASANOVA, Pablo González. COLONIALISMO INTERNO (UMA REDEFINIÇÃO). Buenos Aires. 2007.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. COLONIALISMO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Assis. 2013.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária. 1. ed. Fundação Perseu Abramo. 2000.

CORRÊA, Noemi dos Reis. Desenvolvimentismo, projeto Juína e os Enawene Nawe: Violência e representações da branquitude. São Carlos: UFSCAR, 2021.

DAUGEARD, Marion. Mudanças e adaptações na agricultura familiar, estudo de caso em comunidades rurais de Juína, Mato Grosso. *Revista Franco-Brasileira de Geografia. Confins*. v. 33. 2017 (<https://journals.openedition.org/confins/12516>)

DOMINGUES, Petrônio. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A MESTRIÇAGEM NO BRASIL (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos*. Aarhus. 2005

DORNSTAUDER, João Evangelista. Como Pacifiquei os Rikbaktsa. São Leopoldo – RS, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1975.

DOS REIS, Vanilda; FRANÇA, Cecília de Campos. RIKBAKTSA: UMA HISTÓRIA SOB

DUAS PERSPECTIVAS. Revista Moinhos, [S. l.], n. 1, p. 232–252, 2017. DOI: 10.30681/moinhos.v0i1.2407. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/moinhos/article/view/2407>. Acesso em: 26 nov. 2023.

Equipe do Correio IMS. A primeira missa no Brasil, 1860, por Victor Meirelles. Óleo sobre tela, 268 x 356 cm. Museu Nacional de Belas Artes. Disponível em: https://correio.ims.com.br/carta/solum-crucifixum/a-primeira-missa-no-brasil_victor_meirelles/. Acesso em: 28 jun. 2024

FERREIRA, João Carlos Vicente. Hilton Campos, História Vivida – História Contada: Narrativa da criação e ocupação da cidade de Juína, no seio da Amazônia mato-grossense. 1. ed. Memória Brasileira. 2022.

GOETTERT, Jones Dari. Aos "vadios", o trabalho: considerações e torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. Formação (Online). [S.l.], v. 2, n. 9, jan. 2012. p. 251-286 ISSN 2178-7298. Disponível em: <<https://revista2.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1018>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

GROSGUÉL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global / compiladores Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 63-78.

GUAJAJARA, Sonia. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/discursos/2024/01/discurso-da-ministra-sonia-guajajara-na-sessao-plenaria-especial-do-encerramento-do-processo-de-formacao-nacional-em-acesso-e-reparticao-de-beneficios>. Acesso em: 19 de jun. De 2024.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2013.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais

LTDA, 1990.

IORIS, L. *Juiná: a rainha da floresta* / Lídio Loris. São Paulo: All Print Editora, 2009.

JOANONI NETO, Vitale. Juína: de projeto de colonização a pólo regional. IN: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: Do sonho à utopia*. Cuiabá-MT; eduFMT/Carlini e Cianato editorial, 2008.

JUNIOR, José Machado. RIKBAK TSA: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA. Youtube, 24 de jan. de 2022. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=HvZ68u2a03g. Acesso em: 25 de jun. de 2024.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LARGA, Edir Cinta, *HISTÓRIA E FORMAÇÃO DO HOMEM CINTA LARGA: SABERES E PRÁTICAS TRADICIONAIS DO UNIVERSO MASCULINO PANDERÉÉJ*. Barra do Bugres, 2016.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LEOTTI, Odegar. *INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO - IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno 1895 a 1934*. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2013.

LESSA, Agla Mendes de Mello. *IMAGENS E OLHARES: Povos indígenas e a construção/reforço de estereótipos através de imagens dos séculos XVI-XVII e XIX-XX utilizadas como complementos em conteúdos na sala de aula*. Bahia, 2016.

LOBATO, Elani dos Anjos. *A Etnomatemática como Elo entre a Pedagogia Rikbaktsa e o Espaço Escolar*. Dissertação apresentada a Unversidade do Estado de Mato Grosso. Barra do Bugres/MT. 2020.

MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso” (1964-1974)*. Dissertação de Mestrado PPGHIS-UFMT. 2011

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo*

mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NETO, João Dal Poz. NO PAÍS DOS CINTA LARGA, Uma etnografia do ritual. São Paulo, 1991.

NEVES, Edmar Fonseca das. A sombra da cidade: a invisibilidade indígena em meio a memórias, esquecimento e/ou silêncio da sociedade juinense. Dissertação apresentada a Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2022.

OIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Janderson Carneiro de; BERTONI, Luci Mara. Gerais, Rev. Interinst. Psicol. Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais: confluências teórico-conceituais. Belo Horizonte, 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro, 2016.

PEREIRA SANTI, R.; A ação da CODEMAT na colonização oficial de MT: revisitando o projeto Juína (1978-1997). Dissertação apresentada a Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT. 2016.

PEREIRA, N. M.; PAIM, E. A. Apresentação do Dossiê: O pensamento decolonial e o ensino de História. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 11, set./dez.

PEREIRA, Patricia Itaibele Gomes. Juína, a rainha da floresta: uma história sob o olhar do Rikbaktsa. AJES. Juína, 2015.

PERTILE, Kimberly Victória. Colonialidade do Ser e Saber: Geopolítica do Conhecimento e Análise do Sistema ONU. Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a temática Internacional. 2021.

PIRES, Paula Wolthers de Lorena. Rikbaktsa: um estudo de Parentesco e Organização Social. São Paulo: USP/PPGAS, 2009

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro,

vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. 1-19, 2021.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste: a influência a “Bandeira” na formação social e política do Brasil* 3. Ed. Rio de Janeiro.

RIKBAK TSA, Povo. *Plano de gestão territorial e ambiental do povo Rikbaktsa*. Mato Grosso, 2020

RODGERS, Ana Paula Lima. Enawenê-nawê. *Povos Indígenas do Brasil*, 2010. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Enawen%C3%AA-naw%C3%AA>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ROMERO, Márcia Cicci. SANTOS, Sônia Maria. *A História oral, a memória e a entrevista*. XII Encontro Regional Sudeste de História Oral – Alteridade em tempos de (in)certeza: escutas sensíveis – UFMG, Belo Horizonte. 2017.

SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) *Povos indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2020. Cap I: História Indígena e Ensino de História: apontamentos críticos sobre currículos e a Base Nacional Comum Curricular / CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira.

SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) *Povos indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2020. Cap IV: Violências e Esbulho Territorial de Indígenas em Mato Grosso: investigação histórica do Relatório Figueiredo (1950-1960) / FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira; SOUZA, Joádila Albino de.

SAMPAIO, Paula Faustino; CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira (Orgs.) *Povos indígenas, Gênero e Violências: histórias marginais* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2020. Cap VIII: Violência de Gênero contra os corpos-territórios indígenas: análise dos Relatórios Violência contra os Povos Indígenas no Brasil / SAMPAIO, Paula Faustino.

SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico. XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Fortaleza. 2009. p. 2

SANTOS, Julio César. A fronteira Noroeste: Entre Colonos e Garimpeiros de JuínaMT. XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH-Brasil / Conhecimento histórico e diálogo social. Natal-RN, 22 a 26 de julho 2013.

SANTOS, Júlio Cesar. Garimpos de Juína: **Entre História, Relatos e Memórias (1986-1994)**. Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá, 2012.

SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. BERNARDO CINTA LARGA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qNZoqHddV8o>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. DOMINGAS APATSO RIKBAKTSA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rNoDA6Ny5ec>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. ISIDORO RERÔMUITSA RIKBAKTSA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DkAHCgMNJDY>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. MARIA E MARIZA CINTA LARGA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oGQPTEVXN9I>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

SMEC Sec. Municipal de Educação e Cultura de Juína. VENTANIA E MANOEL CINTA LARGA. Youtube, 22 de ago. De 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J8HssJld1iI>. Acesso em: 23 de ago. de 2024.

THÉRY, Hervé e MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Confins, v. 33, 2017. Mudanças e adaptações na agricultura familiar, estudo de caso em comunidades rurais de Juína, Mato Grosso / DAUGEARD, Marion. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12516>. Acesso em 25 de abril de 2023.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL



PROJETO JUÍNA: A DISPUTA PELA MEMÓRIA NA RAINHA DA FLORESTA





TEORIZANDO O TEXTO

O ensino de história é um elemento importante para a formação político/cidadã, de modo que os historiadores devem estar interessados nos livros didáticos, seja na produção ou na escolha do livro a ser utilizado.

Embora para muitos críticos, os livros didáticos “funcionam como muletas de professores mal preparados” (MUNAKATA, 2012, p. 192), “o livro didático é a ferramenta mais importante no ensino de história. Por isso, este recebe uma ampla atenção inclusive por parte daqueles que se interessam pelo ensino de história na escola” (RÜSEN, 2010, p. 109-110).

Em muitos casos, o livro didático pode ser o único livro acessado e lido por significativa parte da população brasileira. Assim, dado a sua capacidade de alcance, “faz-se imprescindível que o combate a estereótipos, discriminações, silenciamentos e violências sofridas por grupos minoritários comece na educação básica, assentadas nas narrativas veiculadas nos livros didáticos (MENDES e JESUS, 2018, p. 119).

Neste sentido fui provocado pela Professora Doutora Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa, a produzir um material paradidático considerando uma linguagem e habilidades de acordo com a BNCC para o 9º ano do Ensino Fundamental. A formulação deste material contou com elementos abordados na disciplina Produção de Material Didático e o Universo Virtual, ministrado pela Professora Doutora Valéria Filgueiras Dapper.

Todas as etapas da produção, desde as pesquisas de conteúdos, imagens, escrita dos textos, propositura de atividades (inclusive de um game, que pode ser acessado via QR Code) e diagramação, foi totalmente construída no Canva, uma plataforma on-line e colaborativa para criar designs e textos. Aprender a utilizar o Canva foi um desafio a parte nesta jornada, pois embora lançado em 2013, possuía pouco conhecimento de como explorar suas ferramentas e suas inúmeras possibilidades criadoras.

Este material foi elaborado com ênfase na produção de materiais didáticos no universo virtual, com a utilização de Recursos Educacionais Digitais, que nos dias atuais se constitui em importante elemento facilitador do fazer pedagógico. Produzido no Canva estará disponível no formato de e-book, apresentando recursos digitais, como o uso de QR Code, para acesso a textos, vídeos e áudios.

Foram dias de trabalho e orientações on-line para definição e elaboração deste material. Mas foi um trabalho gratificante, onde busquei a pluriperspectividade da apresentação histórica, com foco no protagonismo do estudante, na problematização do cotidiano, na valorização de narrativas silenciadas, no respeito às diversidades e na formação política, crítica e cidadã de nossos estudantes.

Quem sou eu

Lucas Dias Rodrigues licenciado em História, especialista em História AFRO, professor da rede estadual de educação do Estado de Mato Grosso, na cidade de Juína (MT) e mestrando no PROFHISTÓRIA 2022 pela UFMT, Campus de Cuiabá.



Aula I

Introdução à História de Juína

Habilidades da BNCC

(EF09HI21) “Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura”.

(EF09HI36) “Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência

Objetivos:

- Contextualizar o processo de ocupação não indígena na década de 1970.
- Apresentar a localização e características gerais de Juína - MT.

Você certamente já ouviu histórias sobre a cidade de Juína. Mas vamos voltar um pouco no tempo e recordar!

Juína está localizada a Noroeste de Mato Grosso, no Brasil, e sua sociedade é composta por dois grupos étnicos principais: indígenas e não indígenas. O projeto de construção da cidade remonta aos anos 1970, como resposta às políticas federais de ocupação do interior do país. Essa ocupação, no entanto, não foi um processo simples. Ela trouxe consigo uma série de conflitos, especialmente em relação aos povos indígenas que já habitavam a região há séculos. A chegada dos colonizadores não apenas transformou o território, mas também impôs novas dinâmicas sociais, políticas e culturais, muitas vezes à custa das tradições e dos direitos dos povos originários.

Entre as principais políticas desse período, destacam-se:

- **Marcha para o Oeste**, durante o governo de Getúlio Vargas, que visava integrar as regiões mais distantes do Brasil ao restante do país e estimular o desenvolvimento econômico;
- **Projeto de Modernização**, que buscava transformar o Brasil em uma nação mais industrializada e urbanizada, mas que também ignorou as demandas das populações locais;
- **Movimentos por Reforma Agrária** no Sul e Nordeste do país, que pressionavam por uma redistribuição mais justa das terras, mas que, em muitos casos, acabaram resultando em migrações forçadas para regiões como o Mato Grosso;
- **Campanha "Ocupar para não entregar"**, promovida por João Baptista Figueiredo, última fase da ditadura militar brasileira, que intensificou a colonização do interior como uma forma de garantir a soberania nacional.

Essas campanhas, em conjunto, resultaram em um amplo processo de (re)ocupação do interior do Brasil, especialmente no Estado de Mato Grosso. No entanto, é importante reconhecer que esse processo também gerou inúmeras injustiças e desigualdades, muitas das quais ainda são sentidas pelas comunidades indígenas e tradicionais da região. A memória dessas comunidades, que muitas vezes é silenciada ou marginalizada, revela uma outra face da história, marcada por resistência, luta e resiliência.

Por essa razão, a história da (re)ocupação de Juína é considerada uma história recente, também conhecida como história do tempo presente. Estudar essa história nos permite entender melhor as complexas relações de poder que moldaram a formação da cidade e, ao mesmo tempo, nos convida a refletir sobre o papel da memória na construção da identidade

Figura 1: Localização de Juína



Fonte: WIKIMEDIA COMMONS, 2024

Figura 2: Cartaz Marcha Oeste



Fonte: Brasil Escola, 2024.

coletiva. Ao dar ouvido às narrativas silenciadas, podemos construir uma visão mais justa e inclusiva do passado.



Glossário

Reocupação: Ato ou efeitos de reocupar.

Neste material, o termo utilizado para o processo de ocupação pelos colonizadores será (re) ocupação, uma vez que anterior a chegada dos não indígenas, na região já habitavam vários povos indígenas.



Agora iremos verificar o que você já conhece sobre a história de Juína. Vamos aprender juntos?

Nesta plataforma, você colocará duas palavras que defina a história de Juína, e juntos vamos construir uma nuvem de ideias. Outra possibilidade, é você utilizar dois papéis adesivos e escrever em cada um, uma palavra que defina a história de Juína, e depois colar estes adesivos no quadro.

Aponte a câmera do seu celular para o QR code ao lado e escreva suas palavras!



Audiovisual

Agora que já conhecemos as várias perspectivas sobre este tema, vamos navegar um pouco pela história, conhecer os primeiros anos da cidade, e as motivações para a criação de uma cidade no meio da mata amazônica. Para isso vamos assistir o vídeo **Projeto Juína**, filmado no ano de 1977. Para acessar ao vídeo, aponte a câmera de seu celular para o QR code ao lado.



Saiba mais!

Você sabe o que são fontes históricas e qual a importância delas para a história? Fontes históricas são materiais ou evidências que fornecem informações sobre eventos, culturas e sociedades do passado. Elas podem ser documentos escritos, como cartas, diários, jornais e livros; materiais não escritos, como fotografias, artefatos, edificações e vestígios arqueológicos; e até mesmo testemunhos orais.

As fontes são essenciais para a história porque permitem que os historiadores reconstruam e compreendam eventos passados, culturas e sociedades. Elas ajudam a verificar os fatos, oferecer diferentes perspectivas e interpretar o contexto em que os eventos ocorreram. Sem fontes, seria impossível estudar e conhecer a história de maneira precisa e detalhada.

Outro conceito importante é a **intencionalidade**. Você sabe o que é? A intencionalidade na produção de fontes históricas refere-se aos objetivos e motivações dos criadores desses registros. Quem produz uma fonte – seja um documento escrito, uma imagem ou um artefato – geralmente tem uma intenção específica, como informar, persuadir, registrar, ou comemorar algo.

Compreender essas intenções é crucial para os historiadores, pois ajuda a contextualizar e interpretar a informação contida nas fontes. Ao reconhecer as motivações por trás das fontes, os historiadores podem avaliar sua confiabilidade, viés e relevância, proporcionando uma análise mais precisa e crítica do passado.



Leitura e Discussão

Agora que você já entendeu o que são fontes históricas, vamos ler dois textos que narram a história do município de Juína. Ambos os textos estão presentes em páginas do governo municipal, um na página da prefeitura e outro na página da câmara legislativa municipal (câmara de vereadores) configurando assim, narrativas oficiais sobre a história municipal.

Para acessar os textos, pesquise os seguintes links:

- <https://www.juina.mt.leg.br/institucional/historia/historia-de-juina>;
- <https://www.juina.mt.gov.br/cidade/3/caracteristicas>;



Agora, reúna-se em grupos, para discutir suas primeiras impressões sobre a história do município. Em uma folha, anote quais eram seus conhecimentos prévios e quais as impressões que surgiram após assistir ao vídeo e realizar as leituras para compartilhar com a turma.



Atividades



1. Leia o texto a seguir:

A cidade de Juína, localizada ao noroeste de Mato Grosso, é marcada por uma história de recente ocupação não indígena ao longo dos anos 1970. Ao longo desse processo, é possível identificar um cenário de silenciamento das narrativas de alguns grupos presentes no movimento, perpetuando apenas as narrativas dos colonizadores. Essa seleção de memórias proporcionou o apagamento das narrativas dos indígenas e dos trabalhadores, configurando um cenário no qual a memória age como arma de dominação coletiva.

A partir do texto de apoio, identifique os grupos cujas narrativas foram silenciadas durante o processo de ocupação de Juína na década de 1970. Explique como a memória pode atuar como uma ferramenta de dominação coletiva.

2. Leia o texto a seguir:

O autor Michael Pollak explica que os agentes presentes nos conflitos ligados ao processo de colonização ocultaram da versão oficial das memórias coletivas determinados episódios e/ou fatos que denomina como memórias proibidas ou clandestinas. Estas memórias subterrâneas colocam em risco as estruturas montadas e já estabelecidas das memórias públicas coletivas.

Com base no conceito de "memórias subterrâneas" apresentado por Michael Pollak, avalie a importância de recuperar e valorizar as memórias silenciadas no contexto da história de Juína. Em sua resposta, considere os impactos dessa recuperação tanto para a comunidade local quanto para a compreensão histórica mais ampla.

Aula II

Relação entre Indígenas e Colonizadores

Habilidades da BNCC

(EF09HI07) “Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes”

(EF09HI26) “Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas”

Objetivos desta aula:

- Analisar as dinâmicas de interação entre indígenas e colonizadores;
- Contextualizar o processo de (re)ocupação não indígena na década de 1970;

Na aula anterior, exploramos os primeiros anos do Projeto Juína, revisitando as políticas governamentais que incentivaram a migração de colonos para a área do projeto. Também discutimos o uso de fontes históricas, ressaltando sua importância para a interpretação dos acontecimentos e destacando a intencionalidade por trás da produção de cada tipo de fonte. Ao final, você analisou dois textos presentes em páginas oficiais que narram a história do município.

Na aula de hoje, você e seus colegas vão aprofundar o entendimento sobre as relações estabelecidas entre os primeiros habitantes da região e os não indígenas que chegaram em diferentes momentos. Mas, afinal, quais são os grupos envolvidos nesse processo?

O primeiro grupo a ocupar a região foram os povos indígenas. A chegada desses povos é imprecisa e sua ocupação foi marcada por conflitos territoriais, seja pelo domínio de recursos, fugas ou pela busca de liberdade para transitar.

No território que hoje corresponde ao município de Juína, encontram-se três etnias indígenas: os Cinta Larga, do tronco linguístico Tupi-mondé; os Rikbaktsa, do tronco linguístico Macro-Jê; e os Enawenê Nawê, do tronco linguístico Aruak.

Essas três etnias possuem características distintas e, historicamente, enfrentaram conflitos pelo domínio do território. Nas décadas de 1930 e 1940, o povo Rikbaktsa se deparou com a chegada de seringueiros, que invadiram suas áreas para a extração de látex. Já o povo Enawenê Nawê teve seu primeiro contato com não indígenas na década de 1960, durante a construção de linhas telegráficas; para evitar o contato, eles reocuparam outras localidades. Os Cinta Larga, por sua vez, podem ter tido seu primeiro contato com não indígenas por volta de 1727, segundo o Instituto Socioambiental (ISA).

Figura 3: Ancião Rikbaktsa



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Figura 4: Ancião Cinta Larga



Fonte: Taiga filmes, 2024.

Figura 5: Ritual na aldeia Matokodakwa, Terra Indígena Enawenê Nawê.



Fonte: Portal da Amazônia, 2024.

+ Saiba mais!

Você sabia que, durante os primeiros contatos com os indígenas na região de Juína, foram escritos alguns diários que estão disponíveis gratuitamente na internet? Esses documentos foram produzidos a partir da perspectiva de não indígenas, que narram seu cotidiano, as estratégias utilizadas para estabelecer contato com cada grupo e como ocorreram esses primeiros encontros. Esses registros são considerados fontes históricas e podem ajudar a entender o pensamento das pessoas daquela época. Entre os livros disponíveis estão: *Como Pacifiquei os Rikbaktsa*, escrito pelo Pe. João Evangelista Dornstauder em 1975, e *Os Enauenê-Nauê: Primeiros Contatos*, de Thomas de Aquino Lisbôa (Jaúka).

Para entender melhor esses primeiros contatos, vamos ler alguns trechos do livro *Como Pacifiquei os Rikbaktsa*, escrito pelo Pe. João Dornstauder. A obra narra a ação pacificadora sobre a etnia Rikbaktsa, que ocorreu devido aos conflitos entre seringueiros e indígenas durante o segundo ciclo da borracha. Uma das principais consequências dessa ação foi a desocupação das terras dos Rikbaktsa, localizadas no que hoje é o município de Juína, além da remoção de crianças e adolescentes da etnia para o internato Utiariti em Diamantino - MT. Os conflitos resultaram em uma redução drástica da população Rikbaktsa, passando de cerca de 1.300 para aproximadamente 300 indivíduos.

Já internato Utiariti, as crianças eram proibidas de falar seu idioma materno, praticar sua religião e manter seus costumes e cultura, resultando no apagamento de parte significativa de sua herança cultural.

Agora, vamos ler alguns trechos do livro:

Figura 6: Conflitos entre seringueiros e Rikbaktsa.

Na tardinha de 24 de outubro de 1954, Jovalino saiu a tomar banho no rio. Viu uma cobra e gritou:

– “Sócio, traga a 22, aqui tem uma cobra.”

Elias correu. Não encontraram a cobra. Olhando ladeira acima, viram índios envolvendo em cerco. Deu-se a escaramuça, índios e seringueiros atrás de troncos e tocos. Jovalino atira paus, enquanto Elias acaba com as oito balas. Pelo menos um índio morreu.

– “Vamos correr, Jovalino!” – disse Elias.

Jovalino preferiu fugir de canoa. Elias mergulhou por entre uma tranqueira de paus. Ao voltar à tona, olhou para trás e viu Jovalino cair de bruços com uma flecha atravessada na garganta. Dudu disse: “Ai, sócio, você já se foi!”. Ganhou terra e meteu-se pelo mato, de qualquer jeito. Parava de vez em quando e sentia-se perseguido. Ao escurecer, deu com uma estrada limpa de seringueiro e correu o quanto pôde, chegando são e salvo ao barracão.

Fonte: Dornstauder, 1975.

Vamos refletir?



Você sabe o que significa **genocídio**?

O genocídio é a destruição deliberada de um grupo étnico, racial ou religioso. Em Juína, Mato Grosso, durante a colonização nos anos 1970, os povos indígenas sofreram ações genocidas, como massacres, desmatamento, e expulsão de suas terras tradicionais, promovidas pelo governo militar. Essas práticas visavam apagar fisicamente e culturalmente os indígenas, resultando na marginalização e silenciamento de suas memórias e identidades.



Figura 7: Conflitos entre seringueiros e Rikbaktsa.

Os seringueiros desceram à feitoria. Encontraram o cadáver de Jovalino, ainda deitado de bruços, com a flecha atravessada na garganta. Enterraram-no e seguiram mais adiante. Na volta, encontraram a sepultura aberta, sem o cadáver. Tempos corridos, identificaram os restos de Jovalino já perto do barracão novo Nova Olinda, mais abaixo, no rio Juruena.

Nova onda de terror perpassou pelos seringueiros.

No dia 18 de dezembro de 1954, Ismael Pereira saiu a meter medo nos índios. Ismael Pereira agora era sócio de Paulino Monteiro, juntamente com três cuiabanos e seis paulistas. Pois Ismael ajuntou trabuqueiros e passou seis dias em marcha, atrás de índios. Destruiu o que viu, sem perdoar roça nem rancho. Inexplicavelmente nenhum índio se deixou ver.

O Reverendo Parente e esposa, com a morte de Jovalino, desceram o rio Juruena, de lancha a motor, visando a pacificar os índios.

Fonte: Dornstauder, 1975.

Audiovisual

Caso tenha mais interesse na história de Juína e queira ouvir outras narrativas, acesse o QR code ao lado, ele direcionará você ao canal Metrô FM Juína, para o quadro “História dos Pioneiros”, entrevistas realizadas com alguns dos pioneiros da cidade pela equipe da Rádio Metropolitana de Juína.

Para acessar ao vídeo, aponte a câmera de seu celular para o QR code ao lado.



Análise e Discussão

Agora, você assistirá um trecho do filme *Avaeté - Semente da vingança* além da leitura de partes do livro *Como pacifiquei os Rikbaktsa*. Estes documentos são considerados como fontes e podem ser utilizados para análises.

Depois de assistir ao vídeo e realizar a leitura, você e seus colegas serão organizados em grupos para discutir as diferentes perspectivas apresentadas nas fontes analisadas, comparando as narrativas e refletindo sobre os principais acontecimentos. Por fim, cada grupo compartilhará suas conclusões com a turma, promovendo um debate coletivo sobre os documentos estudados e o filme.



Audiovisual

Sinopse: Baseado em fatos reais, este drama conta a história dos indígenas cintas-largas, vítimas de um massacre ocorrido em 1963 em Mato Grosso, tendo como único sobrevivente Ava, um menino com 8 anos. Sozinho encontra num cozinheiro ignorante, a verdadeira amizade, e já na década de 80, vivendo na cidade grande, ambos lutam pela sobrevivência no país dominado por grandes interesses econômicos.

Avaeté – Semente da Vingança é um filme brasileiro de 1985, dirigido por Zelito Viana. O filme de ficção faz referência ao massacre numa aldeia de indígenas, ocorrido na região de Fontanillas, hoje município de Juína, no noroeste do Mato Grosso. Participaram da gravação índios da etnia Rikbaktsa.

Para acessar ao vídeo, aponte a câmera de seu celular para o QR code ao lado.

Caso tenha interesse em assistir ao filme completo, acesse [youtube.com](https://www.youtube.com) e pesquise Avaeté - semente da vingança



Leitura

Para acessar ao livro *Como Pacifiquei os Rikbaktsa*, escrito pelo Pe. João Dornstauder, acesse aponte a câmera de seu celular para o QR code ao lado.



Atividades



1

A colonização de Juína, MT, durante a década de 1970, foi marcada por conflitos entre colonizadores e povos indígenas. Esse processo se insere no contexto do modelo desenvolvimentista promovido pela ditadura civil-militar brasileira. Qual das alternativas abaixo melhor descreve a relação entre esse modelo e as demandas indígenas durante esse período?

A) O modelo desenvolvimentista priorizava a preservação dos territórios indígenas, garantindo que suas demandas fossem atendidas pelo governo militar.

B) As demandas indígenas eram frequentemente ignoradas ou suprimidas, pois o modelo desenvolvimentista promovido pela ditadura visava à expansão territorial e econômica, resultando na ocupação de terras indígenas.

C) O governo militar, durante a colonização de Juína, garantiu a participação ativa dos povos indígenas no planejamento das obras de infraestrutura na região.

D) As políticas desenvolvimentistas da ditadura beneficiaram igualmente os colonizadores e os povos indígenas, proporcionando uma ocupação pacífica e colaborativa.



Mão na massa

Mapa Conceitual Colaborativo

Recursos:

Chromebooks (ou papel/cartolina e canetas para a versão off-line)

Descrição:

Os alunos serão divididos em pequenos grupos, onde cada grupo receberá um tema central relacionado às demandas indígenas e quilombolas durante o processo de ocupação de Juína. Utilizando Chromebooks, eles deverão construir um mapa conceitual colaborativo (pode ser em uma ferramenta como o Google Jamboard ou em papel para a versão off-line) conectando as demandas desses grupos com as políticas desenvolvimentistas da ditadura civil-militar.

Passos:

- Divisão dos Grupos: Organize os alunos em grupos de 3 a 4 integrantes.
- Tema Central: Cada grupo deve focar em uma demanda específica, como "Território", "Direitos Culturais", "Conflitos com Colonizadores", etc.

Construção do Mapa Conceitual: Os alunos utilizam o Chromebook para criar o mapa conceitual ou papel/cartolina na versão off-line, conectando as demandas indígenas e quilombolas com os impactos das políticas desenvolvimentistas da ditadura.

Compartilhamento: Após a criação, cada grupo apresenta seu mapa conceitual para a turma.

Compartilhamento: Após a criação, cada grupo apresenta seu mapa conceitual para a turma.

Vista parcial do módulo 01. Ano 1979



Aula III

Conflitos e Resistências

Habilidades da BNCC

(EF09HI21) “Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura”

(EF09HI26) “Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas”

Objetivos:

- Analisar as dinâmicas de interação entre indígenas e colonizadores;
- Identificar as tensões e conflitos durante o processo de (Re)ocupação;



Estudo de caso

Agora, você e seus colegas irão trabalhar com fontes históricas, como documentos, relatos e artigos que abordam os conflitos e as resistências durante o período da (re) ocupação. A tarefa será analisar essas fontes, identificando os principais conflitos, situando-os geograficamente e temporalmente, além de observar as características de violência descritas nos documentos bem como as principais formas de resistência adotadas.

Para isso, vocês serão divididos em grupos e cada grupo realizará uma pesquisa sobre o seguinte tema:

- Massacre do paralelo 11 e os conflitos com seringueiros;
- Pacificação dos Rikbaktsa;
- Construção de arrendamentos indígenas - Caso Utiariti.



Passos:

1. **Pesquisa e seleção de fontes:** O professor poderá selecionar previamente diferentes fontes históricas e entregar aos grupos, ou os estudantes podem se reunir para busca e seleção das fontes;
2. **Análise das Fontes:** Os estudantes devem identificar nas fontes as estratégias de resistência utilizadas pelos povos indígenas, quais os principais confrontos, localizar informações tais como localização, datas dos eventos, principais formas de violência.
3. **Discussão e estruturação das ideias:** Após análise, cada grupo discute as informações coletadas além de estruturar suas ideias e descobertas.



Mão na massa

O professor dividirá a turma em 3 grupos para realização do estudo de caso e os grupos analisarão documentos históricos, relatos orais e outras fontes. Cada grupo poderá consultar os materiais apresentados aqui ou buscar outros documentos.

Grupo 1: Massacre do Paralelo 11 e os conflitos com seringueiros:

Os documentos previamente selecionados poderão ser acessados via QR code. Para acessá-los, aponte a câmera para estes QR codes.

Artigo: O massacre do paralelo 11 e os direitos fundamentais a partir do direito de memória indígena e a decolonização do direito brasileiro.



Vídeo: O genocídio dos cinto-largas | O massacre do Paralelo 11. Vídeo disponível no canal do Youtube Nerdonologia



Atividades



Agora que conhecemos um pouco mais sobre as relações entre indígenas e os não indígenas - seringueiros, construtores, e etc. - vamos construir juntos uma linha do tempo dos primeiros contatos? Reflita sobre seus aprendizados e converse com seu professor e colegas sobre o assunto. Depois, produza uma linha do tempo representando suas conclusões. Seria interessante lançar mão das suas anotações e das considerações do grupo.



Para criar esta linha do tempo, você pode pesquisar exemplos no **Canva** uma ferramenta de design gráfico gratuita, para acessá-la pesquise por www.canva.com/, realize seu cadastro e liberte sua imaginação.

Caso não tenha acesso, você pode construir também em seu caderno e em cartolinas.

Reflexão

Apresente sua linha do tempo aos seus colegas e observem outros elementos presentes nas demais linhas do tempo.

Discutam com seu professor sobre os conhecimentos construídos, dialoguem sobre o impacto desses conflitos na sociedade juinense na atualidade.



Aula IV

Memórias Silenciadas vs. Memória Oficial

Habilidades da BNCC

(EF09HI26) “Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas”

(EF09HI36) “Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência”

Objetivos desta aula:

- Compreender o conceito de memórias silenciadas e subterrâneas;
- Analisar como as memórias silenciadas se manifestam na história de Juína - MT;

A memória é um campo de disputa, onde se decide quais lembranças serão perpetuadas e quais serão esquecidas. Ela exerce uma forte influência sobre como enxergamos uma sociedade, moldando a forma como organizamos as relações sociais e estabelecemos direitos para diferentes grupos. Na história de Juína, isso é evidente. A memória oficial ignorou o papel dos indígenas como os verdadeiros donos da terra, desconsiderando toda a história anterior à chegada dos colonizadores. Além disso, os povos indígenas foram retratados como hostis ao desenvolvimento, contribuindo para a marginalização de suas narrativas.

Nesse contexto, a disciplina de História assume um papel crucial. Ela nos permite refletir criticamente sobre as estruturas que estão impostas e questionar as versões oficiais da história. Através da pesquisa, da análise de diferentes fontes e da valorização de outras perspectivas, podemos trazer à tona as memórias silenciadas e construir uma compreensão mais ampla e justa da nossa própria história.

Audiovisual

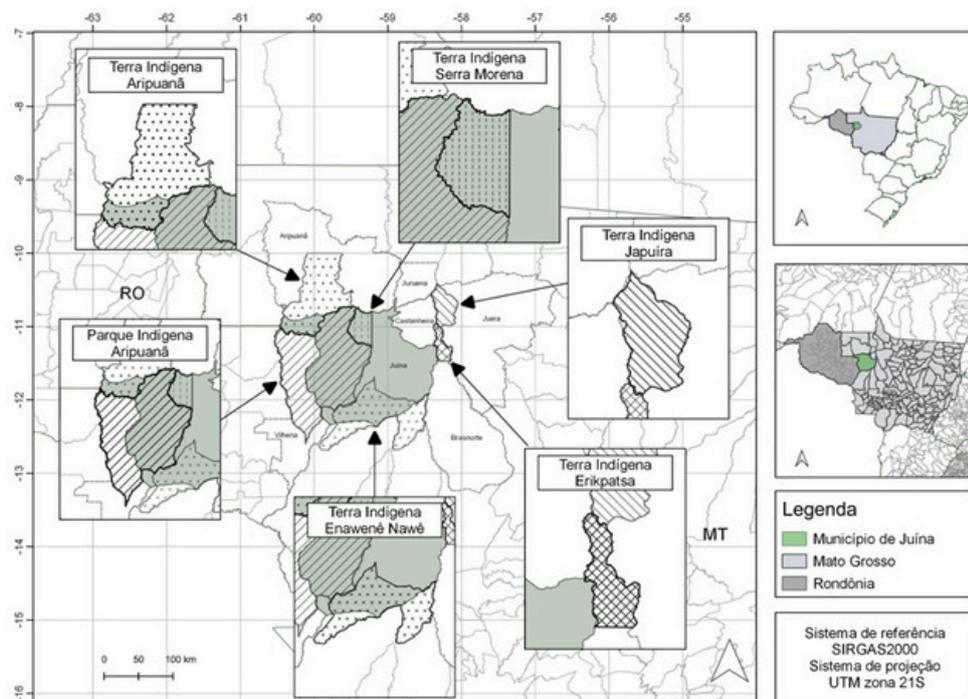
A construção da memória oficial frequentemente glorifica os colonizadores como heróis, retratando-os como desbravadores que trouxeram progresso, enquanto apaga as violências cometidas contra os povos indígenas e marginaliza suas narrativas. Esse processo de seleção de memórias serve para justificar ações dos colonizadores e perpetuar desigualdades, silenciando as vozes daqueles que resistiram à ocupação.

Para aprofundar essa discussão, você assistirá um vídeo sobre memórias silenciadas e o papel da memória na história. O vídeo destacará como ao longo da história as trajetórias, vivências e lutas dos mais variados grupos sociais foram suprimidas e conduzidas ao apagamento nos discursos oficiais.

Para acessar ao vídeo, aponte a câmera de seu celular para o QR code ao lado.



Figura 8: T.I. demarcadas no município de Juína - MT





Vamos refletir?



Após a exibição, reflita sobre a influência da memória coletiva na construção da identidade e a importância de garantir que as vozes silenciadas historicamente sejam ecoadas, promovendo uma compreensão mais crítica e inclusiva da história. Anote e compartilhe suas reflexões com seus colegas.

Retomando as discussões da primeira aula, liste as narrativas presentes na cidade sobre os indígenas durante a construção das estradas e da cidade. Identifique o que é apresentado como verdade absoluta e observe se há ausência de menção aos indígenas nos relatos sobre os primeiros anos. Faça anotações sobre essas observações.



Análise em grupo das diferentes narrativas e como elas se complementam ou se contradizem.



Pesquisa e Mão na massa

Reúnam-se em grupos, e utilizando celulares, Chromebook, ou computadores, pesquise sobre narrativas de indígenas e trabalhadores (seringueiros, garimpeiros, construtores, pioneiros, etc.) durante a colonização.

Em seguida, cada grupo poderá construir um mapa conceitual comparando as memórias oficiais e as memórias silenciadas presentes nas narrativas sobre a História de Juína.

Reflexão

Apresente o mapa conceitual para os demais grupos e observem elementos presentes nas demais mapas.

Dialogue com seu professor e colegas sobre os conhecimentos construídos, e reflita sobre a importância de ouvir outras narrativas. Discutam sobre o papel da história na construção de identidades.

Aula V

Produção de Narrativas Alternativas: A memória como forma de resistência

Habilidades da BNCC

(EF09HI07) “Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes

(EF09HI36) “Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência”

Objetivos desta aula:

- Consolidar o conhecimento adquirido nas aulas anteriores;
- Produzir narrativas históricas considerando as vozes silenciadas;

Hora de retomar o que já vimos até aqui.

Nas primeiras aulas, exploramos a história da colonização de Juína, MT, focando no processo de ocupação não indígena durante a década de 1970. Discutimos como essa colonização foi marcada por conflitos e pelo silenciamento das memórias dos povos indígenas e trabalhadores, cujas histórias foram marginalizadas em prol das narrativas dos colonizadores. Analisamos como a memória oficial, ao privilegiar a figura do colonizador como herói, contribuiu para a perpetuação de desigualdades e a exclusão das vozes dos grupos subalternos.

Também examinamos a relação entre os indígenas e os colonizadores nesse contexto, destacando as formas de resistência indígena ao modelo desenvolvimentista promovido pela ditadura civil-militar brasileira. Vimos como as demandas indígenas foram frequentemente ignoradas ou reprimidas, e como a disciplina de História nos ajuda a questionar essas narrativas oficiais e a buscar uma compreensão mais crítica e inclusiva da história.

Essas reflexões nos prepararam para pensar novas narrativas, considerando agora àqueles que foram suprimidos, apagados ou colocados em segundo plano na história do município além de pensar o papel das memórias silenciadas, ao analisar como essas memórias entram em conflito com a versão oficial da história e o impacto desse conflito na sociedade atual.

Discussão e síntese

Discuta com seus colegas sobre os principais aprendizados das aulas anteriores. Reúnam-se em grupos de 3 ou 4 pessoas para a elaboração de um mapa mental sobre os temas abordados.



Mão na massa

Nesta atividade, você e seus colegas serão organizados em pequenos grupos entre 3 e 4 pessoas. Cada grupo será responsável por criar uma narrativa histórica alternativa, baseada em uma perspectiva diferente (por exemplo, a visão dos povos indígenas, dos trabalhadores migrantes que não são conhecidos como pioneiros, dos mineradores) da (re) ocupação de Juína.

Orientações:

1. **Pesquisa e Reflexão:** Os alunos devem revisar os conteúdos discutidos nas aulas anteriores e realizar uma breve pesquisa utilizando os materiais fornecidos (textos, vídeos, etc.). O objetivo é que cada grupo entenda a posição e as experiências do grupo social que estão representando.

2. **Criação da Narrativa:** A partir das informações coletadas, cada grupo deverá elaborar uma narrativa histórica alternativa. Essa narrativa pode ser apresentada de diversas formas, como:

- Texto escrito (relato, carta, diário fictício)
- Roteiro de uma cena teatral ou vídeo
- Apresentação em formato de podcast ou entrevista fictícia

3. **Compartilhamento:** Após a criação, cada grupo apresentará sua narrativa para a turma. Durante a apresentação, os grupos devem explicar como construíram sua versão da história e quais memórias silenciadas buscaram destacar.

4. **Síntese Final:** Como atividade final, cada aluno pode escrever uma breve reflexão individual sobre o processo de criação das narrativas e o impacto de explorar diferentes perspectivas históricas. Isso ajudará a consolidar o aprendizado sobre a importância de considerar múltiplas vozes e memórias na construção da história.

Encerramento



Ao longo dessas aulas, exploramos profundamente a história de Juína e os impactos do processo de colonização no Mato Grosso. Discutimos como as memórias oficiais e silenciadas coexistem em uma tensão constante, moldando a forma como entendemos o passado e como ele influencia o presente. Analisamos as relações de poder, as resistências dos povos indígenas e trabalhadores, e refletimos sobre como essas histórias foram marginalizadas em prol de uma narrativa dominante que glorifica o colonizador.

Ao criar nossas próprias narrativas alternativas, tivemos a oportunidade de dar voz àqueles que foram silenciados e de compreender o valor de múltiplas perspectivas na construção da história. Essas atividades não apenas enriqueceram nosso conhecimento sobre o passado, mas também nos ajudaram a desenvolver uma visão mais crítica e inclusiva do que significa contar histórias.

Importante considerar que a história, mais do que um conjunto de fatos, é um campo de disputa de memórias e significados. As narrativas que escolhemos contar não apenas registram o que aconteceu, mas também moldam a identidade coletiva de uma sociedade. Ao incluir as vozes marginalizadas e reconhecer a diversidade de experiências, contribuimos para uma história mais justa e completa.

É através da história que construímos nossas identidades, compreendemos quem somos e definimos nosso lugar no mundo. Por isso, é essencial que continuemos a questionar, reavaliar e ampliar as narrativas que compõem a nossa memória coletiva. Afinal, a história é viva, e cada nova geração tem a responsabilidade de mantê-la crítica, inclusiva e verdadeira.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação. Brasília, 2018.

CONTRIBUIDORES DO WIKIMEDIA COMMONS. Arquivo: MatoGrosso Municip Juina.svg. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=File:MatoGrosso_Municip_Juina.svg&oldid=456856937>. Acesso em 02 de ago. de 2024.

DORNSTAUDER, João Evangelista. Como Pacifiquei os Rikbaktsa. São Leopoldo – RS, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1975.

FERNANDES, Diego. **Portal da Amazônia**, 2023. População vive em uma única aldeia e tem seu estilo de vida ameaçado pela poluição dos rios de sua terra. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/amazonia-de-a-a-z/enawene-nawe/>>. Acesso em 12 de ago. de 2024.

MAVis, Museu AudioVisual. AVAETÉ - semente da vingança (filme com temática indígena). Youtube, 01 de nov. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yoMy67lWBYY>. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

Metrô Fm Juína. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Metr%C3%B4FmJu%C3%ADnaMT>. Acesso em: 10 de ago. de 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, v. 12, n. 3, p. 179-197, set./dez. 2012.

RÜSEN, Jörn. **O livro didático ideal**. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende (orgs.). Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. p. 109-127.

SILVA, Daniel Neves. "Marcha para o Oeste no Estado Novo"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/estado-novo-marcha-para-oeste.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2024.

TAIGA FILMES E VÍDEO. Vestígios do Brasil. CINTA LARGA AÇÚCAR COM ESTRICNINA. Disponível em: <<http://www.taigafilmes.com/vestigios/3cinta.html>>. Acesso em: 12 de ago. de 2024.

Anexo 1



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

Ofício nº 55/89.

Juina, 10 de fevereiro de 1989.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Protocolo Geral da Casa Civil	
Palácio Paiaguás - CPA	
DIA 10/02/89	ANO 89
HORA _____ hr.	Proc. nº 5.7029

Excelentíssimo Senhor Governador:

Com nossos cordiais cumprimentos, dirigimo-nos a Vossa Excelência, objetivando demonstrar a situação sócio-econômica em que encontramos o Município de Juina, ao assumirmos a Prefeitura Municipal a 1º de Janeiro de 1989.

Procuraremos ser objetivos, relatando somente as necessidades prementes, para não tomarmos o precioso tempo de Vossa Excelência, que sabemos, é escasso para administrar tão imenso Estado.

Número de habitantes do Município: estimado pelo IBGE em 80.000, assim distribuídos: 30.000 na sede municipal, 10.000 em garimpos diversos e 40.000 na zona rural.

NECESSIDADES NA SEDE MUNICIPAL

Água Potável-

- A rede existente está servindo, precariamente, a 1/5 dos habitantes, com racionamento de 4 dias para cada setor da Cidade. A área industrial não possui rede, nem tampouco os módulos mais afastados.

Energia Elétrica

- Gerada por usina termelétrica, é deficitária no que tange à iluminação pública, pois existem algumas luminárias na parte central da Cidade. Na área industrial e bairros, nem rede existe.

Ruas e Avenidas x

- Sem nenhuma infra-estrutura. A cada chuva, a - brems-se valetas enormes, causando sérios transtornos ao tráfego e dispêndios vultosos para os Cofres Públicos Municipais.

Praças x

- Existem várias áreas destinadas para tal fim,

MOD. 16



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

Of. nº 55/89-GP- (constin.)

Esportes

- Nenhuma quadra polivalente para a prática das diversas modalidades.

Estradas Municipais

- A malha rodoviária sob responsabilidade do Município é de aproximadamente 1.600,00 Km, im plantada na sua totalidade pela CODEMAT, en - tre 1.977 e 1.980 e, poucas vezes, foram rea - lizados serviços de conservação das mesmas,

encontrando-se, atualmente, intransitáveis. É do conhecimento de Vossa Excelência que nosso Município foi colonizado pela CODEMAT, com as sentamento de colonos em pequenas áreas (mini e pequenos produtores), sistema típico da re forma agrária. O povo trabalhou, produziu e Juína cresceu. Mas, hoje, face às precárias condições de escoamento das safras agrícolas, vislumbra-se o risco de tais colonos, desesti mulados, virem a vender ou abandonar suas áreas e engrossarem as fileiras dos favelados na Sede Municipal.

Parque Mecanizado da Prefeitura

- 2 Patrolas Fiat-Allys ano 88 (90% a pagar)
- 2 Patrolas Caterpillar (sucateadas)
- 1 Trator de esteiras Fiat-A-D7 ano 1.985
- 1 Trator de esteiras FD9-88 (90% a pagar)
- 1 Trator de esteiras D-6 (em reforma)
- 1 Pé carregadeira Fiat-Allys 88-(90% a pagar)
- 1 Pé carregadeira Caterpillar(sem funcionar c/ condições de recuperação)
- 1 Caminhão basculante VW-85 (func. precar.)
- 1 Caminhão Ford 1.980
- 3 Caminhões basc. Mercedes-Benz 1.976

MOD. 16



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUINA

Of. nº 55/89-GP-(contin.)

Para darmos condições de tráfego às estradas municipais, será necessário triplicarmos tais equipamentos, o que, somente será possível, com a ajuda do Governo do Estado, e só assim abreviaremos este estado de calamidade pública. Portanto, dentre todas as reivindicações, esta deverá receber atenção prioritária por parte de Vossa Excelência.

Senhor Governador, o quadro que se nos apresenta, sem exageros, é dantesco. Estamos perfeitamente conscientes de que não será possível a Vossa Excelência atender a todos os nossos pedidos, prontamente, pela escassez de recursos.

Todavia, o povo juinense e seus representantes políticos confiam plenamente que Vossa Excelência sempre terá os olhos voltados para esta comunidade laboriosa a qual, apesar dos percalços, jamais se deixou desanimar diante das dificuldades e, tampouco, de confiar na capacidade administrativa de Vossa Excelência e no seu alto espírito de compreensão e discernimento.

Ao ensejo, e no aguardo das providências necessárias, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente,

LICEU ALBERTO VERONESE
Prefeito Municipal.

Ao

Exmo. Senhor

CARLOS COMES BEZERRA

DD. Governador do Estado de Mato Grosso

CUIABÁ-MT-